

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

Raquel Fulino de Souza

O SILÊNCIO CARTOGRÁFICO DE JOÃO TEIXEIRA
ALBERNAZ I NAS REPRESENTAÇÕES DA COSTA
BRASILEIRA

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências
Exatas - Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP

2015

DEDICATÓRIA

À minha mãe (*in memoriam*).
Por absolutamente tudo. Pela totalidade.
E por ter sido filha de Maria Traversi,
A qual me educou no silêncio do olhar
E na aspereza da mão direita que batia
Extremo oposto da esquerda que alisava.
Dedico à minha mãe, Maria Angela Fulino,
Pelo incansável esforço pelo melhor.
Por ter sido a brutalidade mais doce, a autoridade mais terna
A qual me educou na aveludada dureza das palavras
Dando o prato cheio e mostrando a miséria na rua
Dando os livros e mostrando a incompletude humana em tantos iguais.
Dedico à memória de minha mãe
Pelos dias indistintamente brandos e amargos
Por ensinar a dialética em vida –
A retidão no movimento.
Dedico, por assim dizer, a essas duas Marias
Porque corre em mim o sangue dessas duas guerreiras.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Marcus Aurelius e Maria Angela, por me formarem para a vida, para o “mundão de meu-deus” que geografia alguma me explicou... Ao meu irmão, José Felipe, por me ensinar muito claramente – sem nos perdemos em desafetos – a diferença entre a lógica formal e a dialética.

Ao Professor, Orientador e Amigo, José Gilberto de Souza, pela orientação cuidadosa do método, pela incomparável disposição em conversar, ler e reler meus textos, pela autonomia concedida, pelo profundo respeito e confiança que construímos nesta trajetória... Minha grande referência.

Ao Prof. Francisco Roque de Oliveira, pela dedicada orientação durante meu estágio de pesquisa na Universidade de Lisboa.

Aos amigos de uma vida toda: Nati Gold, Vivi, Cecy, Livia Maria, Olívia Popeye, Tati Treta, Gu, Má Baronesa, Pedrão, Marcelinha, Kalot, Bianca, Moita, Bruna Albuquerque, Felipinho, Nat FB, Tarzan, Sergião, Renatão, Renatinha (Descalvado).

À minha companheira, Ana Carolina Rocha Spitalere, pelo caminhar transparente... E por ser a verdadeira “doula” dessa pesquisa, acompanhando diariamente cada movimento, cada alteração no texto, cada salto reflexivo... Presente da vida!

Aos funcionários do Departamento de Geografia: Gil (desenhista), Judite, Giovana, Rose, Tiago e Rosana Pesce (SAEPE – IGCE)... Pelas ajudas técnicas e mais que urgentes, pelos cafês e “engana-fome” (sempre doces!) que eu surpreendentemente recebia durante meus estudos...

Aos colegas do Laboratório GeoMundi (Departamento de Geografia), pelo cotidiano.

À FAPESP, pelo apoio financeiro.

MUITO OBRIGADA!

Sumário

RESUMO	5
APRESENTAÇÃO	6
1.0 - O CAMINHAR ORIENTADO: OS TRÊS PRIMEIROS PASSOS	9
1.1 - Paisagem e método: algumas reflexões	10
1.2 – Espaço e Território: dos engendramentos às tentativas de demarcações conceituais	20
2.0 - A CARTOGRAFIA NÁUTICA DA AMÉRICA PORTUGUESA: O ESTADO DA ARTE	27
2.1 - Das primeiras décadas do século XVI	29
2.2 – Do terceiro decênio do século XVI ao início do século XVII	42
2.2.1 - O contexto de unificação das Coroas ibéricas (1580-1640)	57
3.0 - JOÃO TEIXEIRA ALBERNAZ I E A ANÁLISE DA PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO	83
3.1 – Breves considerações biográficas e as influências cartográficas	83
3.2 – Dois pilares na análise da produção de João Teixeira Albernaz I: o “voo de pássaro” e o silêncio cartográfico	91
4.0 - A CARTOGRAFIA E A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DO PROJETO COLONIAL	99
5.0 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
Referências Cartográficas	105
Referências Bibliográficas	105
ANEXOS	113

RESUMO

A prática cartográfica, concebida enquanto exercício de representação dos elementos, fenômenos e relações espaciais, sempre esteve vinculada a razões específicas da sociedade que a produziu. Porém, comumente, os mapas figuram-se como produtos prestidigitados, pautados, muitas vezes, numa perspectiva neutra ou unívoca acerca dos territórios que representam, sublimando qualquer engendramento entre cartografia e poder. É assim que os atlas costeiros de João Teixeira Albernaz I, cartógrafo português do século XVII, permeiam a historiografia do território colonial brasileiro, ausentando suas descrições da paisagem da análise crítica.

A presente pesquisa visa, neste sentido, explicitar a dimensão político-ideológica contida na produção cartográfica de João Teixeira Albernaz I, gerada, principalmente, na conjuntura de unificação das Coroas ibéricas. Para tal intento, busca-se recuperar o estado da arte da cartografia portuguesa do século XVI à primeira metade do século XVII, de modo a contextualizar a produção cartográfica da colônia “Brasil” de João Teixeira Albernaz I, balizado pelo movimento de reconstrução dos aspectos gerais que proporcionaram a elaboração de seus atlas e a desconstrução das dimensões simbólicas e particulares das cartas regionais contidas. Acredita-se que tal método permitirá a emersão de elementos concretos que sustentarão a hipótese traçada, ou seja, o exercício do poder silenciado na cartografia de João Teixeira. Espera-se contribuir, fundamentalmente, para com novas (re)leituras epistemológicas acerca da ciência cartográfica, além de fomentar investigações no âmbito da Cartografia Histórica lusobrasileira.

Palavras-chave: história do pensamento geográfico; cartografia histórica, formação territorial brasileira; ideologia.

ABSTRACT

The cartography, designed as an exercise in representation of the elements, phenomenical and spatial relationships, has always been linked to specific reasons for the society that produced it. However, usually the maps are listed as “prestidigitados products”, guided often a neutral or uniform perspective about the territories they represent, refusing any association between cartography and power. This is how the coastal atlas of João Teixeira Albernaz I, Portuguese cartographer of the seventeenth century, enters the historiography of the Brazilian colonial territory, absenting his landscape descriptions of critical analysis.

This research aims explain the political-ideological dimension contained in the cartographic production João Teixeira Albernaz I, generated mainly in the context of unification of the Iberian crowns. For this purpose, we try to recover the state of the art Portuguese cartography of the sixteenth century to the first half of the seventeenth century, in order to contextualize the João Teixeira Albernaz I's cartographic production of the colony "Brazil", marked by the movement of reconstruction of the aspects General provided that the development of their atlas and the deconstruction of symbolic and particular dimensions of regional letters contained. It is believed that this method will allow the emergence of specific factors underpin the drawn hypothesis, or better, the exercise of power in muted João Teixeira mapping. Expected to contribute fundamentally towards new (re)epistemological interpretations about the cartographic science and foster research within the Historical Cartography “lusobrasileira”.

Keywords: history of geographical thought; historical cartography, Brazilian territorial formation; ideology.

APRESENTAÇÃO

*Todos estes navios abstratos quase na sua ida,
 Todos estes navios assim comovem-me como se fossem outra coisa
 E não apenas navios, indo e vindo.
 E os navios vistos de perto, mesmo que se não vá embarcar neles,
 Vistos de baixo, dos botes, muralhas altas de chapas,
 Olhando de perto os mastros, afilando-se lá pro alto,
 Roçando pelas cordas, descendo as escadas incômodas,
 Cheirando a untada mistura metálica e marítima de tudo aquilo –
 Os navios vistos de perto são outra coisa e a mesma coisa.
 (...)
 E eu cismo indeterminadamente as viagens.*
 (PESSOA, Fernando. 1974: 210)

No fragmento selecionado do poema *Ode Marítima*, de Fernando Pessoa, a dúvida e o desassossego próprios da busca de um sentido sinuosamente rondam todo o processo de navegar. A permissão por uma arfada imaginativa se efetiva mediante a possível interlocução, em moldes metafóricos, entre as preocupações essenciais desta pesquisa e alguns elementos trazidos pelo poeta no excerto. É como se os dois portugueses, João Teixeira Albernaz I e Fernando Pessoa, registrassem algo fundamentalmente poderoso no chão lisboense daqueles tempos de empreitadas coloniais – financiamentos, piratarias, subornos, escravidão, doenças, trocas, territorializações – Atlântico afora, de modo que, sobrepondo os trabalhos dos dois sujeitos, torne evidente que “todos estes navios assim (...)” seriam “outra coisa e não apenas navios”, afrouxando o pensamento para supô-los (por que não?) como cartas ou mapas antigos, que “vistos de baixo”, “vistos de dentro”, “olhando de perto”, contemplaria a desconstrução metodológica necessária às questões pretéritas da cartografia e da formação territorial das colônias portuguesas, a ponto deste caminho metodológico arriscar, mesmo diante do vaivém das “escadas incômodas”, suas reflexões acerca do processo de navegar sempre sob uma constante “cisma”.

O primeiro português, e único a verdadeiramente ser interesse nesta pesquisa, é João Teixeira Albernaz I, cartógrafo português ligado aos órgãos oficiais dos Armazéns de Guiné e Índias, que serviu a Coroa portuguesa nas primeiras décadas do século XVII, elaborando diversos trabalhos voltados, principalmente, ao registro e à atualização toponímica dos litorais coloniais de Portugal. Assim, tanto em função da expressividade econômica da colônia Brasil para o Reino lusitano, marcada pelo auge da produção do açúcar nos Seiscentos, quanto pelo ameaçador processo de territorialização holandesa

na porção costeira do norte, as representações da colônia “Brasil”, e de suas regiões, foram enormemente destacadas na produção de João Teixeira Albernaz I - o mais notável cartógrafo português da primeira metade do século XVII (PMC, vol. IV, 1960-62: 79) —, que prontamente atendeu as políticas filipinas de recenseamento e sistematização das descrições paisagísticas da colônia brasileira em seus Atlas-roteiros.

Nesta direção, embora a pesquisa enrede desdobramentos sobre a temática da Cartografia Histórica, o exercício central da investigação, por outro lado, responde essencialmente às questões epistemológicas e metodológicas da ciência geográfica e da cartografia, já que a presente abordagem parte do pressuposto de que as figurações espaciais são formas discursivas imagéticas (aparência fenomênica, a paisagem) do espaço geográfico, revelando e omitindo informações sobre os territórios que representam. O que, de imediato, estabelece um rompimento com as perspectivas metodológicas que apregoam concepções de neutralidade na prática cartográfica, isentando as representações de suas dimensões ideológicas, como se estivessem descoladas de seus contextos históricos. Em suma, exaltam unicamente “a abstração destes navios”, como pensaria Pessoa.

Entende-se, portanto, que os mapas sempre carregam a materialidade histórica do período em que foram elaborados, uma vez que são mediados pela ação humana e designados para uma finalidade. É neste sentido que, “os mapas são essencialmente uma linguagem de poder (...)” (HARLEY, 2009: 20), expressando visões de mundo, reafirmando e silenciando, dialeticamente, informações espaciais e processos de consolidação territorial.

Assim, o primeiro capítulo da pesquisa estabelece os pilares teórico-conceituais, assentados nas categorias geográficas de paisagem, espaço e território, que sustentam metodologicamente as reflexões advindas da análise geral do estado da arte da cartografia da América portuguesa dos Quinhentos até à primeira metade do século XVII, configurando, por sua vez, o segundo capítulo. Este estabelece um movimento interpretativo dos contextos cartográficos mediante a articulação entre os processos conformativos do território brasileiro, a dimensão teleológica da colonização portuguesa, ou seja, seus projetos e produtos cartográficos de cada período, de modo a distinguir, particularmente, as representações da colônia Brasil no contexto de unificação das Coroas ibéricas (1580-1640), centrando historicamente a produção de João Teixeira Albernaz I.

À vista disso, o terceiro capítulo pormenoriza a análise da produção de João Teixeira Albernaz I, explicitando sua formação, suas influências e as peculiaridades – ideológicas – em sua cartografia, em especial, nas representações cartográficas do território brasileiro, organizadas, principalmente, em cartas regionais do litoral, de modo a trazer à tona possíveis supressões intencionais em seus trabalhos, pois “os navios vistos de perto são outra coisa e a mesma coisa”... O que respalda empiricamente as reflexões teóricas engendradas no quarto e último capítulo, estabelecendo as relações entre a cartografia e a construção ideológica dos projetos políticos, sobretudo, coloniais.

Isto posto, indicados os ventos, traçadas as direções, anunciadas as correntezas, é dever lançar-se à viagem.

1.0 - O CAMINHAR ORIENTADO: OS TRÊS PRIMEIROS PASSOS

A centralidade deste primeiro capítulo encontra-se escorada no entendimento de que as categorias e conceitos de análise da Geografia não são apreendidas de forma abstrata e desconectada da realidade, pois expressam, ao contrário, materialidade enquanto pensamento e concretude histórica. Respaldam-se, essencialmente, pelo posicionamento metodológico, porque ideológico, consolidado no caminho teórico-reflexivo da pesquisa.

Trata-se de uma preocupação que também está respaldada na constatação do tratamento que as categorias Paisagem, Espaço e Território vêm assumindo em determinadas investigações histórico-cartográficas, um emprego confuso e pouco rigoroso do ponto de vista conceitual, não admitindo, portanto, suas especificidades teóricas, pois, mesmo em concordância que haja articulações e tensões entre tais categorias, estas, por sua vez, comportam sentidos e significados próprios no discurso.

É neste viés que estes três primeiros passos auferem suas relevâncias no presente texto, que se firmarão enquanto pilares teóricos de toda a análise.

1.1 - Paisagem e método: algumas reflexões

Interessam-se agora tão-somente as impressões captadas pelos sentidos, estas livro algum, pintura alguma oferece. O fato é que meu interesse pelo mundo se renova; testo meu poder de observação e examino até onde vão minha ciência e meus conhecimentos, se meus olhos estão limpos e veem com clareza, quanto posso aprender em meio à velocidade, e se as rugas sulcadas e impressas em meu espírito podem ser de novo removidas.

(Johann Wolfgang Goethe)

As aparências enganam...

(Ditado popular)

O exercício proposto neste item busca rediscutir a dimensão filosófico-conceitual da categoria paisagem a partir de sua imbricação teórica com alguns elementos metodológicos fundamentais do pensamento dialético, já que a paisagem traz determinações reflexivas muito relevantes para uma análise geográfica crítica. Exercício minucioso e delicado frente ao sólido processo de enfrentamento metodológico, gnosiológico e ideológico estabelecido no seio do debate teórico-epistemológico da Geografia, no final dos anos 1980, pelo movimento crítico-radical (SOUZA, J. G., 2009a: n/p), o qual permitiu o desdobramento de possíveis leituras fragmentadas e unívocas acerca da paisagem, considerada inapropriada para um substancial entendimento das contradições sociais de produção e reprodução da existência humana, estabelecidas pela lógica capitalista, negligenciando e afastando, muitas vezes, a própria utilização desta categoria analítica em detrimento de outras, especificamente, espaço e território.

Isto significa que a paisagem perdeu sua centralidade na leitura geográfica, uma vez que, ao compreender sua vinculação direta com a geografia alemã (SCHIER, 2003), matriz teórica do pensamento geográfico determinista, esta categoria passou a representar uma imagem invertida do real, uma aparência que obscurecia as relações sociais concretas da produção do espaço geográfico. Como afirma Moreira (1987: 23), “a opacidade sensorial implica, então, grave consequência gnosiológica: discurso do imediato, a Geografia é uma ciência sem trânsito entre a paisagem (aparência) e o seu próprio âmago (essência)”.

Assim, o ponto de partida não seguirá uma linear periodização recortada na história da ciência geográfica, a qual objetiva estabelecer a trama epistemológica que

permitiu as transformações e ramificações do conceito de paisagem no pensamento geográfico ocidental, tendo em vista o propósito desmedidamente amplo e complexo das diversas correntes, escolas e autores que trataram desta questão. No entanto, a direção iniciada foi justamente a articulação de determinadas definições e noções de paisagem, edificadas em diferentes contextos históricos, de modo a enredar os posteriores raciocínios gerados desta problemática, sobretudo no que concerne aos posicionamentos metodológicos assumidos nesta pesquisa.

A primeira perspectiva metodológica a ser revelada é a que tange a dimensão da arte, do observável, de modo que Wendy Beckett (1997), na história da pintura, expõe como Brueghel já anunciara a paisagem à estreiteza do objeto corográfico, na medida em que a pintura holandesa do século XVII ajustava-se à perspectiva clássica (renascentista) da combinação entre a arte dos detalhes e a retratação de uma unidade do espaço mediada pela seletividade graduada do olhar.

(...) Como se fosse colocar o mundo à distância ou, mais exatamente, colocar-se à distância do espaço terrestre para percebê-lo em sua dimensão de paisagem. Como se não houvesse paisagem a não ser na distância de um olhar, por assim dizer, exterior, se não estrangeiro, um olhar que passa e julga (BESSE, 2006: 35).

Neste sentido, a “paisagem como teatro do mundo” ou a extensão do espaço geográfico que “se descortina num só olhar” aliava projetos e interesses de pintores, arquitetos, geômetras e viajantes, uma vez que a formalização representativa desses espaços consolidava, ao mesmo tempo, o avanço cartográfico e os conhecimentos geográficos do mundo. A natureza capturada pelo olhar humano passa, por sua vez, a ser ressaltada nessas representações, primeiramente como universo selvagem, posteriormente como bucólico e nostálgico, evocando empenhos em torno da ideia de associar natureza e harmonia (GOMES, 2001: 51) – o que não seria necessariamente o real, mas antes de tudo um quadro desejado. Uma arte que mescla conhecimentos científicos, interesses políticos e econômicos e o constructo epopeico das navegações que o Reino e a Igreja, particularmente, cultivavam como mecanismos ideológicos de poder.

Este epopeico contraditoriamente se remete à exterioridade ou estrangeirização (KATUTA, 2004) do sujeito em relação ao objeto representado, criando, de imediato, um questionamento epistemológico acerca da neutralidade da observação/descrição, ainda que se reconheça o procedimento da seletividade do que retratar. No entanto, esta

neutralidade não se efetiva pela escolha do que apreender – pintar ou cartografar -, e sim pelo sentido externo do sujeito que capta o real como um quadro desejável, ou melhor, adquirindo uma suposta conformação de realidade.

Etimologicamente, o termo holandês – *Landskip* ou a “paisagem de janela” –, mesmo remetendo às pinturas realistas do século XVII, difere-se teórica e metodologicamente da matriz alemã (medieval) – *Landschaft* –, que associava à sua noção *sitium* e habitante, tratando-se, resumidamente, de uma significância morfológica e cultural. Tal terminologia confere uma aproximação à definição de Carl Sauer:

Paisagem é o equivalente inglês para o termo que os geógrafos alemães estão usando amplamente, e tem estritamente o mesmo significado: uma forma da Terra na qual o processo de modelagem não é de modo algum imaginado como simplesmente físico. Ela pode ser, portanto, definida como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais (SAUER, 1925: 23).

Em outras palavras, para o geógrafo da Escola de Berkeley, a paisagem é, por excelência, uma forma terrestre que não pode ser reduzida ao seu caráter meramente físico, como um dado *a priori* de qualquer manifestação humana posteriormente lapidada; porém não evita o sentido fisionômico¹, ou uma “configuração territorial que é possível abarcar com a visão” como abordado por Milton Santos (2008)², assentado na concepção dual entre elementos físicos e humanos.

Denis Cosgrove, destacado representante da Nova Geografia Cultural dos anos 1980, juntamente com James Duncan, propõe, por outro lado, o entendimento da paisagem como uma forma resultante dos processos sociais e culturais, sendo possivelmente apreendida em sua dimensão simbólica, já que, neste caso, a paisagem constitui-se como um texto fundamental à análise geográfica, lido e interpretado mediante seu contexto histórico, constituindo-se, portanto, “testemunho humano” (BESSE, 2006). Assim:

Devemos resistir à tentação de deslocar a paisagem de seu contexto de tempo e espaço, enquanto estivermos cultivando nossa capacidade imaginativa de incorporá-la para vê-la, por assim dizer, por dentro. Finalmente, em tal geografia, a

¹ O conceito traz desdobramentos epistemológicos relevantes, pois “falar da paisagem em termos de fisionomia significa que se atribui à paisagem uma densidade ontológica própria” (BESSE: 2006, p. 72).

² Para M. Santos, a paisagem nada mais é do que “o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área” (SANTOS, 2008: 67).

linguagem é crucial. Os resultados de nosso estudo são comunicados primeiramente através dos textos que nós mesmos produzimos. O texto de uma interpretação geográfica da paisagem é o meio através do qual transmitimos seu significado simbólico, através dos quais re-presentamos esses significados. (...) No ato de representar uma paisagem, palavras escritas e mapas, que são códigos simbólicos, são as principais ferramentas de nosso ofício (COSGROVE, 2004: 110-111).

Já na visão de Corrêa e Rosendahl (2004), o significado da paisagem deve consolidar-se a partir das contribuições das várias matrizes epistemológicas, tendo em vista as diversas facetas assumidas por esta categoria, como explicam os dois autores:

Na realidade, a paisagem geográfica apresenta simultaneamente várias dimensões que cada matriz epistemológica privilegia. Ela tem uma dimensão morfológica, ou seja, é um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana, e uma dimensão funcional, isto é, apresenta relações entre as suas diversas partes. Produto da ação humana ao longo do tempo, a paisagem apresenta uma dimensão histórica (...) (CORRÊA; ROSENDAHL, 2004: 08).

No entanto, e principalmente em função das várias matrizes epistemológicas, a cautela da reflexão deve ser insistentemente questionadora, na medida em que a exaltação à efemeridade dos conceitos, a proliferação de categorias, o apelo às interpretações “relativas” da realidade e os obstáculos colocados às análises históricas, tornam-se cada vez mais presentes no universo científico (SILVA; SOUSA, 1995).

É a clareza no emprego de categorias de análise e a solidez de suas designações conceituais que sustentam os pilares do caminho teórico-filosófico que direciona o conhecimento científico, expressando também, na totalidade, suas dimensões prático-históricas e ideológicas.

Percebe-se com isso que as categorias e conceitos não são abstratos, não se estabelecem a priori, mas são produtos das relações, engendrados por elas e grávidos de historicidade, de acordo com os diversos níveis das relações humanas, das condições materiais que os engendram. Isso revela seu caráter ontológico, representações humanas de condições humanas de vida, mediadas por relações sociais, de produção e reprodução material e imaterial dos homens (SOUZA, J. G., 2009a, n/p).

Deste modo,

(...) O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica (...) é apreender a essência (...)

do objeto. (...) Alcançando a essência do objeto, (...) por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (NETTO, J. P., 2011: 22).

A distinção e o entendimento da complexidade de relações entre aparência e essência, bem como as formas ou modos de apreensão da realidade pelo ser humano, revelam-se, por assim dizer, centrais no pensamento dialético, que, sob a guinada do conhecimento científico, consolidam-se em clareza e sustentação de método. Assim, as preocupações teóricas que envolvem a escolha metodológica, “pretensa e comumente marcada por jargões, não precisa[m] se estabelecer como uma profissão de fé” (SOUZA, J. G., 1995: 91), ou mesmo serem lançadas por pressupostos frágeis que pairam sob “uma visão vulgar de ‘crítica’, de se posicionar frente ao conhecimento existente para recusá-lo ou, na melhor [ou pior] das hipóteses, distinguir nele o ‘bom’ do ‘mal’” (NETTO, J. P., 2011: 18), e, sim, constatar que tais inquietações devem ser trazidas à tona a fim de que se desenvolvam, de fato, os propósitos e especificidades do conhecimento científico para (e na) vida humana, pois, do contrário, “as verdades científicas serão sempre paradoxais se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas” (MARX, 1982: 158).

Trata-se, sobretudo, do pressuposto de que o ser humano, sujeito cotidianamente inserido no mundo arbitrário das coisas, não é capaz de apreender a “coisa em si”, ou a essência dos objetos, de forma imediata. Deste modo:

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade (KOSIK, 1976: 11).

Por outro lado, o senso comum e a prática utilitária imediatista também permitem que o ser humano crie condições de orientar-se no mundo, seja no manejo instrumental ou em posicionar-se frente a fatos e noções, o que não vem ao caso, portanto, nenhuma atribuição de valor, no sentido axiológico, em relação (ou em comparação) a estas formas de saber e o conhecimento científico. O que é preciso ser considerado, no entanto, é que a realidade fenomênica, especificamente o “mundo da pseudoconcreticidade”, como apontado por Kosik (1976), mesmo possibilitando que o

sujeito estabeleça uma teia de ações para com os objetos do mundo, este fazer não permite a inteligibilidade, a compreensão, destas mesmas coisas. Em outras palavras, a prática humana pautada na experiência e na apreensão sensível lança e insere este mesmo sujeito no todo, porém, sem mediação de sua condição social e histórica, em um todo caótico e disperso.

Por sua vez, realidade não é o mesmo que essência; precipitada afirmação que delega à aparência um caráter meramente “enganador” e supérfluo. A realidade abrange o conceito e a representação, o movimento real interno e o movimento visível, a lei dos fenômenos e a aparência externa dos fenômenos, a consciência real e a falsa consciência (NETTO, J. P., 2011), pois “o fenômeno indica a essência (...). A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno” (KOSIK, 1976:11), caso contrário, se tais tangências e ligações não existissem, a compreensão da essência do objeto adquiriria um sentido idealista platônico ou mágico-religioso de Revelação³.

Tem-se em vista, como já alertado por Lukács (1979) que a perspectiva fundamental do pensamento de Marx, no tocante à compreensão do conceito mediante processos intelectivos - basicamente a abstração teórica -, não era de natureza epistemológica, mas antes pautada em uma dimensão ontológica, ou seja: a questão não se resume a um “como conhecer algo?” e, sim, “o que é conhecer a concretude e as determinações de algo?”. Como melhor elucida J. P. Netto (2011):

(...) A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento [objeto], isolá-lo, examiná-lo (...). A abstração, possibilitando a análise, retira do elemento abstraído as suas determinações mais concretas, até atingir “determinações as mais simples”. Neste nível, o elemento abstraído torna-se “abstrato” – precisamente o que não é totalidade de que foi extraído: nela, ele se concretiza porquanto está saturado de “muitas determinações”. A realidade é concreta exatamente por isso, por ser a “síntese de muitas determinações”, “a unidade do diverso” que é a própria de toda totalidade. O conhecimento teórico é, nesta medida, para Marx, o conhecimento do concreto, (...) mas não se oferece imediatamente ao pensamento: deve ser reproduzido por este e só “a viagem de modo inverso” permite esta reprodução (NETTO, J. P.; 2011: 44).

³ Segundo Cheptulin (1982), ao longo da história do pensamento ocidental, as concepções idealistas e metafísicas marcadamente transformaram a essência em um ente autônomo à materialidade, completamente independente e “suspensa” dos seres humanos e das coisas.

Nas palavras de Kosik (1976), esta “viagem de modo inverso” define-se propriamente como *détour* ou desvio: o caminho sistêmico da formação material, a concretude, para a abstração e vice-versa. Por sua vez, vislumbra-se o “movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade; do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto” (KOSIK, 1976: 30), na finalidade latente e constante de se romper com a pseudoconcreticidade das coisas do mundo.

A ruptura da pseudoconcreticidade permite a compreensão de que “(...) categorias e conceitos de análise não se reduzem a uma forma taxonômica, mas teórico-prática (...)” (SOUZA, J. G., 2008, n/p), e que “conhecer a concretude e as determinações de algo” significa conhecer a estrutura, a dinâmica e as determinações deste objeto de análise, de modo a engendrar a produção teórica do conhecimento “sobre a materialidade da natureza humana, em sua essencialidade: o trabalho” (SOUZA, J. G., 2009a: n/p), desvencilhando-se, por fim, do caráter neutro e natural dos objetos do mundo fenomênico.

Um belo exemplo de cristalização do fenômeno, traduzido ideologicamente em “um fato impolítico e abominável” para a racionalidade brasileira, que secularmente impedira o entendimento do conteúdo essencial de exploração burguesa no Brasil e colonialismo luso, foi expresso por Roberto Schwarz, em “As ideias fora do lugar” (1973), que ao argumentar sobre a introdução do liberalismo Oitocentista no território brasileiro, esclarece o descompasso entre suas bases materiais, precisamente, a escravidão e a monocultura, e a aplicação de ideais do liberalismo burguês europeu, pautados no trabalho livre e na suposta igualdade perante a lei.

É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e de modo geral o universalismo eram ideologia na Europa também, mas lá correspondiam às aparências, encobrindo o essencial – a exploração do trabalho. (...) Que valiam, nestas circunstâncias, as grandes abstrações burguesas que usávamos tanto? Não descreviam a existência (...) (SCHWARZ, 1973: 151).

Trava-se, portanto, nestas reflexões, que o que compete ao conhecimento científico está assentado no reconhecimento de que a atividade exercida pela pesquisadora consolida-se a partir de seu direcionamento prático-histórico para com seu objeto de estudo – e não especulativo-abstrato -, mediante categorias e conceitos que emergem de condições objetivas e concretas do fazer científico, norteados por hipóteses

que se limitam aos seus sentidos teleológicos, passíveis de transformações e reorientações no decorrer do trabalho, consolidadas, por fim, via um método que não apregoa determinados silogismos ou induções generalizantes, estanques do pensamento crítico-reflexivo, porém àquele que busque uma clareza que extrapole a “coisa-em-si” e mire a essência.

Assim, do ponto de vista de uma análise crítico-dialética da categoria paisagem, quais seriam os aspectos nevralgicos a serem efetivamente considerados pelo(a) geógrafo(a) neste estudo? Talvez Besse (2006) proponha um caminho:

O ponto de partida da análise geográfica seria, sem dúvida, o seguinte: mesmo sendo a paisagem uma dimensão do visível, esta paisagem é o resultado, (...) ainda que indireto e complexo, de uma produção. A paisagem é um produto objetivo, do qual a percepção humana só capta, de início, o aspecto exterior. (...) Ao mesmo tempo, a intenção e a esperança científicas do geógrafo consistem em tentar ultrapassar esta superfície, esta exterioridade, para captar a “verdade” da paisagem (BESSE, 2006: 65).

A paisagem, portanto, centra-se na ordem da representação, da aparência que se traduz, de modo singular, em “um claro-escuro de verdade e engano” (KOSIK, 1976: 11), a qual intrinsecamente traz-afasta a essência. Seja a paisagem bucólica e harmônica de Brueghel, seja a significância morfológica e cultural que a paisagem de Sauer assume ou “a configuração territorial que é possível abarcar com a visão”, o que é preciso elementarmente ser considerado é a compreensão da dialeticidade ontológica proposta por esta categoria analítica.

É admissível apoiar-se, em certa medida, nas contribuições geradas na obra *A Imaginação* (1973), em que Sartre tece uma forte argumentação, certamente voltada aos estudos do campo da psicologia e alguns questionamentos nesta área, mas que admite alguns eixos reflexivos que servirão à presente problemática. Analisa-se, inicialmente, como a existência das coisas se apresenta na realidade: a simples presença e inércia de uma folha posta sobre a mesa, exemplo que o autor sugere, independentemente de qualquer consciência, existe “em si” (sem levar em consideração todo processo de trabalho humano pelo qual a folha foi gerada). Por outro lado, e ao mesmo tempo, as apreensões de sua forma, cor e posição pela consciência, sob a constatação e o julgamento do olhar humano, tornam-na um ser “para si”. Caso o olhar humano não mais se dirija a ela, conservando-a, porém, ainda “viva” na mente, a folha posta sobre a

mesa deixará de ser “para si”, não sendo, por sua vez, aniquilada – ainda existe “em si” -, porém agora ela existe de outra forma:

(...) É bem a mesma folha, a folha que está presentemente sobre minha escrivaninha, mas existe de um outro modo. Eu não a vejo, ela não se impõe como um limite à minha espontaneidade; (...). Em uma palavra, ela não existe de fato, existe em imagem (SARTRE, 1973: 41, grifo nosso).

Nas páginas seguintes de sua obra, Sartre adverte que a confusão gerada entre os grandes metafísicos dos séculos XVII e XVIII – Descartes, Leibniz, Hume -, foi a de terem elaborado uma teoria da imagem (imaginação) a priori, ou seja, misturaram indevidamente essência e existência, o que denominou como uma “ontologia ingênua”. Era como se a imagem da coisa fosse a própria coisa que representava, não havendo mais possibilidades de distinção entre ambas. É como confundir uma pintura ao seu modelo; ora, é como aceitar, no âmbito geográfico, a afirmação de que os seres humanos projetam-se e criam suas condições de existência e reprodução na paisagem.

Em outras palavras, deve-se compreender que a paisagem se refere à concretude espaço-temporal que identifica as dinâmicas do território, mas que, simultaneamente, se diferencia do mesmo, ou seja, a paisagem não é o concreto “em si”, mas uma concretude do concreto (SOUZA, J. G., 2008: n/p).

Cheptulin (1982) esclarece:

Como os materialistas pré-marxistas, também os fundadores do materialismo dialético consideravam que as categorias representam as imagens ideais que refletem os aspectos e os laços correspondentes das coisas materiais. Entretanto, à diferença dos materialistas pré-marxistas, que afirmam que o conteúdo dessas imagens coincide diretamente com as propriedades e os laços correspondentes das coisas, o marxismo considera que essas imagens são o resultado da atividade criadora do sujeito no decorrer da qual este último distingue o geral do singular. Esse geral exprime as propriedades e as correlações internas necessárias. É por isso que a imagem ideal que representa o conteúdo dessa ou daquela categoria, sendo a unidade do subjetivo e do objetivo, não coincide imediatamente com os fenômenos, com os quais se encontra na superfície das coisas. Pelo contrário, ela se distingue sensivelmente dos fenômenos e chega mesmo a contradizê-los, já que eles não coincidem com sua essência. O conteúdo das categorias deve coincidir e coincide até determinado ponto, não com o fenômeno, mas com sua essência, com esse ou aquele de seus aspectos (CHEPTULIN, 1982: 18, grifo nosso).

Nestes termos, as reflexões metodológicas elaboradas e enredadas à categoria paisagem deram-se, sobretudo, com intuito de reacendê-la, dentro das reais condições do presente texto, na pauta das análises crítico-dialéticas da ciência geográfica, de modo a subtraí-la de certa “posição marginal”, ou menos relevante em relação a outras categorias.

O movimento dialético estabelecido pela paisagem é reveladora não somente daquilo que está dado no real, mas também do sujeito que a coloca como representação, explicitando uma articulação entre sujeito-objeto e seu contexto, já que o sujeito criador da paisagem (representação) tem dimensões de atividades socio-históricas relativas aquele produto representado (SOUZA, J. G., 2008: n/d). Assim, o constructo não é apenas o que representa, mas, simultaneamente, o representado; consolidando o movimento da abstração, anteriormente apontado por Cheptulin (1982), que permite a compreensão da paisagem como fenômeno material e ontológico.

. Assim:

(...) Deste ponto de vista a sua relação com a paisagem é principalmente animada por uma intenção de conhecimento e de intervenção, ou seja, de projeto, sobre o território. Note-se enfim que, nesta perspectiva, o conceito de paisagem não é unicamente uma vista, é antes um território ou um sítio. Mesmo que este sítio ou este território sejam visíveis, seu ser não se reduz à sua visibilidade. O problema que se coloca neste último caso é o de conseguir apreender a relação entre a dimensão visível da paisagem e aquela que não é (BESSE, 2006: 64).

A paisagem indica a estrada, já que repousa na representação, na dimensão ideológica e aparente do objeto, porém, somente o desprendimento de sua “pseudoconcreticidade” revelará a essencialidade: a projeção concreta da ação humana em determinado tempo histórico – espaço geográfico – e a produção de tais espaços mediante relações de poder historicamente construídas – território (SOUZA, J. G., 2009b), elementos fundamentais para as próximas reflexões.

1.2 – Espaço e Território: dos engendramentos às tentativas de demarcações conceituais

O criador não pode permanecer nas representações (...) a criação atravessa as mediações e representações, porém sem destruí-las, mas integrando-as e negando-as dialeticamente.

Henri Lefebvre

No âmbito da ciência geográfica, espaço e território são tratados por diversos autores como sinônimos, mesmo figurando elementos distintos (SOUZA, J. G., 2009a, SOUZA, J. G., 2009b), o que confere, em um primeiro aspecto, a necessidade de travar tal discussão ainda neste capítulo, consolidando as especificidades e determinações destas duas categorias, sem desconsiderar, no entanto, suas aproximações –, o que torna esta discussão um desafio. O segundo aspecto deriva das reflexões anteriores, face às expressões da categoria paisagem no movimento de aparência e essência, conformando-se em elemento concreto capaz de permitir uma interpretação geográfica crítica do real, pois, centrada na ordem fenomênica, firma e assegura o caminhar metodológico da pesquisa na busca da ruptura da aparência, desnudando os processos e relações sociais concretas, bem como suas contradições, engendradas no espaço e no território. O terceiro motivo, e, portanto, ponto de partida da argumentação, visa confrontar perspectivas metodológicas (e ideológicas) que descentralizam os sujeitos históricos de sua efetiva e inerente condição de sujeitos produtores do espaço; perspectivas que blindam, se não anulam, questões essenciais acerca das relações de poder, ou seja, relações assimétricas, desiguais, na constituição territorial.

Ocorre que, no âmbito do pensamento geográfico, entendido como um “conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca do seu meio (...) e das relações com ele estabelecidas” (MORAES, 1988: 32), diversas são as abordagens que atribuem ao espaço um caráter ora sustentado na dimensão de “palco” ora traduzido na versão de “ator”, conservando o fio condutor comum de separarem o inseparável, espaço e “sociedade”.

Kant, por exemplo, presumia a geografia como integrante da vertente das ciências empíricas, fundamentadas na experiência, a qual compreenderia a descrição da superfície terrestre – fatores espaciais - e a narração de seus acontecimentos ao longo do tempo. Clarifica o real propósito da ciência geográfica, já que esta: “cultiva e civiliza ao

mesmo tempo e é uma parte muito importante do conhecimento do mundo, menos importante porém do que o conhecimento do homem propriamente dito” (KANT, 1969 apud QUAINI, 2002: 27). La Blache⁴ admite, por sua vez, que “La geografía es la ciencia de los lugares, no ciencia de los hombres” (SIERRA, 1989: 5 apud SOUZA, J. G., 2009a), de modo que o método descritivo da paisagem, o qual buscaria um sentido de regionalização, ordenara o território de tal maneira que o tornava homogêneo e harmônico em suas classificações.

Notadamente estas definições de geografia deliberam concepções dicotômicas da ação humana na produção do espaço, alicerçando leituras naturalizantes e neutras da realidade, mantenedoras da pseudoconcreticidade (KOSIK, 1976). Ao formularem um espaço abstrato, uma base superficial preenchida pelos seres humanos (como um elemento a mais em suas descrições), apregoam ao fenômeno a centralidade das pesquisas geográficas, obscurecendo o essencial. Sabe-se ainda que a visão enviesada de uma Geografia Física e uma Geografia Humana, condizentes às dualidades, expressam uma permissão irrefletida para a criação daquilo que Moreira (1987) cunhou como “a categoria do homem-centauro”, pois “não se pode ter uma categoria homem que metade esteja numa [Geografia Humana] e metade esteja noutra [Geografia Física]” (MOREIRA, R., 1987: 16).

Já em outro viés: se, por um lado, Edward Soja defende o espaço como uma estrutura horizontal do modo de produção idêntica à estrutura geral (e vertical) das relações sociais, Manuel Castells analogamente advoga o espaço como uma estrutura específica, marcada por leis que nada mais são do que especificações das leis gerais da sociedade (SOUZA, M. L., 1986). Tratam-se de perspectivas em que a dimensão ontológica encerra-se no espaço, um animismo territorial que camufla os sujeitos históricos de suas análises (SOUZA, J. G., 2009a, SOUZA, J. G., 2009b), erigindo, no limite, uma espaciologia, segundo Marcelo Lopes de Souza (1986):

(...) A corrente espaciológica, na verdade, consistiria no alçamento a um plano epistemológico (fundação e estatuto de uma nova ciência) da proposição ontológica da autonomia do espaço às relações sociais (...) (SOUZA, M. L., 1986: 73).

É como pensar que:

⁴ De acordo com Braga (2007), o pensamento lablachiano influencia uma gama de autores posteriores, como Jean Brunhes, Albert Demangeon, Max Sorre, Pierre George, Pierre Deffontaines, Pierre Mombeig, Milton Santos, entre outros.

Os homens estão necessariamente no espaço, conectados física e mentalmente a um espaço social concreto, mas estritamente não são parte do espaço. (...) Isto significa que, se por intermédio de uma abstração decompuermos a realidade social que nos envolve e da qual fazemos parte, o objeto-espaço, de *per se*, resumir-se-á a uma matéria inanimada em si mesma, e dotada de um movimento que lhe é conferido do exterior, pela atuação de atores sociais (SOUZA, M. L., 1986: 77).

A especificidade de arquitetar o espaço como um objeto ontologicamente autônomo e/ou em sua dimensão de palco, império de sentido histórico, consolida-se, no âmbito geográfico, uma visão que destitui o(s) sujeito(s) social(is) de suas imbricações concretas na efetivação do espaço, caracterizando-os generalizantemente como atores sociais⁵. Reporta-se, neste sentido, a Milton Santos, que corrobora neste viés quando assume o espaço como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”:

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, M., 2008: 63; grifo nosso).

Destes primeiros embates, compreende-se preliminarmente que o espaço não é algo em si, espaço absoluto, receptáculo de objetos e ações humanas, possuidor de uma racionalidade própria e objetividade em si. Sua existência (condição para ser) se dá a partir da objetivação/exteriorização de homens e mulheres concretos, constituindo-se em categoria geográfica preta de materialidade e representação da atividade humana.

A fim de estabelecer definições conceituais, faz-se necessária a retomada da colocação inicial de que espaço e território não são termos equivalentes, apesar de apresentarem correlações muito marcantes. Assim:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar-se de um

⁵ Ao debruçar-se sobre a ideologia e política nos estudos de população, Ruy Moreira (1987) concebe este processo generalizante e homogêneo da sociedade como um jogo de prestidigitação, o qual reduz “a complexidade das múltiplas determinações do concreto à sua espessura mais rasa” (p. 157).

espaço, concreta ou abstratamente (...) o ator [sic]⁶ “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, C., 1993: 143.).

Espaço, portanto, é objetivação (projeção) humana, realizada mediante o trabalho, é a inerência, efetivação concreta, da relação homem e “meio”. Sem cair em uma acepção linear-etapista, pondera-se que o espaço é categoria geográfica anterior – do ponto de vista ontológico - ao território, pois fundante deste. Conforme Souza (2009a):

(...) o espaço é uma projeção humana, objetivação da vida, como sentido de sua existência e os territórios são apropriações concretas exercidas por estas ações (práxis) que expressam dimensões materiais e imateriais (SOUZA, J. G., 2009a, n/p).

Neste sentido, não se trata de uma objetivação (projeção) marcada pela identidade sujeito-objeto, própria do idealismo hegeliano ou mesmo do materialismo estruturalista, na qual o objeto nada mais seria do que o “espírito humano” objetivado ou, a consciência⁷, um fenômeno passivo e mecânico do mundo material. Todavia, compreende-se o processo pelo qual, os seres humanos confrontam, dialeticamente, subjetividade-objetividade, fundamento ontológico da exteriorização⁸.

Ao assumir, nesta perspectiva, o trabalho como categoria fundante do ser humano, e, portanto, de seu mundo, tendo em vista que “(...) objetivação-exteriorização é o solo genético do ser social enquanto uma esfera ontológica distinta da natureza” (LESSA, S., 1996: 05), concebe-se a determinação concreta do rompimento, ou o “salto ontológico”, do estritamente biológico (ser em si) para o ser social (ser para si), pois “(...) ao mesmo tempo em que os indivíduos transformam a natureza externa, tem também alterada sua própria natureza humana, num processo de transformação

⁶ Pondera-se nesta citação de Raffestin uma certa fragilidade diante dos embates anteriores, tendo em vista que a escolha do termo “ator”, contraditoriamente, remete à noção de espaço enquanto palco. No entanto, acredita-se que a presente citação suscita elementos determinantes para as definições de espaço e território elaboradas neste texto.

⁷ Inexistente nos animais, a consciência desempenha um papel fundamental na gênese humana, na medida em que estabelece a relação mediadora essencial entre sujeito e objeto. Ao ser antecipada idealmente na consciência, a ação humana objetiva-se na realidade, exercendo uma função concreta na determinação da práxis social.

⁸ Na concepção marxiana, a exteriorização refere-se a um momento do trabalho (assim como a objetivação e a alienação) em que a subjetividade, com seus conhecimentos e habilidades, confronta-se com a materialidade já existente no real, à causalidade e, deste embate, o sujeito desenvolve novos conhecimentos e habilidades conjuntamente às suas ações transformadoras da natureza (LESSA, S., 2007).

recíproca que converte o trabalho social num elemento central do desenvolvimento da sociabilidade humana” (ANTUNES, R., 2004: 08). Em suma:

A construção prática de um mundo objetivo, a manipulação da natureza inorgânica, é a confirmação do homem como ente-espécie, consciente, isto é, um ser que trata a espécie como seu próprio ser ou a si mesmo como um ser-espécie. Sem dúvida, os animais também produzem. Eles constroem ninhos e habitações, como no caso das abelhas, castores, formigas etc. Porém, só produzem o estritamente indispensável a si mesmos ou aos filhotes. Só produzem em uma única direção, enquanto o homem produz universalmente (...) (MARX, K., 2004: 85).

Assim, a atividade humana consolida-se em geograficidade, conforme Ruy Moreira (2006), equivalendo à construção consciente de seu entorno em dado momento histórico, ao passo que os “territórios são as desigualdades desses tempos, ou as diferenças de determinação, distribuição e acumulação da práxis humana na produção do espaço” (SOUZA, J. G., 2009a, n/p). O território, assim entendido, comporta – e cartografa – as intencionalidades dos diferentes sujeitos na projeção de espaços (pois as disputas se dão, sobretudo, no âmbito espacial). Tais disputas, marcadas pelas tentativas de consolidação de uma espacialidade sobre a outra, materializam-se em territorialidades: concretizações das assimetrias, próprias das relações de poder, no espaço.

Refutam-se, deste modo, quaisquer abordagens biológicas/ecológicas nos fenômenos territoriais, concebendo a formação de territórios como atributos naturais dos seres vivos, inclusive da espécie humana, advinda de uma suposta necessidade inata de conservação de sua espécie e, portanto, de seu hábitat.

(...) Embora pressentida há mais ou menos três séculos, essa noção só foi verdadeiramente explicitada pelos naturalistas em 1920, por H. E. Howard por exemplo, que a definiu como “a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie”. Depois dele muitos autores, como John B. Calhoun, Karl Von Frisch, H. Hediger, Konrad Lorenz, desenvolveram muito bem essa ideia de territorialidade animal (RAFFESTIN, C., 1993: 159).

Isto porque o ser-em-si (objetos e animais) não tem consciência de si nem de seu mundo e, ao contrário, o território só pode ser entendido como conceito per-si, “como expressão concreta da consciência humana sobre o espaço” (SOUZA, J. G., 2009a, n/p). Nesta direção, são refutadas também concepções de território que o atribuem como área

previamente determinada e controlada jurídico-politicamente por um Estado-nação. O conceito não é estático, podendo erigir-se sob muitas determinações concretas, conforme esclarece Saquet (2004):

O território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o “território nacional” sob gestão do Estado-Nação (SAQUET apud CADIOTTO, 2004, p. 81).

Destarte, alguns elementos próprios do território são sistematizados por Souza (2009b), de maneira que, pontuados e articulados, elucidam o entendimento do conceito: o primeiro elemento são as relações de poder travadas entre os sujeitos sociais, desafiando qualquer imobilidade do território (euclidiano, normativo), apreendido tanto na dimensão teórico-analítica quanto empiricamente; o segundo, os símbolos, os quais fazem emergir as representações⁹, entre elas, a cartografia dos limites territoriais; o terceiro, a norma, evidencia os sentidos simbólicos, articulando os elementos pactuados (não necessariamente formalizados), definidores do que é (e não é) território para uma categoria específica de sujeitos; e, por último, o quarto elemento, a identidade subjetiva, que consolida, para os sujeitos, a apropriação simbólica de seu entorno mediante o reconhecimento da alteridade, ou seja, firma-se a partir da identidade-diferenciação que se realiza no e com o outro.

Estas primeiras reflexões cumprem, em verdade, posicionar o sentido do caminhar da presente pesquisa, o qual reconhece a realidade como (e somente como) constructo humano. Neste pressuposto essencial, imediatamente são pensados os objetos que concretamente foram criados/operados/transformados pelos seres humanos, o que é coerente, entretanto esta colocação se estende aos objetos dados na natureza, já que estes somente adquirem sentido de ser mediante a apreensão intelectual do homem. Portanto: não existe objeto cognoscente, seja o espaço seja o território, sendo sempre conceitos que fomentam uma explicação que se dirija ao real, à materialidade. Neste propósito insere-se o papel da pesquisadora, que deve, sobretudo, romper a aparência

⁹ Neste sentido, faz-se particular referência e concordância a Moraes (1988), o qual afirma que as representações manifestam projetos políticos, necessidades, utopias. Não há humanização do planeta sem a apropriação intelectual e a elaboração representativa dos dados espaciais, pois mesmo reificados em padrões espaciais, nas formas criadas, nos usos dos solos, nas repartições e distribuições, nos arranjos locacionais, [dialeticamente, manifestam-silenciam] concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo.

própria dos fenômenos, “representações redutoras que apagam os conflitos e deslocam os sentimentos, representações que simulam a vida e dissimulam as relações concretas” (LUFTI, SOCHACZEWSKI, JAHNEL, 1996: 95), compreendendo as formas pelas quais as representações, as atividades, as organizações sociais são edificadas historicamente no espaço, desnudando, dialeticamente, a trama da pseudoconcreticidade (KOSIK, 1976), ou os jogos prestidigitados do real, possibilitando mapear diferenças nas espacialidades, os territórios propriamente.

2.0 - A CARTOGRAFIA NÁUTICA DA AMÉRICA PORTUGUESA: O ESTADO DA ARTE

Conforme anunciado na Apresentação, e escorado, por sua vez, nas reflexões teóricas trazidas no capítulo anterior, assume-se, de antemão, que o presente trabalho atinge sua centralidade na epistemologia da Geografia e da Cartografia. Esta proposta investigativa, mesmo perpassando e aprofundando-se em questões pretéritas da cartografia (ou até, em determinados aspectos, na própria geografia colonial brasileira), entende que o elemento histórico – uma cartografia histórica – nada mais é do que o pilar mediador deste exercício, sustentando, por conseguinte, os fundamentos metodológicos da pesquisa. Em outras palavras, é a partir da imersão analítica nas teceduras históricas que lançaram as condições basilares para a criação e desenvolvimento de determinada produção humana, no caso, os trabalhos cartográficos de João Teixeira Albernaz I, que a emersão das categorias e conceitos é gerada, elaborados e apreendidos intelectualmente no resgate processual, dialético, desta tarefa.

Assim, retratar a produção cartográfica portuguesa do século XVI e início do XVII no que confere à Colônia “Brasil” significa aprofundar o olhar nas estratégias territoriais que Portugal buscou estabelecer, analisando ampliadamente as conjunturas dos espaços disputados, notadamente no litoral, de modo a identificar determinados elementos e movimentos de consolidação territorial nas representações de sujeitos ligados aos projetos de expansão além-mar da Coroa portuguesa.

Faz-se evidente, assim, que a cartografia náutica da colônia Brasil de João Teixeira Albernaz I refere-se, sobretudo, à produção de determinados atlas que serviram tanto aos trabalhos náuticos, como instrumentos orientadores das viagens, quanto àqueles dirigidos e encomendados a nobres e ao Rei, que, trabalhados com maiores cuidados, constituíam-se artefatos de luxo. Sob análise, ambas categorias de atlas revelam, no conjunto documental, continuidades (sobreposições ou cópias) e/ou atualizações entre o atlas cronologicamente anterior e o seu seguinte, especialmente notáveis quando interpretados sob o contexto da Restauração de Portugal (1640), período histórico que coloca fim, após sessenta anos, à dominação de Castela sobre o Reino lusitano (1580-1640). Assim, é possível compreender a peculiaridade da produção do cartógrafo, o qual traz elementos cartográficos e iconográficos centrais para o exercício metodológico de desconstrução-(re)construção dos discursos da cartografia levantados nesta pesquisa, mote dos passos seguintes da investigação. Sem

mais legendas, nada mais concreto para estes breves parágrafos do que adentrar propriamente no capítulo.

2.1 - Das primeiras décadas do século XVI

(...) da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse, por negligência dos portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos.

(Frei Vicente do Salvador, 1627)

A assertiva considerada por diversos estudiosos das questões histórico-cartográficas (MARQUES, 1987; GUEDES, 2000; BUENO, 2007) de que a cosmografia náutica portuguesa do final do século XV e início do XVI era a mais aperfeiçoada da Europa é praticamente inquestionável nas pesquisas recentes deste campo de investigação. Generalizado como o período áureo das conquistas além-mar, ou o “período de esplendor” como queria Armando Cortesão (1969), Costa (2007), por outro lado, ressalta que, apesar do salto expressivo da cartografia portuguesa, as representações geradas neste período referentes à colônia “Brasil” foram relativamente escassas, principalmente até a metade do século XVI, muito em função de uma “política de segredo” mantida pela Coroa lusa, “(...) sempre por motivos estratégicos, considerando que seus territórios, em especial o da América do Sul, constituíam alvos constantes da cobiça de outras nações [sic]” (COSTA, 2007: 84).

Diferentemente de Costa (2007), outra explicação deve-se ao fato de que, desde o Tratado de Tordesilhas de 1494, firmado com Castela, até às primeiras décadas do século XVI, D. Manuel I (reinado de 1495-1521), de Portugal, não demonstrara grandes interesses na Colônia “Brasil”, visto que as rotas marítimas para as Índias Orientais, detentoras de um dinâmico fluxo comercial de especiarias, eram o foco central das explorações portuguesas naquele período. Moraes (2009) resgata solidamente este contexto:

Muito mais central para os objetivos almejados é a constatação de Luís Felipe de Barreto: “o Brasil é uma zona de quase esquecimento no Quinhentismo português”. Na verdade, este novo território não oferecia atrativos imediatos visíveis para o conquistador lusitano. Não havia estoques metálicos entesourados, como na América hispânica, que estimulassem uma rápida ocupação. Também não havia os lucrativos produtos e a animada rede de comércio encontrados no Índico. As populações

com que se defrontam os portugueses – eram demasiado rudes em face mesmo dos reinos africanos com quem eles entabulavam relações. A vida material existente era pobre, todo atrativo das novas terras repousando na exuberante natureza e na desconhecida hinterlândia (Moraes, 2009: 36).

Por conseguinte, poucos eram os registros de levantamento e reconhecimento da colônia, justamente pela falta de conhecimentos geográficos e dos recursos naturais existentes na Terra de Santa Cruz¹⁰, que traduzia, inequivocamente, esta abnegação de Portugal pelo espaço “brasileiro”. Até meados de 1530, as representações portuguesas, por sua vez, não enfatizavam propriamente este espaço, pois a maioria das que existiam eram partes anexadas de planisférios, a exemplo: a primeira representação portuguesa do “Brasil” no Planisfério de Cantino (c. 1502), ou mesmo as cartas do Brasil contidas nos quatro planisférios atribuídos a Diogo Ribeiro (c. 1525-1532). Ambas representam o contorno da Colônia lusa, porém tais representações não se revelam como centrais na totalidade do mapa¹¹.

Trata-se de uma inferência no processo de análise dos produtos cartográficos portugueses gerados neste período que se ampara, substancialmente (e somente)¹², ao se analisar, de maneira conjunta, o processo de formação territorial “brasileiro”, no qual é possível averiguar, sob um primeiro aspecto além do desinteresse inicial da Coroa portuguesa, que:

(...) os colonizadores não montaram aqui (...) um típico empreendimento mercantil-colonial, limitando-se, até meados do século XVI, a assentar poucas e frágeis bases de seu domínio, representadas por algumas “feitorias”, na verdade pequenos e dispersos entrepostos de escambo e comercialização do pau-brasil. Essa frágil presença estava longe de configurar uma verdadeira estratégia geopolítica de ocupação e domínio do território (COSTA, W. M., 2001: 27-28).

É uma fase, segundo Sodré (2004), quase inteiramente sustentada pela iniciativa privada de mercadores portugueses, que estabeleciam determinadas feitorias no litoral

¹⁰ Segundo Antônio Gilberto da Costa (2007), a Terra de Santa Cruz foi cunhada como Terra do Brasil a partir de 1505 e depois, em 1527, apenas Brasil. Dado relevante para as análises ulteriores, principalmente no que tange à questão das toponímias presentes nas cartas gerais de João Teixeira Albernaz I.

¹¹ Ver Tabela 01 – Representações Portuguesas do Espaço Colonial Brasileiro no Século XVI, pág. 36.

¹² Para J. B. Harley (2007), “la regla básica del método histórico es que solo se pueden interpretar los documentos en su contexto. Esta norma se aplica igualmente a los mapas, que deben llevarse de regreso al pasado y situarse estrictamente en su próprio periodo y lugar [sic]” (pp. 61-62).

sem expectativas de continuidades ou estabilidades destes entrepostos, configurando, do ponto de vista da criação de espacialidades, um “apossamento por pontos e não por áreas” (SODRÉ, 2004: 70). Trata-se, de acordo com Moraes (2000), de um padrão de ocupação específico do colonizador português, que, de modo análogo aos processos desenvolvidos nos litorais africanos e asiáticos, estabeleceu-se uma configuração *filiforme* (linear ou delgada) nos espaços costeiros de suas colônias, resultante de seu poderio e controle marítimos (*talassocracia*) no século XVI.

Inúmeras são as lacunas que atravessam os estudos mais detalhados sobre as feitorias na historiografia colonial brasileira (SIMONSEN, 1937 apud SODRÉ, 2004, p. 70), porém, salienta-se que estes entrepostos costeiros de caráter temporário, os quais, sustentados por concessionários do comércio do pau-brasil e também por específicas ações do governo português, foram instalados em:

Igarapu, Itamaracá, Bahia, Porto Seguro, Cabo Frio, São Vicente, e outras intermediárias, que desapareciam, ora esmagadas pelo gentio, ora conquistadas pelos franceses. Mas o próprio comércio do pau-brasil é uma demonstração de sua existência e as notícias que se tem, referentes à década anterior a 1530, salientam a preocupação do governo português de defendê-las (...) (Simonsen, 1937 apud Sodré, 2004).

  incontestável, portanto, entre autores de diversas matrizes historiográficas (PRADO JR., 1976; HOLANDA, 2000; FAUSTO, 1998; NOVAIS, 1983), que o século XVI, no que diz respeito   configuração territorial “brasileira”, foi marcado pela litoraneidade, modelo que se perpetua mesmo com a implementação do sistema de capitanias hereditárias, tendo em vista que a “fixação” de determinados núcleos de escambo e pequeno comércio na faixa costeira assegurava condições muito concretas de existência para o colonizador português, como descreve Pero de Magalhães Gândavo, em 1570, na obra Tratado da Terra do Brasil:

(...) Não ha pela terra de povoações de portuguezes por causa dos índios que não no consentem e tambem pelo socorro e tratos do Reino lhes he necessario estarem junto ao mar pera terem comunicação de mercadorias. E por este peito vivem todos junto da Costa. (GÂNDAVO, P. M., Declaração da Costa, 1570).

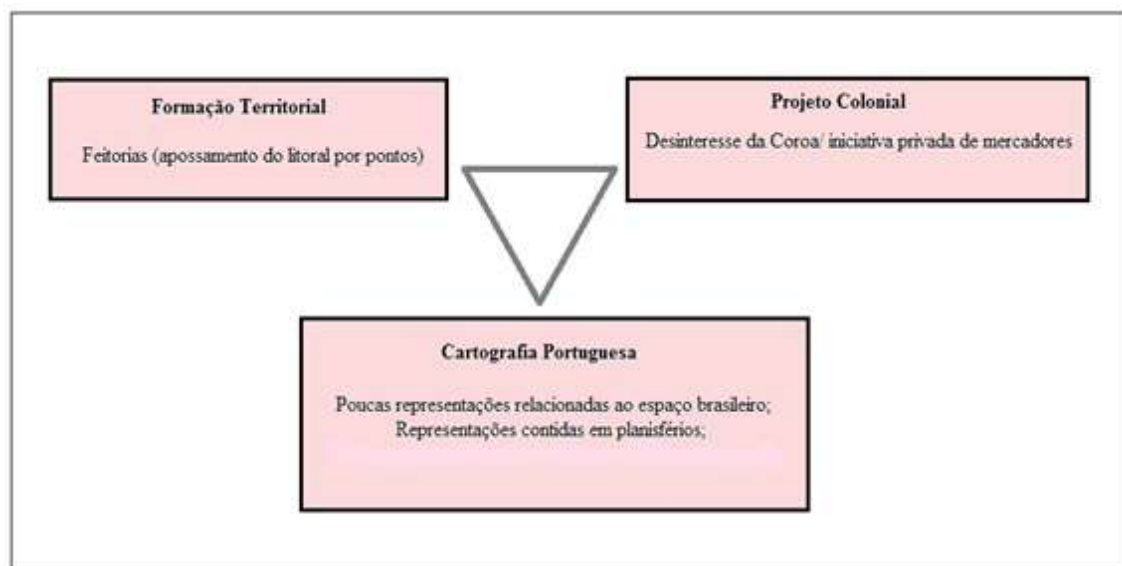
Estas condições materiais, em suma, a facilidade de escoamento de mercadorias e matérias primas, a estratégia de defesa aos ataques de grupos índigenas (basicamente tupis e guaranis) e controle costeiro às irrupções francesas, conhecimento/orientação com o litoral *versus* estranhamento dos sertões desconhecidos, além de bases

normativas (ordenações régias para que os colonos se mantivessem no litoral), não excluem outro aspecto muito relevante para a compreensão da litoraneidade, pautado no próprio grau de desenvolvimento da cartografia da época, pois decerto havia ainda, entre os cosmógrafos europeus (não apenas portugueses), um confuso dimensionamento leste-oeste dos territórios, uma vez que as determinações longitudinais somente se firmaram na segunda metade do século XVIII. Constatação que revela a dificuldade de apreensão das distâncias e também dos acidentes geográficos adversos do interior, ao conjecturar, como os colonos portugueses, possibilidades de adentramentos¹³ no espaço sulamericano.

Portanto, o que se verifica sob a perspectiva de um esquema teórico para esta reconstrução das tentativas de consolidação e representação territorial portuguesa no litoral brasileiro nas primeiras décadas do século XVI, mais especificamente até meados da década de 1530, está expresso no Diagrama 01 (pág. 33), que, muito longe de estabelecer uma síntese causal (menos ainda estruturalista) dos processos apresentados, diz respeito a relações histórico-dialéticas recíproca e reiteradamente engendradas, conferindo bases explicativas mais evidentes para a argumentação já traçada. Deste modo, não há um elemento *sui generis* no esquema, ou seja, um elemento *a priori* detentor de eixos consequenciais (ou efeitos), tratando-se, portanto, de um desenho cujo escopo assume um recorte ontológico do real, “isto é, que se manifesta na realidade [do início do século XVI, no litoral da Colônia portuguesa “Brasil”] com determinações específicas, atuando como um elemento particularizador dos fenômenos e situações, em si uma mediação na análise dos movimentos históricos” (MORAES, 2000: 15). O diagrama é o seguinte:

¹³ Este pressuposto evidencia que as entradas exploratórias dos colonos portugueses eram correntes (o que explica o termo fixação entre aspas no primeiro parágrafo da página anterior), apesar das condicionantes materiais e bases normativas definidas que direcionavam a vida e as relações sociais no litoral. Todavia, é preciso expor a seguinte advertência: esta leitura histórica do território colonial brasileiro acerca da “litoraneidade” ou “maritimidade” (AZEVEDO, 1994 apud STRAFORINI, 2008) parte fundamentalmente da perspectiva do colonizador português, o que não desvaloriza o sentido da pesquisa, muito pelo contrário, ampara-se firmemente aos objetivos da investigação, já que rastrear este projeto colonial português (portanto, territorial) do século XVI e início do XVII na América do Sul significa, conjuntamente, compreender o desenvolvimento e papéis de sua atividade cartográfica colonial. O que perturba, neste sentido, centra-se no entendimento de que este caminho analítico silencia a abordagem – cartografia – das territorialidades de outros sujeitos sociais, mormente, a complexidade das tribos indígenas (populações autóctones), “povos agricultores com grande mobilidade espacial” (RIBEIRO, 1985 apud MORAES, 2001), existentes tanto no litoral quanto no interior da Colônia “Brasil”. Dar-se-á maior respaldo a esta questão em capítulo posterior, referente à desconstrução da obra de João Teixeira Albernaz I.

Diagrama 01 – Território e representações portuguesas da Colônia “Brasil” nas primeiras décadas do século XVI



Organização: Raquel Fulino de Souza, 2014.

Certamente, o foco que se busca na análise do diagrama acima está voltado para a compreensão do estado da arte da cartografia portuguesa da colônia “brasileira” do período sublinhado – no que confere à sua expressividade, ao estilo e discursos desenvolvidos pelos cartógrafos -, porém tal interpretação é gerada somente mediante uma leitura conjunta e articulada dos processos de conformação deste território, a qual admite o mapeamento das tentativas/concretizações dos processos históricos de apropriação do “espaço brasileiro”, já que “os territórios [materializam] as diferenças de determinação, distribuição e acumulação da práxis humana na produção do espaço” (SOUZA, J. G., 2009a, n/p), trazendo à tona discursos e representações de classes sociais que disputam poderes (materiais e imateriais) em um dado espaço.

Assim, formação territorial e projeto colonial são aceitos na reflexão como determinações genéricas que afluem em dois planos da análise: tratam-se de elementos que fazem emergir os movimentos históricos suscitados tanto por bases da estrutura econômica mercantil-capitalista quanto aqueles deflagrados por interesses específicos, movimentos singulares, intrinsecamente conjunturais (MORAES, 2000), constituindo-se, enfim, em objetos empíricos fortemente legítimos para as análises e reflexões advindas do levantamento e sistematização dos produtos cartográficos portugueses do século XVI (Tabela 01, p. 36), para as análises e reflexões acerca do desenvolvimento da cartografia colonial brasileira.

Cumpra-se este exercício, por fim, ao se constatar que as poucas representações portuguesas do início do século XVI relacionadas ao território brasileiro, na maioria pertencentes a planisférios cujas escalas pouco conseguem apreender os pormenores do espaço disputado, expressam, entretanto, de maneira destacada, ícones e elementos simbólicos relevantes para a leitura e o entendimento das relações socioespaciais e intencionalidades existentes na colônia por parte dos portugueses. Basta averiguar nas representações do “Brasil” referentes ao Planisfério de Cantino, de 1502, e até mesmo na quarta carta pertencente ao Atlas Miller, intitulada “Terra Brasilis” (1519), de Lopo Homem – Reinóis, que a árvore pau-brasil (retirada pelos próprios indígenas), algumas aves e outros animais excêntricos aos europeus da época, estabelecem uma associação mercantil direta entre o território brasileiro e o que de melhor ele ofertava. Tal como advoga Márcia Duarte dos Santos (2007) sobre este argumento:

(...) Nos mapas referentes ao novo mundo, datados dos Quinhentos, as figuras etnográficas e as da fauna e flora, bem como as que enfocam a incipiente exploração econômica de algum recurso, podem corresponder a algum atributo ou alguma característica das áreas em que estão posicionadas, tal como pode ser visto nas representações da América, no planisfério de Cantino, de 1502, e no Atlas Miller, do princípio do século XVI (...). (SANTOS, 2007: 58).

Além do fato de que as iluminuras – conjunto de elementos decorativos e imagéticos remanescentes da pintura Renascentista – garantiam valores estéticos para os produtos cartográficos da época, elas, muitas vezes, preenchiam os “vazios” das representações, pois, conforme esclarecido anteriormente, não havia informações geográficas suficientes para serem identificadas, sobretudo no interior dos continentes. Contudo, tal recurso estético não se exime de uma ressalva mais cuidadosa do ponto de vista da neutralidade que a explicação anterior pode carregar, já que:

O que se percebe inicialmente é o fato de que a técnica de utilização de profundidade [própria das iluminuras] dá um ordenamento na mensagem, que buscava pontuar a presença de determinados tipos de fauna e flora neste território. O cartógrafo, ao desenhar uma paisagem, acaba por inferir-lhe certo sentido, isto é, ordena o território (SILVA, 2006: 38).

Ordenamento territorial que pode ser verificado, sob outro viés, no que tange à caracterização técnica destas primeiras representações do século XVI. Em um primeiro aspecto, é notável o gradual crescimento de toponímias registradas no litoral,

permitindo a ilação de uma colonização elementar (basicamente de feitorias), porém contínua, a qual, segundo Marques (1988), já registrara um aumento expressivo do número de topônimos da costa “brasileira”, contabilizados em 146 registros a mais desde a representação de Cantino até a carta “Terra Brasilis”, em um intervalo temporal de menos de vinte anos, o que se mostrava relativamente curto ao se mensurar o lento processo de atualização/reprodução cartográfica manuscrita realizado naquele contexto histórico. Secundariamente, nota-se ainda que, nas primeiras representações:

(...) O que salta aos olhos é o tamanho do território e do oceano representados. As terras portuguesas estão, nitidamente, superdimensionadas, abauladas para o Oriente. Dessa maneira, podemos inferir que, ou a representação evidencia as dificuldades técnicas da época em se localizar longitudes com precisão ou Portugal estava mostrando ao Ocidente a leitura que queria ver consolidada sobre o pertencimento do território que queria explorar. Há, ainda, uma terceira possibilidade: as duas variáveis apontadas acima acabam por definir a forma e o tamanho com que os portugueses queriam “ler” sua colônia (SILVA, 2006: 41-42).

Leituras e discursos cartográficos do território colonial brasileiro que, diante do que foi exposto, e na medida em que a investigação conjunta dos principais processos de formação territorial, orientados, sobretudo, pelas intencionalidades e projetos portugueses sobre a Colônia, tornam, assim, evidentes suas graduais transformações, não marcadas, obviamente, por períodos estáticos (depois de 1530, depois de 1580 ou antes de 1640), mas que, sem sombra de dúvidas, configuraram, no decorrer dos séculos XVI e início do XVII, outras expressões e maneiras de reconhecer e propagar a(s) imagem(ns) do território da colônia “Brasil”. Assim, o próximo subcapítulo irá se deter sobre algumas dessas variações na cartografia colonial portuguesa, principalmente após a implantação do sistema de capitanias hereditárias, bem como a consolidação de determinadas vilas e cidades no litoral e a criação de Governos-gerais.

Tabela 01 - Representações Portuguesas do Espaço Colonial Brasileiro no Século XVI

Ano	Cartógrafo	Documento	Características Gerais
c. 1502	Cantino	Planisfério de Cantino (Original encontra-se na Biblioteca Estense - Módena, Itália - Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/cantino.jpg)	Meridiano de Tordesilhas é traçado pela primeira vez nas representações portuguesas. Grande ênfase iconográfica no pau-brasil e aves exóticas no interior do espaço brasileiro. Poucas toponímias. Litoral muito distendido para o Oriente, com grandes imprecisões cartográficas.
c. 1506	Anônimo português	Planisfério (Denominado <i>Kunstmann III</i> , c. 1506, desaparecido durante a 2ª Guerra Mundial, do Hauptconservatorium der Armee, Munique)	Costa leste mais precisa e maior riqueza de topônimos.
c. 1519	Lopo Homem, Pedro Reinel e Jorge Reinel	“Terra Brasilis” - Quarta carta pertencente ao Atlas Miller (Fac-símile da Bibliothèque Nationale de France, Disponível em: http://web.archive.org/web/20080727143048/http://www.finns-books.com/milapic3.htm)	Significativa evolução de topônimos no litoral, revelando maior detalhamento costeiro entre o Maranhão e o Rio da Prata, sendo este último muito demarcado por bandeiras portuguesas na margem direita. Litoral norte distorcido para Leste. Interior representando alguns elementos da fauna e populações autóctones (indígenas) extraíndo pau-brasil.
c. 1519	Anônimo atribuído a Jorge Reinel	Planisfério (PMC, Estampa 12)	Continente americano muito impreciso e desproporcional em relação aos outros continentes do mundo. Deformação do litoral norte do espaço “brasileiro” para Leste.
c. 1522	Anônimo atribuído a Pedro Reinel	Carta do Hemisfério Sul (Fonte: Marques, 1988)	Projeção polar; distorção a Leste da costa setentrional ainda marcante. Expressividade de topônimos na costa.
c. 1525-1532	Anônimo atribuído a Diogo Ribeiro	Quatro planisférios, um fragmento de planisfério e uma carta da América e	Litoral “brasileiro” bem detalhado, porém sua porção setentrional deforma-se à Leste. A

		Extremo Oriente (PMC, Vol. I, pp.104-106); Fonte: Marques, 1988- Disponíveis em: http://www.janusonline.pt/popups1998/1998_1_0_graf_e.html; http://www.aquimaria.com/html/forum-cartografia2.html)	costa da América do Sul encontra-se no centro do planisfério. Oceanos recortados por linhas portulanas.
c. 1540	Anônimo atribuído a Jorge Reinel	Carta atlântica (Fac-símile da Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro; Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa54.htm)	Expressividade na representação da costa ocidental africana em relação ao litoral “brasileiro”. No interior, indicativos de brasões de Portugal e de famílias nobres.
c. 1543	João Afonso	Dois esboços referentes à costa do Brasil contidos na obra Cosmographie (Fonte: Marques, 1988)	Traçados rudimentares da costa “brasileira”. O interior não é representado
c. 1545	Antônio Pereira	Fragmento de um planisfério (Disponível em: http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/Portugal/Images/Larger/Item25.jpg)	Representação rica em detalhes, inclusive no interior, o qual destaca-se com iluminuras. A largura do rio Amazonas é muito expressiva, sendo muito “serpenteado”, atravessando o continente de leste a oeste. Não há menção do rio da Prata.
c. 1545	Anônimo português	Planisfério (pormenor) (Biblioteca Nacional da Áustria - Disponível em: http://purl.pt/162/1/brasil/iconografia/antecedentes/tratado_tordesilhas/index.html)	Divisória de Tordesilhas indicada no espaço sulamericano, bem como a linha equinocial tangenciando o delta amazônico e o Trópico de Capricórnio ao sul. Interior representado por um indígena armado, segurando o brasão português. Rio da Prata bem destacado, porém não há clareza de sua união com o rio do Maranhão.
c. 1554	Lopo Homem	Carta do Brasil (Original pertence à Biblioteca Nacional Central de Florença; Fonte: Marques, 1988;)	Não há contorno no continente sulamericano, enfocando somente o litoral “brasileiro”. Destaque para os rios do Amazonas e da Prata e brasão de Portugal no interior. Divisória de Tordesilhas incluindo o estuário platino e o delta amazônico na porção portuguesa.

c. 1558	Anônima, atribuída a Lopo Homem	Carta do Brasil (Fonte: Marques, 1988)	O autor não apresenta características gerais da carta.
c. 1558	Diogo Homem	Carta da América Meridional contida em Atlas (Museu Britânico – Londres; Disponível em: http://www.bl.uk/popups/atlaslarge.html)	Carta ricamente iluminada, com grande composição iconográfica no interior do espaço sulamericano (fauna, flora, indígenas em atividade). Presença de toponímias no litoral atlântico, sendo este bem recortado. Destaque para os rios Amazonas (águas escuras e muito “serpenteado”) e Prata (águas claras), que não se unem.
c. 1558	Sebastião Lopes	Carta Atlântica (Mapoteca do Itamarati, Rio de Janeiro; disponível em: ita001b.jpg)	Rio Amazonas meandroso, cortando o continente sulamericano de leste a oeste, cuja nascente está indicada em uma lagoa, próxima a uma cadeia montanhosa. Destaque para o estuário platino. No interior do “Brasil”, há indicação de um indígena cortando pau-brasil. Brasões portugueses e espanhóis no interior do continente. Litoral rico em topônimos.
c. 1559	André Homem	Planisfério (Pertence à Biblioteca Nacional de Paris – Disponível em: http://www.aquimaria.com/html/forum-cartografia3.html)	Não há contorno do espaço sulamericano. Distensão a leste do litoral norte do “Brasil”. Rio Amazonas “serpenteado” e em destaque como o Prata. Representação detalhada, porém não é colorida.
c. 1560	Anônimo atribuído a Bartolomeu Velho	Carta do Brasil contida em Atlas universal (Original pertencente à coleção Huntington Library - San Marino, Califórnia Disponível em: http://dpg.lib.berkeley.edu/webdb/dsheh/heh_br?Description=&CallNumber=HM+44)	Litoral bem recortado e com muitas toponímias. Destaque para os rios Amazonas e Prata e também O Maranhão. Brasão de Portugal próximo ao estuário platino.
c. 1560	Anônimo português	Carta do Brasil pertencente ao Livro de Marinharia de João de Lisboa	Carta portulana ricamente iluminada, indicando toponímias ao longo de todo litoral. Presença de três castelos no interior do

		(Original existente no ANTT, Lisboa – Disponível em: http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4162625)	continente sulamericano, com brasões de Portugal e Castela. Destaque para algumas ilhas (Fernão de Noronha e Seis Ilhas, ao sul).
c. 1561	Bartolomeu Velho	Planisfério (pormenor) (Original conserva-se no Museu Naval de La Spezia (Itália) - Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa57.htm)	Sobreposição do meridiano de Tordesilhas sobre a "delimitação natural" entre os rios Sam Francisco e Parama unidos (Mito da Ilha Brasil). Lago é nomeado pela primeira vez (Alagoado Eupana). Litoral repleto de topônimos, destacando tribos indígenas (Pitiguás, Aimorés, Tupinambás, Tamoios e Guaranis).
c. 1561	Diogo Homem	Carta do Brasil contida em Atlas universal (Original existente na Biblioteca Nacional da Rússia, São Petersburgo. Visualização disponível em: file:///C:/Users/Raquel/Downloads/PRANCHA53Diogo_Homem1561%20(2).pdf)	Expressividade na representação dos rios Amazonas e Prata, porém não se conectam. Brasão de Portugal e bandeiras da Ordem de Cristo no interior do “Brasil”. Litoral coberto por topônimos.
c. 1563	Lázaro Luís	Carta do Brasil contida em Atlas universal (Original pertence à Academia de Ciências de Lisboa - Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa58.htm)	Carta portulana ricamente iluminada. Litoral com muitas toponímias, destacando o Rio da Prata, Rio Amazonas e O Maranhão. Grande árvore (provavelmente pau-brasil) no interior do “Brasil”. Brasão de Castela a 19ª Sul (próximo ao Rio de Janeiro), onde seria domínio português.
c. 1565	Anônima atribuída a Sebastião Lopes	Carta do Brasil contida em Atlas universal (Fonte: Marques, 1988)	O autor não traz descrições gerais.
c. 1568	Fernão Vaz Dourado	Carta do Brasil contida em Atlas universal (Original desaparecido desde 1851, Fac-simile pertencente ao ANTT – Lisboa, Cota: Coleção Cartográfica, nº 165 - Disponível em: http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4162624)	Representação muito iluminada. No interior do espaço sulamericano, indicações de brasões Portugal e Castela a leste e oeste, respectivamente. No centro, a escala de léguas interrompe a localização da nascente do Prata.

c. 1570	Fernão Vaz Dourado	Carta do Brasil contida em Atlas universal (Pertence à Biblioteca de Huntington, San Marino (EUA) – Fonte: Marques, 1988)	Segundo Marques, 1988, a carta referente ao Brasil apresenta uma lagoa no centro, comportando as nascentes dos rios Maranhão, Paraguai (ou Paraná) e S. Francisco.
c. 1570	Domingos Teixeira	Carta do Novo Mundo contida em Atlas universal (Fac-simile encontra na Biblioteca de Oxford - Visualização disponível em: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/0f/1570_domingos_teixeira_bodlean_library_oxford_01.jpg)	Espaço sulamericano exageradamente distendido no sentido leste-oeste. O rio Amazonas, bastante “serpentead”, tem destaque no interior do continente, originário de um grande lago próximo ao Peru. Brasões de Portugal e Castela no interior. Litoral atlântico bem recortado e com muitas toponímias, com maior imprecisão na porção setentrional.
c. 1570	Anônima atribuída a Sebastião Lopes	Carta do Brasil (Fonte: Marques, 1988)	Segundo o autor, há uma escala de léguas inserida no interior do espaço sulamericano, a qual dificulta a certeza da presença da Lagoa ou mesmo de uma união fluvial.
c. 1573	Domingos Teixeira	Planisfério (Original conservado na Biblioteca Nacional da França – Disponível em: http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b5901212v/f1.item.langPT)	Proporção leste-oeste do espaço sulamericano muito distendido. O meridiano principal do planisfério é Tordesilhas, centralizando, inclusive, o espaço sulamericano. Destaque para o Amazonas meandroso e uma grande lagoa no interior do espaço “brasileiro”. Brasões de Portugal e Castela.
c. 1576	Fernão Vaz Dourado	Carta do Brasil contida em Atlas universal (Original pertence à BNP (Lisboa) - Disponível em: http://purl.pt/400/3/#/50)	Litoral apresentando riqueza em topônimos. Brasões dos reinos de Castela e Portugal no interior do continente, representando as porções referentes a cada reino após o Tratado de Tordesilhas (1494). Escala de léguas inserida no interior dificulta a certeza de uma união fluvial entre os rios do Maranhão e Prata.
c. 1580	Fernão Vaz Dourado	Carta contida no Atlas de F. Kunstmann	Representação ricamente iluminada, representando indígenas e fauna no interior da colônia. Rio Amazonas bastante meandroso.

		(Original pertencente à Biblioteca Real de Munique (Alemanha) – Fac-simile disponível em: http://www.itaucultural.org.br/amazonicas/Amazonia/zoom019_tempo.htm)	Destaque para o Rio da Prata. Litoral atlântico bastante recortado e identificado, com porção setentrional distendida (exagerada).
--	--	--	--

Fonte: PMC, 1960-62; Marques, 1988; Tesouros da Cartografia Portuguesa, 1997. **Organização:** Raquel Fulino de Souza, 2014.

2.2 – Do terceiro decênio do século XVI ao início do século XVII

(...) opera como um microscópio e um telescópio ao mesmo tempo (...) o observador é compelido a oscilar entre uma posição razoavelmente afastada da pintura e várias posições muito perto dela (...) Nem um microscópio nem um telescópio se prestam para observar a emoção humana. (...) A ênfase é antes na quietude que na ação.

(Panofsky, 1999 apud Katuta, 2004:184)

É inegavelmente uma tarefa um tanto árdua e pretensiosa acompanhar as direções e os sentidos da produção cartográfica portuguesa de quase um século, mesmo que o foco esteja pautado “somente” no desenvolvimento das representações referentes ao território brasileiro. Isto porque, além da própria ambição da escolha do recorte temporal, o exercício de análise e sistematização que vem se firmando na presente pesquisa estabelece um movimento que se apoia tanto na visão ampliada das processualidades históricas que engendraram os trabalhos cartográficos portugueses da época - visão complacente a determinadas generalizações -, como também, de maneira conjunta, não deixa de solicitar dimensões interpretativas minuciosas, especificidades igualmente essenciais para a leitura crítica dessas representações. Assim, apesar da abrangência temporal ser aparentemente desmedida para o desígnio proposto, sua justificativa escora-se, entretanto, no próprio exercício metodológico citado por Panofsky na epígrafe – a leitura distanciada que o telescópio oferece e, ao mesmo tempo, a apreensão dos menores detalhes proporcionados pela visão microscópica -; tarefa que possibilita, dentre outros aspectos, identificar inflexões ao longo da evolução da cartografia colonial portuguesa, tais como se manifestam a partir das transformações suscitadas no terceiro decênio do século XVI.

Neste sentido, ao dirigir o olhar “distanciado”, primeiramente, sobre a formação territorial do período, Boris Fausto (2006) já afirmara que, desde o início do século XVI, “a maior ameaça à posse do Brasil por Portugal não veio dos espanhóis e sim dos franceses” (FAUSTO, 2006: 18), pois além de não ratificarem os tratados ibéricos de partilha do mundo, já que se apoiavam no princípio de *uti possidetis*, estes últimos também não se esquivaram da comercialização do pau-brasil e da lucrativa atividade pirata no litoral brasileiro, gerando posteriormente determinadas apropriações espaciais,

como na Guanabara (1555-1565)¹⁴ e no Maranhão (1612-1615)¹⁵. Em relação aos espanhóis, por outro lado, a atenção dos portugueses centrava-se principalmente nos extremos norte-sul da colônia, mais especificamente na foz amazônica e no Rio da Prata, tendo em vista que as notícias de entradas de metais preciosos em Castela, provenientes da América hispânica, transformaram estas rotas de escoamento de minérios e mercadorias em disputas espaciais e cartográficas¹⁶.

Somadas as evidências acerca das possibilidades de perder sua colônia na América, uma vez que as constantes invasões e disputas no litoral eram completamente insustentáveis aos poucos colonos portugueses existentes nas feitorias, a Coroa portuguesa também atravessava, em meados de 1530, uma aguda crise econômica em seu reino, como relata Pedro Calmon (1971):

(...) Era negra a situação financeira de D. João III atenuado pela desvalorização de especiarias, pelos infortúnios da Índia, pelos gastos do Estado e incessante aumento de suas responsabilidades d'além-mar, no trágico e longínquo Oriente. (...) Falência de indústria atrás de crise de numerário, depauperamento econômico (cada vez maior a falta de trigo), dependência em que ficava das colheitas e do comércio do Norte da Europa. (...) O exagero dos débitos que a Coroa não podia satisfazer; a asfixia, enovelada em empréstimos usurários e ágios humilhantes. Uma ruína! (CALMON, I, 1971: 160).

Sabe-se que, em geral, tais motivações levaram D. João III (reinado de 1521-1557) a concretizar sua empreitada colonial no território brasileiro “por processo mais amplo e seguro: a ocupação efetiva pelo povoamento e colonização” (PRADO JR.,

¹⁴ Moraes (2000) considera que “o estabelecimento da França Antártica representou a maior ameaça externa à soberania portuguesa durante o período analisado (...)” (pp. 323-324), já que os franceses articularam, inclusive, relações políticas com os indígenas (participando ativamente da chamada Confederação dos Tamoios contra os portugueses e tupiniquins).

¹⁵ Mesmo após a derrocada da França Equinocial, no atual estado do Maranhão, em 1615, os franceses deixaram seu legado com o principal forte, Saint Louis ou São Luís (1612), onde se aglomerava o centro comercial, urbano e militar desta região. Dirigiram-se, assim, para o norte, realizando, gradualmente, incursões na foz amazônica e nas Guianas.

¹⁶ Galeano (1976) já havia anunciado a cidade peruana de Potosí como a verdadeira “inveja dos reis” no século XVI até início do século XVII, reconhecida no universo europeu Ocidental pela imensa presença de metais e pedras preciosas, sendo polo de exploração, em particular, dos espanhóis. Não faltaram, com isso, caminhos marítimo-fluviais, e até mesmo terrestres para a antiga cidade inca, visando tanto o abastecimento da população que se encontrava instalada quanto o escoamento de suas riquezas. Os maiores exemplos são o Rio da Prata e a refundação de Buenos Aires (1580), na porção meridional do espaço sulamericano, e as entradas pelo Rio Amazonas (com a fundação do Forte do Presépio, em Belém, no ano de 1612), as quais revelam concretamente o estabelecimento deste conjunto de rotas e incursões até Potosí, engendrando, por sua vez, determinadas disputas espaciais e cartográficas com os portugueses.

1976: 31). Deste modo, “a proposta do sistema de capitânicas hereditárias¹⁷ emerge como saída viável e barata para apressar a instalação nas terras do Brasil” (MORAES, 2000: 299) e impele os donatários a iniciar um processo de povoamento em seus respectivos lotes, significando, na realidade, uma concessão de terras do reino português que necessariamente deveriam ser cultivadas (SILVA, 1997: 16).

Sumariamente, a estratégia das capitânicas hereditárias foi tão acurada para o início efetivo do processo de territorialização portuguesa no Brasil, que, além de “povoar, defender, tornar a terra produtiva, [determinações que] fechava[m] o ciclo de parte das obrigações pertinentes aos donatários (...)” (MOURA FILHA, 2003: 595), o governo metropolitano exigiu ainda a instalação e o desenvolvimento de vilas em cada capitania, ou seja, o estabelecimento e a organização de sedes político-administrativas em seus respectivos quinhões de terras doados:

(...) Nas cartas de doação das capitânicas constava, também, que aos donatários cabia integralmente à obrigação sobre a ocupação do território, determinando o Rei que “*posam por sy fazer villas todas e quaesquer povoações que se na dita terra fizerem e lhes a eles parecer que o devem ser as quaes se chamaram villas*” (CHORÃO, 1999 apud MOURA FILHA, 2003: 595).

Assim, as ordenações reais orientadas para a construção e o estabelecimento dessas povoações ao longo da faixa litorânea arquitetam, na realidade, uma importante expressão política da Coroa portuguesa, uma vez que as vilas, e posteriormente as cidades, configuraram-se como verdadeiras projeções espaciais do poder colonial, as quais visavam cumprir mediações diretas entre a soberania política, jurídica e administrativa da metrópole sobre a Colônia, como melhor explica Beatriz Bueno (2009):

(...) as “cidades” nas Ordenações do Reino de Portugal eram as “capitais” – “de cabeça, princípio, & fonte, donde outras cousas se encerram” –, ou seja, os prolongamentos do aparelho estatal, braços da Coroa, no reino ou nas distantes conquistas ultramarinas. Estar nos contornos e sob a jurisdição de uma

¹⁷ O sistema de capitânicas hereditárias constituiu-se em doações, de 1534 a 1536, de quinze quinhões, que se estendiam do litoral ao meridiano de Tordesilhas, concedidos a doze donatários, os quais deveriam arcar com o financiamento da empresa colonizadora. As cartas de doação elaboradas pelo rei vinham acompanhadas de forais, anexando os direitos, foros e tributos que deveriam ser retribuídos ao reino de Portugal (Bethencourt, 1998, apud Silva, 2006: 49). Vale destacar, com isso, que “os donatários receberam uma doação da Coroa pela qual se tornavam possuidores mas não proprietários da terra” (Fausto, 2006: 19), o que afasta qualquer prerrogativa de que as capitânicas possam ser consideradas sinônimos de feudos, já que se tratava, essencialmente, de uma estratégia da Coroa portuguesa para atrair investimentos privados no processo de colonização da América.

“cidade” significava ser parte de um reino ou império. Não por acaso, apenas a Coroa tinha a prerrogativa de fundar “cidades” em seus territórios. No Brasil-Colônia, as instâncias de poder organizavam-se hierarquicamente em instituições irradiadas a partir das “cidades reais”. (...) As vilas tinham papel hierarquicamente inferior às “cidades”, mas superior às capelas e freguesias. Todas, igualmente, eram tentáculos metropolitanos na distante “Conquista”, cumprindo papéis distintos na lógica da rede urbana (BUENO, 2009, p. 252).

Portanto, com estes pontuais delineamentos, já é compreensível que, se a negligência do governo metropolitano pela colônia “Brasil” era explícita desde o tratado de Tordesilhas (1494), conforme abordado no subcapítulo anterior, parece seguro afirmar que seu interesse pelo território brasileiro se consolida a partir de 1530 (ANDRADE, 1995: 30), mesmo diante de um projeto colonial sustentado pela iniciativa privada (capitães-donatários), cuja base agrário-mercantil apoiara-se essencialmente nas *plantations* de cana-de-açúcar, que se erigia enquanto alternativa para a instável economia portuguesa.

Não é por acaso, neste sentido, que o crescimento quantitativo de representações cartográficas do território brasileiro tenha se revelado com maior expressividade na segunda metade do século XVI¹⁸, uma vez que o gradual reconhecimento das potencialidades e riquezas que a colônia sulamericana poderia proporcionar, além do pau-brasil, tornava-se, cada vez mais, uma tarefa valiosa para Portugal.

Diferentemente da fase anterior analisada, tratam-se de representações que não aparecem mais, em geral, como referências de um determinado espaço “descoberto” e mencionado em planisférios, ou melhor, representações posicionadas de maneira descentralizada do plano da imagem geográfica¹⁹. Em outros termos, verifica-se que, neste momento histórico, o território do Brasil é registrado em escalas menores (cartas

¹⁸ Pode-se constatar este argumento analisando a Tabela 01 (pág. 36) em relação à fase anterior interpretada no subcapítulo 2.1.

¹⁹ Harley (2009; 2005; 1989), ao considerar os materiais cartográficos como constructos humanos de determinado contexto histórico, admite que estes produtos comportam uma dimensão imagética (representação gráfica) e textual (discursiva). Em sua proposta metodológica de desconstrução da imagem cartográfica e reconstrução do desígnio textual dos mapas, o autor defende o emprego de determinados recursos de análise, como, por exemplo, aquilo que denominou como “imagem geográfica”. Este é um elemento, dentre outros, que compõe sua estratégia interpretativa, expressando os signos e aspectos que destoantemente foram inseridos nas representações, como brasões, igrejas, letras ou inscrições, a opção de cores e, especialmente para este caso, a escolha do centro da representação. Em outras palavras, seja qual for a escala do mapa, a centralização de determinado ícone na imagem revela aquilo que é primeiro apreendido pelo olhar do observador, ou seja, aquilo que o cartógrafo escolheu para ser mais relevante na composição total.

gerais), proporcionando a visão ampliada de seus contornos de modo a exaltar detalhes antes incógnitos.

Tratam-se, distintamente, de importantes variações geradas na ciência cartográfica portuguesa dos Quinhentos, traduzidas mediante o exercício metodológico que está sendo desenvolvido ao longo do texto, como já fora anunciado na epígrafe desse subcapítulo: se, por um lado, formação territorial e projeto colonial são determinações genéricas que particularizam os movimentos históricos de territorialização (colonização) portuguesa no Brasil, apreendidas pela leitura, nomeadamente, distanciada (“macroscópica”), por outro viés, as determinações da cartografia colonial portuguesa são fundamentalmente apreendidas e elucidadas pela análise pormenorizada (“microscópica”), permitindo, assim, a visualização e compreensão da dialeticidade histórica existente entre esses processos.

Assim sendo, ao prosseguir nesse caminho metodológico, reconhece-se que, além das inflexões já aludidas, “(...) o período de que se conhece maior número de atlas portugueses, sempre manuscritos, surge na década de 50 a 70 do século XVI” (TESOUROS DA CARTOGRAFIA PORTUGUESA, 1997: 88); constatação que revela que as cartas gerais do Brasil, engendradas nesta fase, foram, genericamente, inseridas em atlas universais portugueses (Tabela 01, pág. 36), os quais tiveram o caráter de organizar e sistematizar as representações dos diversos espaços do mundo, mas, principalmente, visaram ratificar quais eram, efetivamente, as possessões de Portugal, sendo que a colônia sulamericana despontava-se, por sua vez, como uma das mais rentáveis para o reino.

Nos Atlas portugueses do período dito de esplendor (séculos XVI-XVII), vamos encontrar muitos onde se representa o Brasil. A grande colônia portuguesa vai destacar-se no conjunto do império. Porque era um espaço imenso – de dimensões continentais –, porque era o mais rico do domínio português, pela produção do açúcar. O que impunha que fosse conhecido e representado (...) (MAGALHÃES, 2009: 78-79).

É neste sentido que se torna possível inferir que a produção cartográfica portuguesa em atlas revele, ainda, um sentido de preservação dos valiosos documentos cartográficos das conquistas portuguesas, minimizando atividades piratas de outros impérios, uma vez que saquear e contrabandear documentos soltos (planisférios, cartas e mapas dispersos, muitas vezes anônimos) de instituições de Portugal, subornando funcionários oficiais do reino, seria uma incumbência relativamente mais simples do

que consumir o desaparecimento de obras maiores, como atlas, dos órgãos reais, pois é sabido que:

A principios del siglo XVI, los controles portugueses sobre el conocimiento cartográfico se habían reforzado con el establecimiento de un “repositorio hidrográfico” dentro del “Almacén de Guinea y las Indias”. Éste ejerció claramente funciones de censura. (...) Esta organización hizo posible la insistencia de que las cartas de navegación realizadas antes de un viaje se devolvieran al completarlo, mientras que el deber de otro oficial era ocultar los recipientes para que no hubiera objeciones de su manejo de los documentos (...) (HARLEY, 2005: 124).

Seja como for, é fundamental, entretanto, a compreensão de que os atlas universais do século XVI reuniam os conhecimentos e interesses dos portugueses por muitas porções do planeta, sendo que o mote de distribuição temática dos mapas articulava rotas de atividades econômicas, expressando nexos geográficos de circulação de colonizadores portugueses no mundo (TESOUROS DA CARTOGRAFIA PORTUGUESA, 1997). No caso das cartas gerais do Brasil, são atlas como o *Livro de marinharia de João de Lisboa* (c. 1560), o de Diogo Homem (c. 1561), sem contar os dois de Fernão Vaz Dourado (c. 1576; c. 1580), e outros, que promulgam, em determinado fólio das obras, um vasto território preenchido por topônimos preponderantemente localizados na faixa litorânea, os quais identificam elementos da paisagem, como as formas do relevo costeiro, descrições da mata litorânea, referências (em alguns casos) a territórios indígenas (e se estes mantinham boas relações com os portugueses), fortes, vilas, cidades, além da identificação de rios que desaguavam no Atlântico.

Deste último aspecto paisagístico, não há como negar a notoriedade do Rio Amazonas e do Rio da Prata, tanto pelo fato de terem sido registrados em quase todas as cartas do Brasil a partir da metade do século XVI quanto pelo exagero de seus contornos no conjunto da imagem representada. As cartas gerais, como exemplo, a de Lopo Homem (c. 1554), além da de Diogo Homem (c. 1561), ou mesmo a de Domingos Teixeira (c. 1570), revelam claramente a dimensão hídrica representada desses dois elementos, verdadeiras artérias fluviais no espaço da América do Sul. Entretanto, muito mais do que uma imprecisão cartográfica acerca das reais proporções das duas grandes redes de drenagem, reconhece-se o extenso debate histórico-cartográfico e seus

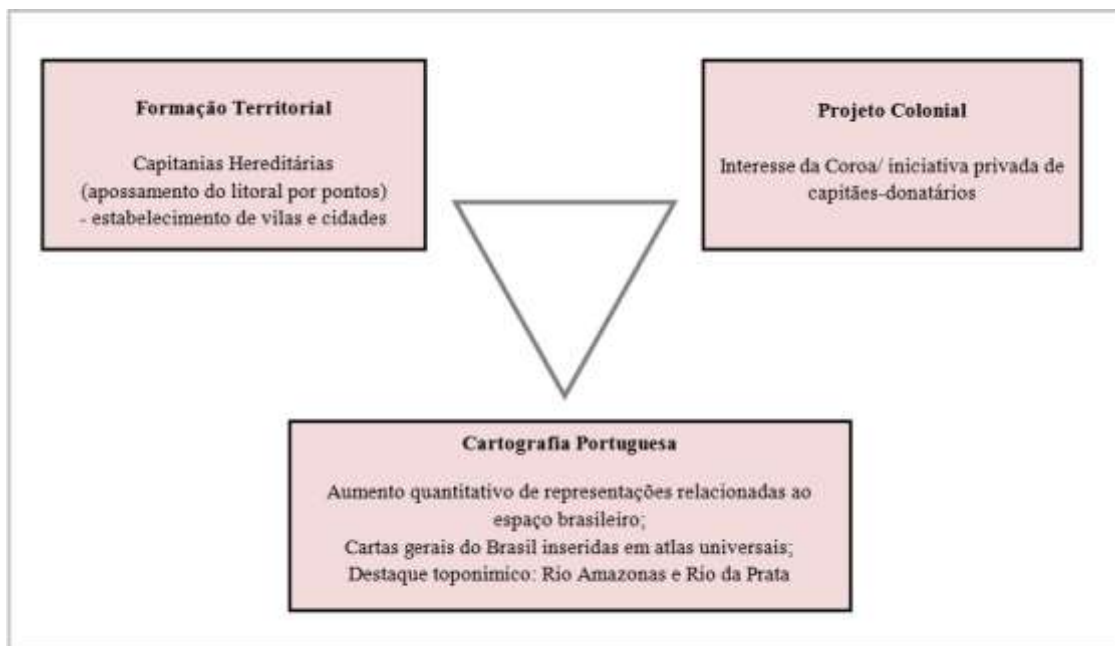
desdobramentos geopolíticos, sobretudo, ibéricos de se controlar o delta amazônico e o estuário platino.

Não é difícil notar que, nas cartas gerais do Brasil da metade do século XVI, ambos, Amazonas e Prata, são registrados, em geral, de duas maneiras: ora aparecem praticamente unidos no centro do continente (originados de uma mesma fonte, a Lagoa Eupana ou El Dorado) ora são representados completamente desconectados. Não existe, entretanto, um padrão (lógica) temporal que evidencie a mudança de um modo de representar para outro, sendo ainda obscuros os elementos analíticos para essa questão, cujo debate na cartografia histórica brasileira (KANTOR, 2007) é demasiado intenso. Permeado por lacunas e inúmeras ilações, trata-se de uma problemática que se confirma na produção cartográfica de João Teixeira Albernaz I, por isso será abordada mais cuidadosamente no capítulo seguinte.

Destarte, admite-se que as reflexões tecidas reverberam-se centralmente no objetivo deste segundo capítulo da pesquisa, já que desenvolver uma leitura crítica acerca da evolução da cartografia colonial portuguesa significa reconhecer, dialeticamente, os movimentos engendrados entre a ciência cartográfica e seu contexto histórico, a fim de buscar interpretações que respondam às variações geradas nas formas e sentidos – desenho e desígnio (BUENO, 2010) - de se representar o território brasileiro na metade do século XVI. Variações que fazem emergir, correlatamente, as intencionalidades dos sujeitos sociais na conformação de territórios, relações históricas de produção e apropriação de espaços, que são manifestadas ou silenciadas na cartografia do período.

Assim, novamente, recorre-se a um esquema elucidativo para a argumentação desenvolvida nos parágrafos anteriores:

Diagrama 02 - Território e representações portuguesas da colônia brasileira da metade do século XVI



Organização: Raquel Fulino de Souza, 2014.

Isto posto, é compreensível, por um lado, a expressão avigorada de Andrade (1995: 30) ao avaliar o século XVI, a partir da segunda metade, como um período marcado pela “exploração sistemática” de Portugal sobre a colônia brasileira, principalmente após a introdução do sistema de capitanias hereditárias. No entanto, deve-se ter clareza de que “várias dessas capitanias hereditárias permaneceram abandonadas” (COSTA, 2007: 86) e “poucas prosperaram” (CALMON, I, 1971: 173), o que denota que, face aos processos de apropriação espacial, estes se consolidaram de maneiras bem distintas, como o próprio autor elucida:

As quinze capitanias tiveram destinos bem diferentes, e um grupo delas não chegou a ter iniciada a sua ocupação, como Maranhão, Ceará, Rio Grande e Santana, ou porque os donatários não tiveram condições ou porque fracassaram; um outro grupo, formado por Itamaracá, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Paraíba do Sul e Santo Amaro, teve um início de povoamento com a implantação de vilas e engenhos de açúcar, mas fracassou em decorrência de divergências entre os colonos, de incompetência e falta de recursos dos donatários ou à reação dos indígenas; só duas, Pernambuco e São Vicente, prosperaram, com a expansão de culturas tropicais e com a implantação de vilas e povoações (ANDRADE, 1995: 30).

Por conseguinte, ponderar o relativo êxito do sistema de capitanias hereditárias na colônia “Brasil” qualifica e aprofunda a compreensão dos processos constitutivos iniciais desse território pelos portugueses, que se firma, sobretudo, mediante o levantamento e articulação dos elementos socioespaciais diferenciadores das capitanias. Entretanto, seria descabido buscar uma caracterização individualizada desses processos, mesmo porque tal caminho, ao apoiar-se numa descrição enfadonha (circunscrita, muitas vezes, em aportes teóricos espaciais²⁰) e descomprometido com a visão de conjunto que o exercício sugere, não se torna efetivamente explicativo no que diz respeito ao estado da arte da cartografia colonial portuguesa no momento histórico ressaltado.

Para tanto, contudo, alguns autores (ANDRADE, 1995; PPRADO JR., 1976; MORAES, 2000) identificam que, na segunda metade do século XVI, três áreas - ou *proto-regiões*, nos termos de Moraes (2000) -, contribuem para mapear, de maneira genérica, os primeiros processos de territorialização lusitana no Brasil. Entendidas, assim, como as mais representativas no que tange à consolidação e desenvolvimento de três específicas capitanias, é plausível afirmar, neste viés, que estes espaços foram erigidos a partir de determinados núcleos costeiros de povoamento (vilas e cidades) e seus respectivos entornos, orientados, em geral, por um porto de escoamento.

Concebe-se, com isso, que as relações sociais engendradas nas capitanias de Pernambuco, Baía de Todos os Santos e São Vicente dinamizaram e concretizaram a apropriação de espaços cada vez mais longínquos da colônia, não somente costeiros, o que revela tanto o parcial (e não completo) isolamento dessas unidades como também constata-se determinadas penetrações exploratórias no território brasileiro. Assume-se, portanto, que tais *proto-regiões* configuraram-se polos deflagradores da conquista portuguesa na América do Sul, conformando, historicamente, zonas contíguas de povoamento, expansão e exploração econômica; enfim, “[tratavam-se de] pioneiros centros de irradiação na formação territorial do Brasil” (MORAES, 2000: 309).

Nesta direção, o que diz respeito à formação territorial das capitanias “do norte”, Pernambuco, indubitavelmente, constituiu-se o polo emanador desse processo, mais especificamente os núcleos coloniais (vilas) de Igarçu e Olinda, fundadas

²⁰ Perspectiva teórico-metodológica detalhadamente debatida no Capítulo 1, a qual camufla, ou exime, os sujeitos históricos na efetivação concreta dos espaços, atribuindo, às espacialidades, uma dimensão ontológica própria (em si).

oficialmente pelo capitão-donatário e soldado do Oriente, Duarte Coelho, em 1535 e 1537, respectivamente. Assim:

(...) Como Olinda se encontrava a seis quilômetros da foz conjunta dos rios Capibaribe e Beberibe, surgiu em uma restinga próxima à foz um povoado que recebeu o nome de Recife, de data de fundação incerta. Muito próximo a este núcleo, na capitania de Itamaracá, foi fundada (1535) a Vila de Nossa Senhora da Conceição e, mais no interior, a de Goiana (1570), doada a Pero Lopes de Sousa e que se tornaria, no século XVII, a principal vila da capitania. Como Pernambuco foi uma capitania que logo se desenvolveu, graças à expansão da cultura da cana-de-açúcar, teve povoações elevadas à categoria de vilas, como Sirinhaém (1614), Porto Calvo (1615) e Alagoas (1624). Mesmo Penedo, nas proximidades da foz do São Francisco, era, nesse período, um forte e uma povoação de importância (ANDRADE, 1995: 35).

De acordo com Moraes (2000), a expansão de campos voltados para a pecuária, atividade complementar à lavoura açucareira, fomentou o processo de interiorização do Nordeste, que, no final do século XVI, já apresentava uma região colonial em formação, relativamente articulada em uma rede de núcleos de povoamento e circulação, além de zonas de expansão desenhadas. Além da pecuária, as disputas com os indígenas (caetés) podem ser consideradas outro elemento de interiorização, iniciado em Olinda, cujo alargamento:

(...) para o norte foi coroado de êxito, em 1584, com a implantação da cidade de Filipéia das Neves, na foz do rio Paraíba do Norte, e a de Natal, na foz do Potengi, em 1598. Os povoadores, além das vilas, sempre junto a portos naturais em fundos de baías e enseadas e nos estuários de rios, também implantavam engenhos de açúcar e lavouras de subsistência. As relações com os indígenas eram às vezes cordiais e às vezes conflituosas, ocorrendo sempre choques com franceses em pontos comerciais e militarmente estratégicos (ANDRADE, 1995: 38-39).

Paralelamente, reconhece-se, nas capitanias “centrais” – Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e também São Tomé -, um movimento expansionista semelhante, proveniente da Baía de Todos os Santos, mais especificamente de Salvador, que recebera a nomeação de cidade, em 1549, tornando-se sede do governo-geral português

no território brasileiro²¹. É a partir desse polo que os processos de territorialização de seu entorno imediato, sobretudo, no Recôncavo, foram estabelecidos, principalmente em função do desenvolvimento da lavoura canavieira e do cultivo de tabaco (Prado Jr., 1976). Logo, em outra direção:

Mais próximo à costa, extravasando o Recôncavo, ocorreu o avanço areolar para o norte numa ampla faixa que associava pecuária e lavoura. Tal movimento vai atingir Sergipe na última década do século XVI, sendo a povoação de São Cristóvão fundada em 1590. No ano seguinte, a frente de expansão baiana já transitava por Alagoas, onde Salvador vai disputar centralidade com os fluxos oriundos de Pernambuco, constituindo o contínuo mais densamente ocupado das terras brasileiras da época. Restaria ainda lembrar que, buscando minerais e pedras preciosas, põem o núcleo baiano em comunicação com os sertões mineiros, num movimento que acaba por chocar-se – em fins do século XVII – com o originado de São Paulo (MORAES, 2000: 316-317).

Finalmente, identifica-se o terceiro polo de expansão territorial portuguesa na colônia americana, tendo em vista o fortalecimento de um eixo contíguo entre os núcleos costeiros das “capitanias do sul”, proveniente da Capitania de São Vicente, fundada, em 1532, pelo donatário Martim Afonso de Sousa. Como melhor explica Andrade (1995):

Em São Vicente, foi fundada por Martim Afonso de Sousa, que comandou a expedição de 1530-32 ao Brasil, a vila do mesmo nome (1532) e, em seguida, a de Santos (1543), fundada por Brás Cubas. No planalto de Piratininga, onde vivia um antigo naufrago português, João Ramalho, foram fundadas as vilas de Santo André da Borda do Campo (1553) e São Paulo de Piratininga (1554), esta sob controle dos jesuítas que aí instalaram um colégio. A região de São Vicente, nos primeiros anos, não teve a importância econômica da pernambucana e da baiana, mas, ligada à cultura de subsistência, à pequena pecuária, à exploração do ouro em pequena escala (Afonso Sardinha no início do século XVII) teve uma expansão populacional que permitiu, no século XVII, o desenvolvimento

²¹ De acordo com Simões Jr.; Campos (2013), a escolha de Salvador para ser sede do governo-geral português no Brasil justifica-se, essencialmente, por razões de defesa militar, já que a instalação de cidades em sítios elevados, protegidas por escarpas íngremes, constituía-se em premissa básica da colonização portuguesa que se realizava na África e no Oriente. Por sua vez, a dualidade “cidade alta” e “cidade baixa” materializada em Salvador, dividiu, igualmente, as atividades urbanas existentes, sendo que, na porção portuária, a navegação e o comércio eram centrais, enquanto a vida religiosa, política e administrativa eram exercidas, sobretudo, na colina. Além disso, não se deve negligenciar a tentativa trazida pelo arquiteto, principal idealizador de Salvador, Luís Dias, que consistia em consolidar, a partir desta cidade, o centro geométrico da costa brasileira.

de vilas como Taubaté (1645), no vale do Paraíba, de onde partiram as bandeiras que transpuseram a Mantiqueira e desenvolveram trabalhos de mineração em Minas Gerais. (...) (ANDRADE, 1995: 36).

Neste sentido, mesmo que seja ousado afirmar uma “exploração sistemática” da colônia brasileira, conforme a acentuada expressão de Manuel Côrrea de Andrade (1995), já que os movimentos históricos de formação territorial portuguesa seguiram ritmos não homogêneos de consolidação e expansão, é inegável, por outro lado, que “o sistema [de capitanias hereditárias] atuou na fixação dos portugueses em solo americano” (MORAES, 2000: 302).

No entanto, faz-se relevante notar que o termo “fixação” torna-se, neste caso, estritamente explicativo para o entendimento do processo de instalação efetiva de portugueses no território brasileiro, manifestando um caráter completamente distinto da ocupação portuguesa temporária em feitorias. Esse detalhe terminológico torna-se proeminente já que não se deve, com isso, correlacionar “fixação” a um modo de compreender o território, no sentido de tornar o conceito estático (SOUZA, J. G., 2009a; 2009b), justamente quando a interpretação empírica revela o contrário.

Em outras palavras, o território, constituído mediante determinações concretas de sujeitos sociais que travam relações de poder no espaço, conforma-se temporária ou permanentemente, e nas mais diversas escalas (SAQUET, 2004), contestando, assim, qualquer dimensão teórico-analítica que imobilize o conceito. Um forte exemplo desse “engessamento” conceitual circunda definições que limitam e/ou reduzem as fronteiras de um dado território quando elaboradas antecipadamente – de modo *a priori* – da averiguação empírica, por uma classe específica de sujeitos, os quais formalizam, no âmbito jurídico-político, e também cartográfico²², a posse sobre determinado espaço (SOUZA, J. G., 2009a; 2009b).

Esta reflexão acerca do conceito de território incide algumas provocações sobre a questão da litoraneidade, ou melhor, do tratamento dado ao modo de colonização portuguesa do século XVI e XVII no Brasil, que, de maneira indubitável, fora normatizado tanto no plano representativo (cartografia portuguesa) quanto na esfera das

²² Para Moraes (2001), a formação territorial implica três dimensões: a) as construções bélica/militar; b) a jurídica; e c) a ideológica. Compreende-se que a prática cartográfica insere-se na construção ideológica, sendo que “há casos de territórios, nos quais existia primeiramente um pleito ideológico, depois se fez a conquista militar, depois a legalização jurídica. (...) Há casos em que primeiramente se conquista e depois se impõe um processo ideológico de afirmação daquela nova identidade” (MORAES, 2001: 106).

ordenações régias, condições imperativas para que os colonizadores portugueses se “fixassem” na costa atlântica²³.

Provocações que não significam negar, por sua vez, que o dinamismo das relações sociais bem como as condições materiais de existência portuguesa presentes no território da colônia brasileira foram orientados/produzidos na porção costeira, sendo a defesa e o estabelecimento de vilas e cidades constituidores elementares dessa geopolítica lusitana. Contudo, ressalta-se que, após a metade dos Quinhentos, e não apenas nos séculos XVIII e XIX, as expedições exploratórias para o interior da colônia brasileira já haviam se manifestado.

Tem-se, por exemplo, que nas capitanias “do sul”, sobretudo, São Vicente, Santo Amaro e Santana, devido à maior distância da sede do governo-geral, em Salvador, e, por conseguinte, do controle e intervenções diretas do poder real, não foram impedidas organizações de itinerários prospectivos de colonos para o interior. Isto sem contar que os caminhos indígenas do entorno paulista, próximos a eixos fluviais, também proporcionaram expedições incursivas particulares (MORAES, 2000).

(...) Além disso, a busca de índios para o interior, e a concomitante pesquisa do ouro, ia impor que se percorressem os rios e se reconhecesse o território. Há vestígios de desenhos muito frustrados de itinerários, o que ainda não é cartografia [sic]. (...) Frutos da observação e de informações que se iam recolhendo. Inclusive pode pensar-se que os índios faziam representações em que miniaturizavam o seu mundo. Que era maior do que se supõe, porque eles eram grandes andarilhos. E conheciam muito bem as florestas e os rios tropicais (MAGALHÃES, 2009: 79).

Neste sentido, aventura-se novamente outra provocação: considerando que as figurações espaciais de qualquer contexto histórico respondem à dimensão ideológica (pois fenomênica) dos sujeitos criadores de suas espacialidades/territorialidades, por que a história da cartografia portuguesa sequer, ou muito pouco, menciona a existência de croquis, esboços e/ou mapas referentes aos caminhos e explorações de colonos no interior do Brasil no século XVI e XVII, conforme apontados em parágrafos anteriores? Diante das constatações empíricas de adentramento na colônia no século XVI e XVII, baseadas nos processos formativos do território brasileiro, os quais erigiram verdadeiras zonas contíguas de expansão portuguesa, as proto-regiões como entendeu Moraes

²³ Aspectos ampliadamente analisados no subcapítulo anterior.

(2000), não seria, neste sentido, muito reducionista pensar que há um fator técnico limitante e, portanto, irretorquível, pautado no desenvolvimento “tardio” das coordenadas longitudinais, que somente se estabeleceram na segunda metade do século XVIII? Ou então afirmar categoricamente que este tipo de cartografia (terrestre) existiu de maneira exclusiva nos séculos seguintes? Por que não pensar em um processo histórico de “formalização” cartográfica portuguesa, que, hegemonicamente, orientou padrões/modelos e representações da territorialização dos colonizadores, sobretudo, no litoral, uma vez que a dimensão jurídico-política tenha se estabelecido *a priori* no movimento histórico de apropriação do espaço colonial brasileiro, mediante ordenações reais de “fixação” de colonos na costa? Quais figurações espaciais de sujeitos não ligados aos órgãos reais de Lisboa foram silenciadas²⁴ na tradicional cartografia histórica portuguesa?

Trata-se de uma problemática a ser investigada em outra ocasião, porém é preciso lucidez para compreender que o exercício de identificação de possíveis supressões na história da cartografia não está pautado em especulações abstratas, e sim, fundamenta-se na análise atenta dos elementos que, de forma contraditória, estão claramente manifestados nas representações e nos processos históricos de formação territorial, conformando as intencionalidades e os projetos políticos de sujeitos sociais. Portanto, nada mais sólido do que o entedimento de que a validação ou a refutação de tais hipóteses se confirmam mediante o largo trabalho de averiguação empírica.

Assim, tendo em vista que se trata de um ponto aberto ao estudo e que, portanto, não será tratado de maneira aprofundada nesta pesquisa, vale retomar, neste sentido, o “olhar macroscópico” sobre as décadas finais do século XVI e início do século XVII, no que diz respeito à formação territorial do Brasil e as mudanças político-jurídicas geradas, sobretudo, com a denominada “União Ibérica”, deflagrada após a crise monárquica em Portugal, com as mortes dos dois últimos reis da dinastia de Avis: D. Sebastião, em 1578, e D. Henrique, em 1580²⁵. Trata-se do contexto histórico no qual a produção cartográfica de João Teixeira Albernaz I está situada, confirmando-se, assim,

²⁴ O objetivo central da questão “es el diálogo que surge de la supresión, intencional o no, de información en los mapas. Se basa en una teoría del silencio cartográfico. Mi lectura del mapa no es técnica (ésta cuenta ya com bastante literatura), sino política” (HARLEY, 2005: 114).

²⁵ O trono português é assumido por Filipe II (neto de D. Manuel I), da casa de Habsburgo, rei de Castela, que governou entre 1580 a 1598. De 1598 a 1621, assumiu Filipe III da Espanha; e de 1621 a 1640, Portugal foi governado por Filipe IV (Filipe V de Portugal).

a relevância da análise cuidadosa desse período, principalmente no que diz respeito às inflexões geradas na cartografia colonial portuguesa.

2.2.1 - O contexto de unificação das Coroas ibéricas (1580-1640)

O marco das circunstâncias e das condições históricas definidas produz um mapa que é, indiscutivelmente, um documento social e cultural. Todos os mapas estão relacionados com a ordem social de um período e de um lugar específico.

(John Brian Harley, 2009)

A justificativa de esgueirar a análise no contexto histórico do final do século XVI e início do século XVII, especificando-o neste subcapítulo, escora-se, conforme delineado no parágrafo anterior, na necessidade de estabelecer as condições concretas que engendraram os trabalhos cartográficos de João Teixeira Albernaz I. De antemão, admite-se que a centralidade da pesquisa é tomada a partir desse momento do caminhar científico; afirmação que não deslegitima as reflexões trazidas nos capítulos antecedentes, já que estas consolidam os nexos fundamentais para o entendimento da cartografia portuguesa produzida no período de unificação das Coroas ibéricas, sobretudo ao elucidar criticamente as variações no modo de representar o território colonial português na América ao longo dos Quinhentos.

É razoável, neste sentido, assentir que as inflexões apontadas respondem ao exercício comparativo entre a produção cartográfica de João Teixeira Albernaz I e as representações espaciais portuguesas precedentes, uma vez que “ningún mapa está herméticamente cerrado en sí mismo, ni puede responder a todas las preguntas que despierta. Tarde o temprano la interpretación de los mapas anteriores²⁶ se convierte en un ejercicio de cartografía comparativa” (HARLEY, 2005: 69), o que permitirá engatilhar as primeiras direções analíticas que sustentarão uma investigação acerca dos elementos ou informações que foram propagados e/ou omitidos nos trabalhos do cartógrafo em questão.

Para tanto, deve-se reconhecer, em primeiro aspecto, que o período de dominação espanhola sobre Portugal enseja diversos caminhos de exploração, dada a complexidade dessa conjuntura histórica, que, de modo paradoxal, é muitas vezes negligenciada ou pouco esmiuçada nos estudos histórico-geográficos da formação territorial brasileira (MORAES, 2000: 409), levando a cerceamentos decisivos que não deveriam ocorrer nas pesquisas. Assim sendo, a fim de não perder-se em descrições

²⁶ O termo “mapas anteriores” refere-se, na citação harleyana, a mapas históricos ou mapas pretéritos.

exaustivas que abandonam a centralidade nem correr o risco de escamotear aspectos essenciais do período, mas, sim, trazer à tona pontos efetivamente explicativos da cartografia portuguesa na União Ibérica, faz-se pertinente recordar, preliminarmente, que é a produção açucareira no final do século XVI a base material do processo de colonização e ocupação territorial portuguesa no Brasil (PRADO JR., 1976; FURTADO, 1991), particularmente em Pernambuco, sendo um produto extremamente requisitado nos mercados europeus. Tem-se que:

Em 1570, o número de engenhos elevava-se a 55, segundo Gândavo; distribuíram-se, de acordo com as capitanias, do seguinte modo: 1 em Itamaracá, 23 em Pernambuco, 18 na Bahia, 8 em Ilhéus, 1 no Espírito Santo, 4 em São Vicente. (...) Posteriormente, o número se apresenta aumentado; são, pelo menos, 108 em 1584, conforme os arrola o Padre José de Anchieta em sua “Informação do Brasil”, referente àquele ano. 60 ou mais estão em Pernambuco, alguns 40 na Bahia, 4 ou 5 no Espírito Santo, alguns em Ilhéus e 2 ou 3 em Porto Seguro (DIÉGUES JR., 2006: 16).

Fato de nenhum ineditismo para a compreensão das disputas espaciais engendradas no Brasil no Antigo Regime é que, diante disso, a região Norte²⁷, de modo geral, tornava-se alvo de uma série de invasões e atividades corsárias, sobretudo, holandesas²⁸ (COSTA, 2007), deflagrando, por sua vez, reorientações nas táticas coloniais e transformações nos processos territoriais durante os reinados dos “Filipes” de Espanha.

Reorientações e transformações que reverberam sobre o próprio significado político de monarcas espanhóis no controle colonial português durante sessenta anos, principalmente, regendo o Brasil no auge da produção do açúcar. Isto porque, muito embora Portugal tenha estabelecido uma aparente autonomia na administração de suas colônias no período de unificação ibérica, mediante organização de conselhos²⁹ dirigidos por membros do clero e da aristocracia lusitanos (MORAES, 2000: 344), é indubitável, por outro lado, que o império português e suas colônias embrenharam-se

²⁷ Entende-se por região Norte o espaço colonial brasileiro demarcado ao norte da capitania de Pernambuco. Trata-se de uma opção que se tornará efetivamente explicativa nos parágrafos seguintes, ao interpretar a configuração administrativa do território brasileiro após 1608.

²⁸ A questão das invasões holandesas será retomada posteriormente.

²⁹ Destaca-se a institucionalização do Conselho das Índias, órgão criado em setembro de 1604, o qual está inserido na lógica de centralização de projetos e deliberações coloniais.

em um novo arranjo de relações europeias, de modo a impulsionar, por sua vez, alianças e embates entre outros impérios e a Coroa espanhola. Assim:

Com a União Ibérica, o Brasil passou de facto a fazer parte da Monarquia Católica, convertendo-se rapidamente no alvo dos inimigos de Espanha. A defesa desse território meridional tornou-se uma das principais preocupações da Coroa, ao mesmo tempo que se acentuava a relevância estratégica do Brasil para a conservação dos impérios ibéricos. Cumpre recordar que a costa sul-americana constituía uma escala para os navios que regressavam da Índia, mas também para aqueles que tinham como destino o Oceano Índico. Acresce que, para as Índias de Castela, o Brasil funcionava como uma importante barreira defensiva, especialmente para as riquezas extraídas das minas de Potosí. Além de tudo isto, aquilo que também estava em jogo era a defesa de uma colônia que se encontrava em pleno desenvolvimento econômico, e que, juntamente com o tráfico negreiro, estava a assumir uma importância crescente para a Coroa portuguesa (MARQUES, 2002: 18).

É notável, assim, que a perspectiva geoestratégica de defesa do território colonial brasileiro mantinha-se orientada para a costa atlântica, ainda que as *plantations* de açúcar e as expedições missionárias de evangelização indígena implicaram em avanços prospectivos para o interior a partir dos núcleos de povoamento, como abordado no subcapítulo anterior, alargando o processo de territorialização portuguesa no Brasil. Além do mais, os documentos históricos são empiricamente reveladores, como denotam as ordenações do rei Filipe II, expostas em “Regimento do Governador Francisco Giraldes”, de 1588, sobre a questão costeira:

E pela opressão que meus vassallos daquele Estado recebem dos corsários que continuam àquela costa, a que convém mandar dar remédio, vos encomendo e mando que tanto que embora chegardes àquelas partes, ordeneis como se façam, por conta de minha Fazenda, duas galeotas de até vinte bancos cada uma, e duas zabras de sessenta até setenta toneladas cada uma (...) e possam continuamente andar guardando a costa da Bahía até a Paraíba, e mais partes que vos parecer necessárias, ordenareis como, aos donos de engenhos d’açúcar das Capitanias das ditas partes, acudam com mantimentos para os soldados marinheiros (...). (MENDONÇA, I, 1972: 262-263).

E continua:

E porque sou informado que algumas naus de estrangeiros vão às Capitanias daquele Estado com mercadorias, e nelas carregam d’açúcares e outras fazendas, o que é de muito inconveniente

para a segurança dele (...), Hei por bem e mando, que daqui em diante não consinta, nos portos de toda a costa das ditas partes, naus algumas estrangeiras, nem marinhas por estrangeiros, ainda que vão dos portos deste Reino, exceto os que mostrarem Provisão minha, por que haja por bem de lhes dar licença que vão às ditas partes; e indo sem a tal Provisão, os fareis embarcar com as fazendas que levarem; e as pessoas que nelas forem serão presas e estarão a bom recado até me avisardes; e de tudo se farão autos, que me enviareis, para, neste caso, vos mandar o que houver por meu serviço; e o traslado deste capítulo mandareis aos Capitães de todas as Capitanias das ditas partes, e, em sua ausência, a seus logos-tenentes para cumprirem e guardarem, como se nele contém (MENDONÇA, I, 1972: 265).

Compreende-se, assim, que além do aprofundamento do quadro burocrático da administração colonial brasileira, a partir de um aumento exponencial da rede de oficiais da Coroa nos mais diversos cargos³⁰ (MARQUES, 2002), há de destacar também que outra medida filipina de controle e gerenciamento litorâneo do Brasil assentou-se no incentivo régio a levantamentos e caracterizações pormenorizadas da costa a partir de 1580 (COSTA, 2007), mediante elaboração e organização de compêndios e tratados descritivos – cartográficos e textuais – das regiões do litoral, sistematicamente organizadas de acordo com *Relaciones Geograficas de Indias*³¹.

Bueno (2007: 32), nesta direção, resgata algumas das principais informações que eram levantadas nos questionários de *Relaciones...*, as quais, por sua vez, tomaram forma tanto nas representações como nos textos, compostos em: a) breve histórico da região e suas condições geomorfológicas; b) detalhado levantamento da disponibilidade de recursos naturais; c) categoria de núcleos de povoamento existentes e suas relações na hierarquia urbana (vilas, aldeias ou cidades); d) nomes dos rios vizinhos aos povoados e suas dimensões e perigos; e) presença de portos, baías, desembarcadouros na costa, dimensionando largura, comprimento e profundidade, além de precaver sobre as entradas, segurança e provisão de água; f) identificação dos sistemas de defesa

³⁰ Inclusive pilotos, cartógrafos, cosmógrafos e engenheiros-militares compuseram essa rede de servidores régios (debate que será desenvolvido no próximo capítulo).

³¹ Assim como *Relaciones Topograficas de Castilla*, trata-se de um gênero de documentação produzido por cosmógrafos-mores e engenheiros militares no período dos Filipes, contendo os questionários que orientaram, naquela conjuntura histórica, o projeto colonial luso-espanhol na América ou na Nueva España (BUENO, 2007). Não obtivemos, contudo, contato direto com tais documentos, já que se encontram em acesso restrito na Biblioteca Nacional de Madrid. Para uma leitura direcionada, mas não menos profunda, do conteúdo desses documentos, ver: Bueno, Beatriz Piccolotto Siqueira. Entre teoria e prática. A cartografia dos engenheiros militares em Portugal e no Brasil, séculos XVI-XVII. Terra Brasilis (Nova Série), 7-8-9, 2007, pp. 1-21.

(fortes) e engenhos de açúcar, plantações de fumo, pastagens; g) identificação de capelas e igrejas, monastérios, colégios, número de habitantes nas povoações, entre outros.

Isto torna possível entrever as primeiras manifestações específicas da produção cartográfica portuguesa no período de unificação das Coroa ibéricas: tem-se que as figurações espaciais lusitanas desse contexto histórico seguiram, genericamente, padrões descritivos regionais, pautados na apreensão visual – do mar para o continente e verticalmente (o “olhar de frente e de cima” do colonizador)³² – da paisagem litorânea da colônia, referenciando os limites entre as capitanias mediante a marcação de rios que desaguavam no Atlântico.

Assim, conforme a Tabela 02 (pág. 75), além da carta geral do Brasil – que na fase anterior inseria-se em Atlas universais da cartografia portuguesa – pode-se afirmar que, na conjuntura de unificação dos impérios ibéricos, a maior parte da produção lusitana esteve orientada em cartas de pormenor da costa (acompanhadas, em alguns casos, de descrições textuais), sendo copiladas em Atlas-roteiros, os quais proporcionavam, numa orientação Sul-Norte, o ordenamento das representações regionais. Em outros termos, os Atlas-roteiros eram constituídos, em geral, pela carta do território colonial (menor escala) como documento de primeiro fólio, seguida pelas cartas regionais (maior escala) organizadas das regiões meridionais para as setentrionais.

Verifica-se, portanto, uma alteração cartográfica significativa no âmbito das proporções entre o quê representar do real, no caso, do território colonial brasileiro, e as dimensões imagéticas das cartas, cujas implicações respondem necessariamente a uma mudança na ordem conceitual, já que os produtos cartográficos são essencialmente balizados, neste movimento, pelas noções de generalização, seletividade, e prioridade (hierarquia) dos elementos e/ou fenômenos intencionalmente escolhidos para arquitetarem a representação.

Assim sendo, longe de tergiversar anacronismos na análise dessa mudança, pois se compreende que a questão paira sobre um debate genérico da cartografia, que não se

³² As perspectivas oblíqua (a representação dos espaços interiores) e vertical (a representação das linhas costeiras) – particularidade elementar da cartografia de João Teixeira Albernaz I – serão interpretadas no próximo capítulo. Para melhor compreensão, ver as cartas regionais do referido cartógrafo em Apêndice (pág. 113).

restringe a uma dimensão temporal precisa dessa atividade humana, é possível, no entanto, apoiar-se na explicação trazida por Lacoste (1988):

(...) De fato, as combinações geográficas que podem ser observadas em grande escala não são aquelas que podem ser observadas em escala pequena. A técnica cartográfica chamada de “generalização”, que permite levantar uma carta em escala menor (...) a partir de cartas em grande escala que a representam de modo mais preciso (mas cada uma para espaços menos amplos), deixa acreditar que a operação consiste somente em abandonar um grande número de detalhes para representar extensões mais amplas. Mas como certos fenômenos não podem ser apreendidos se não considerarmos extensões grandes, enquanto outros, de natureza bem diversa, só podem ser captados por observações muito precisas sobre superfícies bem reduzidas, resulta daí que a operação intelectual, que é a mudança de escala, transforma, e às vezes de forma radical, a problemática que se pode estabelecer e os raciocínios que se pode formar. A mudança da escala corresponde a uma mudança do nível da conceituação (LACOSTE, 1988: 37).

Indubitavelmente, a seleção do cartógrafo entabulada pelos elementos e/ou informações prioritariamente escolhidos são, de maneira geral, concebidos sob uma ótica pretensamente neutra ou “natural” do fazer cartográfico, principalmente quando o procedimento de generalização é decretado como “um modo de operação pelo qual os elementos e informações são adaptados à representação de um mapa” (JOLY, 1990: 19), a fim de se atingir clareza visual e objetividade na imagem. O cerne da questão, entretanto, não é recusar tal compreensão e, sim, garantir que o debate da “generalização cartográfica” não se esquive do horizonte ideológico que o conceito inerentemente suscita, uma vez que “trata-se de um procedimento que consiste em, primeiro aspecto, distinguir entre o essencial e o dispensável (...) uma omissão dos detalhes sem valor” (SANTOS, 1989). Ora, se a finalidade do procedimento é atingida mediante a dimensão axiológica de quem o executa, que, por sua vez, está respaldado pelos interesses do grupo social no qual se insere ou responde, cujas concepções, visões explicativas de mundo, mentalidades, são fundamentalmente classistas, é plausível afirmar, desse modo, que a generalização cartográfica é reveladora do aspecto ideológico da prática cartográfica na medida em que a manifestação-sombreamento do que está projetado e/ou apropriado no espaço geográfico incrusta a expressão política de um dado projeto de sociedade. Desse modo:

Los pasos en el trazado de un mapa (selección, omisión, simplificación, clasificación, creación de jerarquias y simbolización) son inherentemente retóricos [isto é, comportam um discurso persuasivo]. Tanto en sus intenciones como em sus aplicaciones representan propósitos humanos subjetivos más que corresponder al funcionamiento de alguna “ley fundamental de generalización cartográfica” (HARLEY, 2007: 201).

Neste sentido, a leitura crítica dos processos históricos condicionantes da cartografia portuguesa do final do século XVI e início do XVII expande, dentre outros aspectos, a ênfase no procedimento de “generalização” – próprio da alteração escalar (pequena, média ou grande escala) – principalmente quando é possível entendê-lo como recurso analítico relevante para a interpretação crítica da lógica descritiva regional peculiar das representações compostas nos Atlas-roteiros, como será aprofundado adiante³³.

Vale retomar, para isto, o exercício metodológico incitado pela perspectiva interpretativa “macroscópica” da formação territorial do período de unificação das Coroas ibéricas, objetivação concreta dos projetos políticos engendrados nessa conjuntura histórica, e as determinações suscitadas nas “entrelinhas” da cartografia portuguesa. Assim, de modo geral, fora visto que:

Na década de 70 do século XVI, o desenvolvimento de várias regiões do Brasil ocupadas pelos portugueses levou a um crescente interesse por esse território, o qual se reflete na cartografia portuguesa. O primeiro levantamento cartográfico particular do litoral do Brasil, que se conhece, foi realizado por Luís Teixeira (...). Os trabalhos então realizados terão servido de base a uma obra intitulada *Roteiro de Todos os Sinaes (...) que há na Costa do Brasil*, que terá sido feita em ano da segunda metade da década de 80 do século XVI, talvez perto de 1586, e anda atribuído àquele cartógrafo. (...) Além das representações de trechos do litoral com as suas povoações, que se podem ver ao longo das suas páginas acompanhando o texto da obra, existe ainda um mapa do Brasil de maiores proporções, onde se registra a demarcação das capitanias do Brasil e a linha divisória estabelecida pelo tratado de Tordesilhas, separando as áreas portuguesas e espanholas (TESOUROS DA CARTOGRAFIA PORTUGUESA, 1997: 93).

Em outros termos, é reconhecível que, no final da década de 1570, sob o governo-geral de Luís de Brito e Almeida (1573-1578), o cartógrafo português, Luís

³³ Particularmente na exposição dos trabalhos de João Teixeira Albernaz I, retomada, por sua vez, no capítulo seguinte.

Teixeira, desenvolveu um largo trabalho *in loco* de mapeamento e reconhecimento dos acidentes e particularidades costeiros do Brasil, originando o primeiro Atlas-roteiro da colônia brasileira, composto por treze cartas e plantas urbanas, intitulado *Roteiro de Todos os Sinaes, Conhecimentos, Fundos, Baixos, Alturas e Derrotas que há na Costa do Brasil, desde Cabo de Santo Agostinho até o Estreito de Fernão de Magalhães* (Costa, 2007: 20). Segundo Jaime Cortesão (1945):

O Roteiro-Atlas de Luiz Teixeira assume uma grande importância na história da cartografia [portuguesa], pois é o único espécime em que aparecem reunidos e ilustrando-se mutuamente as instruções náuticas e o traçado cartográfico dum país [sic], trecho a trecho e carta a carta. Do atlas embrionário de Luiz Teixeira vai sair uma série de atlas, com que os seus descendentes enriqueceram a cartografia do mundo e, em especial, a do Brasil [dentre eles, a de seu filho, João Teixeira Albernaz I ou O Velho] (CORTESÃO, 1945: 04).

Já o referido mapa de “maiores proporções” da citação – exposto na página seguinte –, o qual estabelece o meridiano de Tordesilhas, a latitude Equatorial e os limites entre as mercês, nada mais é do que a carta geral da obra. Sob interpretação, verifica-se que no relato textual que Luís Teixeira sobrepõe nessa carta, o cartógrafo não deixa de anunciar que “(...) as melhores e mais ricas destas Capitanias são a de Sua Magestade e de Iorge de Alburquerque [Pernambuco]. Estas sao as que mais yngenos tem de asucar, e alli tem mais trato de mercadores”. Além disso, ao explicar que a capitania “(...) a que diz de Sua Magestade foy de Francisco Pereira Reymão que morrendo e ficando sem erdero ficou a Coroa. Nesta esta a Bahia de todos os santos e Cidade do Salvador onde assiste o Governador e o Bispo (...)” –, Luís Teixeira expressa cartograficamente um processo histórico de reorientação político-administrativa da colônia, cujos desdobramentos originaram reorganizações táticas e mudanças, sobretudo, do ponto de vista da conformação territorial.



Fonte: Biblioteca da Ajuda (Lisboa, Portugal), Cota: 5I-IV-38.

Trata-se da transferência de posse das capitanias hereditárias em capitanias da Coroa, que se iniciou em meados da segunda metade do século XVI, aprofundando-se com a unificação das Coroas ibéricas. Isto porque, conforme tratado no subcapítulo anterior, os processos de apropriação espacial mediante o sistema de capitanias hereditárias seguiram movimentos não homogêneos de territorialização portuguesa na colônia, implicando, muitas vezes, em um progressivo abandono de terras por parte dos donatários. Costa (2007: 92), por sua vez, esboça o panorama geral de quais capitanias

mantiveram-se pertencentes aos capitães-donatários e quais retornaram à Coroa em 1600:

- 1) Capitanias hereditárias: São Vicente, Santo Amaro, Itaparica, São Tomé, Espírito Santo, Porto Seguro, Ilhéus, Itamaracá e Pernambuco;
- 2) Capitanias da Coroa: São Sebastião do Rio de Janeiro, Bahia de Todos os Santos, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Pará.

Em outras palavras, verifica-se que, no início do século XVII, o quadro político-administrativo do território brasileiro revela que, com exceção das capitanias do Rio de Janeiro e Bahia, todas as restantes transferidas à Coroa situam-se ao norte de Pernambuco.

Há, contudo, uma explicação não menos pertinente que:

(...) por uma questão de correntes e marés, por uma determinação geográfica, era muito difícil navegar de São Luís e Belém para o litoral oriental do Brasil. Era muito mais fácil ir de São Luís e Belém para a Europa, ou ir para as Antilhas, que vir para o Rio de Janeiro, Bahia ou Pernambuco (MORAES, 2001: 111).

Isto é, a travessia das embarcações era, na maior parte das viagens, tolhida pelos alísios que sopravam na direção leste-oeste e do oceano para o continente, sendo que, na curvatura da costa ao norte de Pernambuco, especificamente em Jericoacoara do Ceará (COSTA, 2007), os ventos retardavam o trânsito marítimo nas porções setentrionais da colônia, bem como a circulação e ocupação de portugueses nessa região³⁴.

Portanto, se é manifesto uma preocupação da Coroa espanhola mediante retomada de terras da “costa lês-oeste”, como eram denominados, em função das dificuldades de deslocamento e investimentos privados das mais variadas ordens por parte dos capitães-donatários na empreitada colonial, é notável, por outro lado, que a região Norte não deixou de despontar-se como “porta de entrada” de invasões europeias, garantindo, inclusive, um acesso a Pernambuco mais facilmente.

Esta problemática culmina com a cisão na malha jurídico-administrativa do território brasileiro como parte da estratégia de ocupação e defesa da região setentrional por Filipe II, isto é, a separação, em 1608, em Governo do Norte e Governo do Sul da colônia luso-portuguesa, com as duas grandes unidades respondendo a Salvador de

³⁴ Em Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará (1629), de João Teixeira Albernaz I, a segunda carta representa o caminho terrestre de Belém a São Luís, conforme Tabela 02 (pág. 75), principal rota para as capitanias do norte em função dos obstáculos da navegação.

Baía, especificamente ao governador-geral Dom Diogo de Meneses e Sequeira (1608-1612) (MARQUES, 2002). Este, sob ordens Reais, fora obrigado a dar cumprimento a um “Livro de Estado”, “onde se assentassem ‘todas as capitanias dele, declarando-se as que são da Coroa e as que são de donatários, com as fortalezas e fortes que cada uma tem e assim a artilharia que nelas há’, o qual deveria ser atualizado anualmente” (VARNHAGEN, 1955 apud PMC, IV, 1960-62: 95-96). Nas próprias palavras de Filipe II:

Eu mandei ao Governador Dom Diogo de Menezes que para bom governo do dito Estado, e para das cousas dele ter mais inteira notícia, mandasse ordenar um Livro no qual se assentassem todas as Capitanias deles, declarando-se as que são da Coroa e as que são de Donatários, com as fortalezas e fortes que cada uma tem, e assim a artilharia que nelas há; (...) e assim do que cada uma delas rende para a minha Fazenda; pondo-se ao dito livro título de Livro do Estado, o qual tivesse em seu poder e fôsse reformado nela cada ano o que se mandasse alterar, se acrescentasse ou diminuísse nas ditas Capitanias (...) (MENDONÇA, I, 1972: 434).

É neste contexto que é possível compreender tanto a obra *Relação das praças, fortes, povoações, e cousas de importância que Sua Magestade tem na costa do Brasil* (1609), do sargento-mor do Brasil, Diogo de Campos Moreno, como a atualização desse Atlas-roteiro por João Teixeira Albernaz I em *Rezão do Estado do Brasil no Governo do Norte somête asi como o teve Dõ Diogo de Meneses até o Anno de 1612* (c. 1616), mostradas na Tabela 02 (pág. 84). De acordo com PMC (1960-62, IV), Diogo de Campos Moreno conduziu a tarefa de levantamento costeiro, juntamente com os pilotos de navegação, António Vicente Cochado e Valério Fernandes, e entre 1612 e 1614, encontrando-se em Portugal, é provável que o sargento-mor tenha redigido o texto final. Conforme a historiografia (PMC, 1960-1962; Cortesão, 1945; Cortesão, II, 1971; Guedes, 2000), é possível que tenha solicitado a colaboração do cartógrafo Luís Teixeira e/ou de seu filho, João Teixeira Albernaz I, com a finalidade de executarem as doze cartas regionais que deveriam ser incluídas na obra.

Este atlas contém, no frontispício, as armas dos Castros, pelo que talvez se destinasse ao Arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro, o qual foi governador de Portugal de 1615 a 1617, ou a D. Diogo de Castro, que depois também foi governador do Reino português, e era sogro de Duarte de Albuquerque Coelho, capitão-donatário de Pernambuco (CORTESÃO, II, 1971).

Genericamente, tanto “(...) los primeros mapas manuscritos, como los de la época de las exploraciones europeas, los mapas eran solicitados por individuos poderosos, reyes o reinas, príncipes o papas” (Harley, 2005: 67), implicando em figurações espaciais que necessariamente corresponderiam aos interesses dessas classes sociais, que, de certa forma, influíam nos processos de generalização (escolha de elementos e informações/ omissões cartográficas), descrições textuais, artefatos decorativos, cores, entre outros atributos³⁵.

Deste Atlas-roteiro depreende-se, por sua vez, a atualização toponímica de João Teixeira Albernaz I em *Rezão do Estado do Brasil...* (c. 1616), o qual, segundo Jaime Cortesão (II, 1971), nitidamente recebera a influência do traçado de seu pai.

Após reunificação dos dois Governos do Brasil em 1612, uma nova ruptura se estabelece no segundo decênio do século XVII no território colonial brasileiro, ainda em função da problemática envolvente à região Norte. A defesa do litoral setentrional, notadamente contra os franceses instalados no Maranhão, bem como a precaução em proteger as minas do Peru (Potosí) das investidas holandesas e inglesas pela costa venezuelana (MORAES, 2000), introduzem os movimentos de consolidação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, assim, “numa visão claramente estratégica do espaço brasileiro, para além de ser uma medida decisiva para a plena integração desse território no conjunto da Monarquia Católica” (MARQUES, 2002: 23), sobretudo, com as disputas e apropriações espaciais travadas na foz amazônica³⁶. Costa (2007) elucida:

Em 1612, os estados foram reunificados e submetidos ao Governo Geral, contudo, diante das dificuldades de comunicação entre São Luís e Belém e os enfrentamentos cada vez mais frequentes – tendo de um lado os portugueses e de outro, holandeses, franceses e ingleses -, o Rei viu-se obrigado a separar os territórios, criando em 1618 o Estado do Maranhão e Grão-Pará, ligado diretamente a Lisboa, e o Estado do Brasil, cuja sede administrativa foi mantida na cidade da Bahia. De fato, essa redefinição dos territórios só aconteceu com a Carta Régia de 13 de junho de 1621, e somente em 1626 ocorreu a sua

³⁵ A questão será ampliada ao abordar, no capítulo seguinte, as atividades e a elaboração dos mapas pelos profissionais portugueses ligadas à cartografia do Reino português nos Armazéns de Guiné e Índias, no Paço da Ribeira (Lisboa).

³⁶ Assim, em 1615, o ataque de colonos portugueses em São Luís encabeçou, por sua vez, outras expedições, como a posterior fundação de Belém (1616), originada da construção do forte do Presépio na foz do rio Amazonas. Esta cidade constituiu-se o marco central do domínio do vale amazônico, travando expedições exploratórias ao longo do século XVII, como, por exemplo, a viagem de reconhecimento pelo rio Amazonas, do Grão-Pará até Quito, pouco antes da Restauração portuguesa, pela bandeira do capitão-mor Pedro Teixeira (Rezende, 2006).

implantação, já no reinado de Filipe III de Portugal e IV de Espanha. De acordo com essa redefinição, o Estado do Brasil era formado pelas capitanias ao sul do Rio Grande do Norte e o Estado do Maranhão, constituído pelo território do Cabo de São Roque até a Amazônia (COSTA, 2007: 93).

Os processos formativos dos territórios, teleologicamente objetivados pelos embates e dissimetrias próprios dos projetos políticos (antagônicos) articulados no espaço, são também representativamente reiterados mediante as determinações cartográficas de um contexto histórico específico, como é imediatamente evidente com *Pequeno Atlas do Maranhão e Grão Pará* (c. 1629), de João Teixeira Albernaz I. Trata-se efetivamente de um Atlas-roteiro composto por somente três cartas regionais (litorais do Pará, Maranhão e Piauí-Ceará), porém, do ponto de vista do conteúdo da obra, torna-se significativo ao indicar territórios indígenas e fortes conquistados, especialmente, dos franceses e holandeses nas porções setentrionais.

Além deste, é razoável ressaltar mais dois Atlas-roteiros de João Teixeira: o primeiro como atualização de sua obra de 1616, intitulado *Livro que dá Rezão de Estado do Brasil* (c. 1626), e o segundo, *Livro em q se mostra a Descrição de toda a Costa do Estado do Brasil e seus Portos Barras e Sondas delas* (1627), que:

(...) embora semelhante ao atlas anteriormente descrito (...), mostra um considerável progresso, como cartografia específica, liberta da estatística, e superior como representação de caráter econômico. É mais um elo numa cadeia, caminhando para uma cartografia em que os engenhos e currais aparecem discriminados e referidos por convenções próprias (CORTESÃO, II, 1971: 51).

Apesar de menos específicos quando comparados ao *Pequeno Atlas do Maranhão e Grão Pará*, estes não deixam de assumir as regiões nevralgias do litoral da colônia brasileira, principalmente com as representações da Sonda de Abrolhos e Maranhão, além dos fortes do Rio Grande e Rio São Francisco, bem como a caracterização da capitania do Maranhão (Tabela 02).

Em resumo, as reorientações táticas de controle e defesa da costa atlântica (em especial, no litoral setentrional da colônia) geradas com as mudanças jurídico-políticas advindas da unificação das Coroas ibéricas foram, até então, diagnosticadas e particularizadas em dois momentos dessa conjuntura histórica, cuja centralidade está substancialmente amparada nos processos de ruptura político-administrativa do território colonial luso-espanhol e nas expressões suscitadas na produção cartográfica

portuguesa. Há, todavia, um terceiro momento que merece ser examinado, já que ecoa elementos analíticos essenciais para a interpretação dos significados políticos dos Atlas-roteiros da colônia Brasil nas décadas finais de dominação espanhola sobre Portugal.

Certamente, como já visto, os processos socioespaciais urdidos em Pernambuco lançaram bases para que esta capitania se configurasse como o baluarte da economia colonial no final do século XVI e início do XVII, juntamente com a região do Recôncavo na Bahia de Todos os Santos, incitando uma série de invasões no litoral Norte, nomeadamente, por adversários de Espanha, tendo em vista que tanto Portugal quanto suas colônias inseriram-se, por aproximadamente sessenta anos, na lógica geopolítica espanhola.

Dentre os principais rivais, é preciso considerar, por conseguinte, a empreitada holandesa no território colonial brasileiro, que, diante da guerra de independência travada contra Espanha, implicando em sua saída da comercialização do açúcar³⁷ nas colônias luso-hispânicas, não mediu esforços para apropriar (e, em certa medida, destruir) os engenhos dos Habsburgos na América meridional (MORAES, 2000). Esforços que significam afirmar que as tentativas de territorialização holandesa na colônia brasileira, sobretudo na região Norte, não se estabeleceram de forma aleatória, sendo, pois, o contrário: mercadores holandeses, membros da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (WIC)³⁸, planejaram minuciosamente suas intervenções no Brasil, consolidando, inclusive, uma expressiva ameaça à unidade luso-hispânica no território colonial (MAGALHÃES, 1998: 50).

Nesta direção, é possível sintetizar que:

A cronologia da instalação holandesa nas terras nordestinas revela um veloz movimento de difusão, que, em poucos anos, controla toda a zona litorânea da região. Numa primeira fase, após rápida tomada de Olinda e Recife, em 1630, as tropas de invasão ficam, durante dois anos, como entrincheiradas nessas cidades quase totalmente abandonadas pela população. A partir daí, inicia-se um processo de expansão, sobretudo em direção ao norte, as povoações portuguesas caindo gradativamente nas

³⁷ Segundo Moraes (2001: 110), os Países Baixos eram responsáveis por aproximadamente 80% do transporte de açúcar no mundo na primeira metade do século XVII.

³⁸ Criada em 1621, a WIC era uma corporação “meio pública meio privada” (Magalhães, 1998), ou seja, organizou-se com o intuito de abranger os interesses de acionistas, da iniciativa privada, dos Estados Gerais dos Países Baixos e do Governo Central da Holanda. De acordo com Albuquerque (2010: 36-37), “seus objetivos eram claros: entrar em guerra se fosse necessário com Portugal e Espanha, atacar e capturar navios mercantes ibéricos e conquistar as colônias de Portugal e Espanha”.

mãos dos batavos. Em 1635, a Nova Holanda já domina um território costeiro que vai do Rio Grande do Norte ao cabo de Santo Agostinho. Uma segunda vaga expansionista vai ocorrer sob o controle de João Maurício de Nassau, que assume o governo da colônia em 1637. Para o norte, nesse mesmo ano submete o Ceará e, em 1641 toma o Maranhão, que por pouco tempo permanecerá sob controle holandês. Para o sul, avança até a barranca do rio São Francisco, onde funda o forte Maurício e estanca a expansão, revelando a consciência de que este rio poderia bem servir como uma “fronteira natural” da Nova Holanda (MORAES, 2000: 360).

Em verdade, este panorama geral dos processos de apropriação espacial travados pelos holandeses nas regiões setentrionais já é capaz de iluminar pontos decisivos na compreensão das imbricações entre a cartografia e o exercício do poder, especialmente reveladores ao direcionar a análise no Atlas-roteiro de 1631, denominado *Estado do Brasil coligido das mais certas noticias que pôde ajuntar D. Jerônimo de Ataíde*, de João Teixeira Albernaz I.

Trata-se de um atlas composto por trinta e seis cartas regionais do litoral brasileiro, quase todas “ornadas, ora com a coroa e o escudo das armas reais, ora com o escudo das armas dos respectivos donatários” (CORTESÃO, II, 1971: 71), sendo, contudo, duas delas – as mais pormenorizadas – dedicadas a D. Jerônimo de Ataíde, donatário da capitania de Ilhéus, que, segundo João Teixeira, “todos confessam ser esta a melhor e mais fértil terra de todo o Estado, de modo que é provérbio comum que o Brasil é um ovo e os Ilhéus a gema e, se se meter cabedal nesta capitania, será de grandíssimo trato, e importância”. A hipótese trazida por Cortesão (II, 1971: 69), portanto, é a de que o donatário exigiu a elaboração do Atlas-roteiro, em parte, “com fins de propaganda e o desígnio de atrair colonos e capitais à sua donatária”.

Seja como for, é inconfundível, por outro lado, que:

(...) a mais notável, porventura, de todas as cartas é a da região de Pernambuco [Figura 21 – pág. 148]. Malgrado o atlas datar de 1631, esta carta, ou melhor, o seu protótipo foi traçado nos primeiros meses do ano de 1630, logo após a tomada de Olinda e Recife pelos holandeses. A carta está acompanhada de 69 letras e algarismos de referência às legendas respectivas, a maioria das quais servem para designar a posição e as defesas das forças holandesas e portuguesas, frente a frente (...) (CORTESÃO, II, 1971: 70).

Além da questão das invasões holandesas, o Atlas-roteiro de 1631 destaca os rios Amazonas e Prata nos extremos norte e sul da colônia na carta geral do território,

sem contar ainda que João Teixeira reaviva o antigo marco divisório de Tordesilhas (1494), de maneira a demarcar os territórios pertencentes a Portugal e Espanha na América do Sul, possibilitando, novamente com Cortesão (II, 1971), a inferência de ser, além de tudo:

(...) um atlas de reivindicação nacionalista contra a Espanha, de um patriota português, alarmado com a invasão holandesa, e particularmente interessado no Brasil. Tudo isto se compreende melhor sabendo-se que D. Jerônimo de Ataíde pertenceu ao número de figuras primaciais da Restauração de 1640, em Portugal. Já então Conde de Atouguia, ele foi um dos dois filhos, que a célebre D. Filipa de Vilhena armou cavaleiros na madrugada de 1º de dezembro de 1640, horas antes de eclodir o movimento de Restauração. Na manhã desse dia, D. Jerônimo de Ataíde fez parte do grupo de 18 fidalgos que assaltaram o Paço e assassinaram o célebre Miguel de Vasconcellos e Sequazes. Ocupou a seguir vários cargos militares, de maior importância, durante a guerra entre Portugal e Castela. Finalmente, em 1653, era nomeado governador geral do Brasil, posto que ocupou até 1657 (CORTESÃO, II, 1971: 71)³⁹.

Ilação que se reafirma na obra PMC (IV, 1960-62), compreendendo o referido atlas como um prenúncio de seu seguinte, *Descrição de todo o Maritimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente o Brazil* (1640), o qual emerge em plena efervescência política suscitada pelos movimentos de independência portuguesa de Espanha (Restauração de Portugal, 1640). Assim:

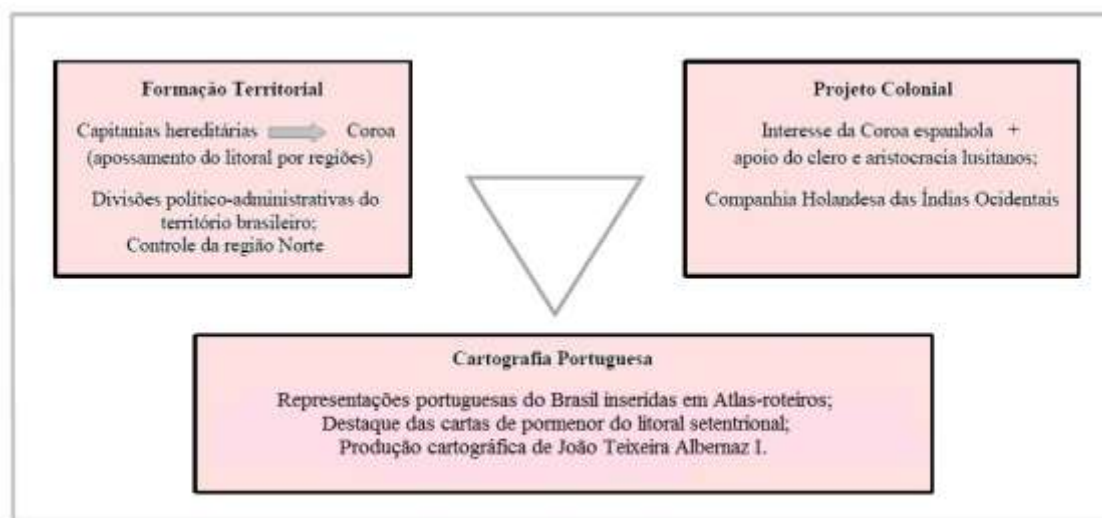
Para além do seu valor cartográfico intrínseco, os atlas de 1630 e 1631 feitos por João Teixeira Albernaz, sob inspiração de D. Jerónimo de Ataíde, são dois padrões, na história de Portugal e do Brasil, a atestar a vontade firme do povo lusitano em arrostar com as prolongadas lutas contra duas das maiores potências de então, a Espanha e a Holanda, a fim de se manter livre na Península e poder constituir, com estruturação lusitana, a mais vasta unidade territorial do continente americano (PMC, IV, 1960-62: 121).

³⁹ O apelo a uma única referência bibliográfica, no caso, em Jaime Cortesão (*História do Brasil nos Velhos Mapas*, Tomo II, Rio de Janeiro: Ministério das relações Exteriores/ Instituto Rio Branco, 1971), embora demonstre fragilidades do ponto de vista da unilateralidade das inferências trazidas, não encontramos, por outro lado, nenhum outro autor e/ou estudo que se dedique a um desvelamento reflexivo dos elementos prestidigitados dos Atlas de 1631 (de João Teixeira Albernaz I), os quais ratificam as relações entre a prática cartográfica e o exercício do poder. Inclusive a monumental, se não medular, referência bibliográfica da história da cartografia portuguesa, *Portugaliae Monumenta Cartographica* (Volumes I, II, III, IV e IV, 1960-62), de Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, traz justamente estas interpretações de Jaime Cortesão (II, 1971) sobre os significados políticos dos Atlas da família Teixeira (PMC, IV, 1960-62).

Esta interpretação se justifica, assim, quando se entende a relevância da colônia para a reorganização lusa após 1640, pois, como é sabido, “(...) foi o Brasil que, em grande parte, levou à separação da Espanha (...), [o qual] deu a Portugal os meios de se conservar independente depois” (OLIVEIRA MARQUES apud MORAES, 2000: 372). Não é à toa, portanto, que apesar da carta geral do Atlas-roteiro de 1640 não manifestar o Tratado de Tordesilhas, João Teixeira, por outro lado, estabelece dois divisores “naturais” entre os territórios ibéricos na América do Sul, aludindo os rios Prata e Amazonas praticamente unidos, conforme Apêndice (página...).

Da análise dos Atlas-roteiros de João Teixeira Albernaz I, algumas questões ainda reverberão no próximo capítulo, de modo que o foco será, principalmente, a leitura “microscópica” de sua cartografia. Já do presente capítulo, por sua vez, finaliza-se com uma síntese exposta no diagrama abaixo, o qual é intrinsecamente explicativo diante do que já fora discutido, acreditando, portanto, ser repetitiva qualquer tentativa de retomada discursiva do quadro:

Diagrama 3 - Território e representações portuguesas da colônia brasileira no contexto de unificação das Coroas ibéricas (1580-1640)



Organização: Raquel Fulino de Souza, 2014.

Certamente, o panorama geral do estado da arte da cartografia portuguesa no período de unificação das Coroas ibéricas não deixa de ser lapidado sem o consentimento de que determinadas lacunas podem, por ventura, atravessar inevitavelmente a presente análise. Depreende-se disso duas direções: a primeira, a expectativa de que novas reflexões eventualmente surgirão do que já está esboçado, identificando e incitando outras hipóteses, de modo a refutar ou ratificar as que já

existem, incorporando, assim, outros detalhes e perspectivas, e até mesmo (por quê não?) outras maneiras de caminhar metodologicamente – em suma, são todos movimentos próprios do avançar científico; e a segunda, por conseguinte, é a clareza de que as possíveis brechas não se configuram como centrais na investigação, de modo que não houve cerceamentos cruciais que enfraqueceram a coerência metodológica, ou seja, a fragilidade teórica advinda de interpretações que são previamente formuladas de maneira que a leitura dos documentos históricos, bem como as referências historiográficas e cartográficas sejam nelas enquadradas. Diante disso é preferível a identificação de limites e a anuência de que a análise do estado da arte da produção cartográfica portuguesa do século XVI e primeira metade do XVII está longe de ser fechada.

Tabela 02 - Representações Portuguesas do Espaço Colonial Brasileiro no Contexto de União das Coras Ibéricas (1580-1640)⁴⁰

Ano	Cartógrafo	Documento	Características Gerais
c. 1583	Anônima atribuída a Sebastião Lopes	Planisfério (Fonte: Marques, 1988 – Disponível em: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a/b/1583_sebastiao_lopes_%28mapa_mundi%29_00.jpg)	Litoral atlântico setentrional do continente sulamericano muito largo. Destaque para o rio Amazonas, o qual aparece circunscrito por bandeiras de diferentes potências europeias. Brasões de Portugal e Castela leste e oeste, respectivamente.
c. 1584	Anônima atribuída a Bartolomeu Lasso	Carta do Brasil (Fonte: Marques, 1988)	O autor não apresenta as características gerais da carta.
c. 1585	Anônimo português	Carta do Brasil contida em Atlas universal (Fonte: Marques, 1988)	Segundo o autor (Marques, 1988), há um lago denominado Dourado no interior do espaço sulamericano, porém não há nenhuma ligação fluvial como nas anteriores.
c. 1586	Luís Teixeira	Roteiro de todos os sinaes conhecimentos, fundos, baixos, Alturas ederrotas, que ha na Costa do Brasil desdo cabo de São Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães. (Atlas-roteiro; original pertencente à Biblioteca da Ajuda (Lisboa), Cota B.A. 52-XII-25; – Fac-simile	Representação do “Brasil” no roteiro descritivo, o qual ilustra o território brasileiro dividido em capitanias com os nomes de seus capitães-donatários. A legenda no interior da Colônia não permite a certeza da união fluvial entre o Amazonas e o Prata. Litoral atlântico repleto de toponímias.

⁴⁰ As obras de Pero de Magalhães Gândavo, de 1578, intitulada *Tratado da Terra do Brasil. Historia da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* e de Gabriel Soares de Sousa, de 1587, *Tratado Descritivo do Brasil*, apesar de serem documentos fundamentais para a análise dos processos formativos do território colonial no último quartel do século XVI, estas não foram, porém, inseridas na tabela já que descrevem o Brasil apenas em discurso textual, não comportando figurações espaciais.

		disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/revista/factoresunid.htm)	
c. 1590	Bartolomeu Lasso	Carta do Brasil (Fonte: Marques, 1988)	Marques (1988) não apresenta descrições da carta.
c. 1590	Anônima atribuída a Luís Teixeira	Fragmento de Carta do Brasil (Fonte: Marques, 1988)	O autor não apresente características gerais.
c. 1596	Cipriano Sanches Vilavicêncio	Carta do Atlântico (Fonte: Marques, 1988)	De acordo com Marques (1988), existe um retrocesso no traçados (remetendo aos da metade do século), sem enlacs fluviais ou traços visíveis.
c. 1600	Luís Teixeira	América Austral (Original conservado na Biblioteca Nacional de Florença (Itália) – Fac-simile da mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro – Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa64g.htm)	No espaço sulamericano, destaque para a cadeia montanhosa dos Andes, da qual nasce o rio Amazonas em um grande lago. Clara união entre os rios S. Francisco e Prata por uma lagoa no centro do continente, dividindo os territórios ibéricos, identificados por brasões. Representação de iluminuras.
c. 1609	Diogo de Campos Moreno	Relação das praças, fortes, povoações, e cousas de importância que Sua Magestade tem na costa do Brasil (Atlas-roteiro) (Original mantido na ANTT (Lisboa, Portugal) – Disponível em:	Descreve regionalmente a longa faixa litorânea do espaço brasileiro no que diz respeito aos fortes e povoações, trazendo a descrição textual de cada capitania. Representações pouco iluminadas.

		http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4242957)	
c. 1616	João Teixeira Albernaz I	Rezão do Estado do Brasil no Gvoverno do Norte somête asi como o teve Dõ Diogo de Meneses até o Anno de 1612. (Atlas-roteiro) (Original preservado na Biblioteca Pública Municipal do Porto, Cota Ms. 126, Colecção Manuscritos – Disponível em: http://arquivodigital.cm-porto.pt/).	Atlas composto por dezoito cartas, sendo a primeira delas, “Terra de Santa Crvz a qve vvlgarmente chamaõ Brasil”, a carta geral, com indicação de escala de latitudes e escala de distâncias (em léguas). A nona, décima primeira e a décima sétima representações apresentam-se, por sua vez, como cartas de pormenor, ou seja, uma planta urbana, a qual expressa a “Pranta da cidade de Salvador na Bahia de Todos os Santos” e duas fortalezas, ou melhor, “Representação do Forte Novo da Pasaïem” e “Planta do Forte dos Reais Magos” (na capitania do Rio Grande), respectivamente. A sequência de apresentação das cartas pauta-se no sentido Sul-Norte. Genericamente, a lógica das cartas regionais compõe-se em função das capitanias e regiões de abundantes recursos naturais, tendo como marcação entre o limite de uma carta e outra, essencialmente, rios nomeados. Em todas as cartas regionais, nota-se a presença da rosa-dos-ventos orientada ao Norte pela flor-de-lótus. Em relação às perspectivas da representação, tem-se: a composição oblíqua para as cartas regionais e a perspectiva vertical para cidades e fortalezas. Constatase que a distribuição e evolução dos topônimos são significativamente mais expressivos no litoral do que no interior. Em relação aos pontos nevralgicos das representações, notam-se as cartas que expressam: Sonda dos Abrolhos, Cidade de Salvador, Forte Novo da Pasaïem, Rio São Francisco e Maranhão. Com exceção das legendas explicativas, que designam fortes, rios, igrejas, povoações, cidades, entre outras, o atlas não contém outros conteúdos textuais.
c. 1620-1640	João Teixeira Albernaz I	Carta Náutica (ANTT, Colecção Cartográfica, Cota: 198 – Disponível em: http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4162626)	Carta de estimado valor artístico, é provável que não tenha servido a fins práticos de utilização. No entanto, não há fontes seguras quanto à ordem de sua encomenda. Representa o Oceano Atlântico, a Europa, a África e uma porção da costa oeste africana. Possui elementos iconográficos expressivos como as imagens de Santo António de Lisboa e de Nossa Senhora da Conceição (Padroeira de Portugal).
c. 1623-1624	Antônio Vicente Cochado	Discripção dos Rios Para Curupa e Mazonas, Discuberto Esondado Por Mandado de Sua Magestade por Antonio Vicente – Patrão de Pernambuco (Parte Primeira; Parte Segunda)	As cartas descrevem a porção litorânea da região norte, determinando songagens, ancoradouros e povoados costeiros. Destaque para a rede hidrográfica serpenteada.

		(Cartas náuticas, Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro)	
c. 1626	João Teixeira Albernaz I	Livro que dá Rezão de Estado do Brasil (Atlas-roteiro) (Fac-simile) (BNP – Cota: 642 P.). Disponível em: (http://catalogo.bnportugal.pt/)	Atlas composto por vinte e duas cartas, sendo a primeira delas, “Descrição de todo o estado do Brasil q[ue] pera o norte começa no Grão Pará (...) e pera o Sul se termina na entrada do Rio da Prata (...)”, a carta geral, com indicação de escala de latitudes (a linha Equinocial tangencia o delta amazônico e o Trópico de Capricórnio está marcado em 23°30’ Sul) e escala de distâncias (em petipés de 100 léguas). A décima segunda, a décima quinta e vigésima representações apresentam-se, por sua vez, como cartas de pormenor, a qual expressa a “Pranta da cidade de Salvador na Bahia de Todos os Santos” e duas fortalezas, ou melhor, “Representação do Forte Novo da Pasaïem” e “Pranta do Forte qve defende a Barra do Rio Grande”, respectivamente. Sequência de apresentação das cartas: sentido Sul-Norte. Genericamente, a lógica das cartas regionais compõe-se em função das capitânias e regiões de abundantes recursos naturais, tendo como marcação entre o limite de uma carta e outra, essencialmente, rios nomeados. Em todas as cartas regionais, nota-se a presença da rosa-dos-ventos orientada ao Norte pela flor-de-lótus. Em relação às perspectivas da representação, tem-se: a composição oblíqua para as cartas regionais e a perspectiva vertical para cidades e fortalezas. A distribuição e evolução dos topônimos são significativamente mais expressivos no litoral do que no interior, porém as cartas estão ricamente iluminadas, o que leva a crer que o propósito do atlas era ser um documento oficial e não um instrumento de viagens. Em relação aos pontos nevrálgicos das representações, nota-se: na carta geral, a nomeação do Rio da Prata encontra-se fortemente destacada; Sonda dos Abrolhos, Cidade de Salvador, Forte Novo da Pasaïem, Forte do Rio São Francisco e Maranhão. Com exceção das legendas explicativas, que designam fortes, rios, igrejas, povoações, cidades, entre outras, o Atlas não contém outros conteúdos textuais.
c. 1627	João Teixeira Albernaz I	Livro em q se mostra a Descrição de toda a Costa do Estado do Brasil e seus Portos Barras e Sondas delas. (Atlas-roteiro)	Atlas composto por dezenove cartas, sendo a primeira delas, a carta geral sem título, com indicação de escala de latitudes (a linha Equinocial tangencia o delta amazônico e o Trópico de Capricórnio está marcado em 23°30’ Sul) e escala de distâncias (em léguas equinociais). Somente a décima sétima representação apresenta-se como carta de pormenor (fortaleza), a qual mostra a “Capitania do Rio

		(Encontra-se na Bibliothèque Nationale de Paris – Fonte: PMC, IV).	Grande, com Pranta do forte do Rio Grande no canto superior esquerdo”. Sequência de apresentação das cartas: sentido Sul-Norte. De modo geral, a lógica das cartas regionais compõe-se em função das capitanias e regiões e abundantes recursos naturais, tendo como marcação entre o limite de uma carta e outra, os rios nomeados que deságuam no litoral. Em todas as cartas regionais, nota-se a presença da rosa-dos-ventos orientada ao Norte pela flor-de-lótus. Em relação às perspectivas da representação, tem-se: a composição oblíqua para as cartas regionais e a perspectiva vertical para fortalezas. Constatamos que a distribuição e evolução dos topônimos são significativamente mais expressivos na costa do que no interior, porém as cartas não apresentam grandes expressões artísticas. Em relação aos pontos nevrálgicos das representações, identifica-se: na carta geral, a nomeação do Rio da Prata (limite Sul) encontra-se fortemente destacada; Sonda dos Abrolhos e Maranhão (no limite Norte). Com exceção das legendas explicativas, que designam fortes, rios, igrejas, povoações, cidades, entre outras, o atlas não contém outras descrições textuais.
c. 1628	João Teixeira Albernaz I	Atlas Universal (ou Atlas da “Duquesa de Berry”) (Mantém-se preservado na Bibliothèque Nationale de Paris – Fonte: PMC, IV).	Apresenta vinte cartas, representando diversos territórios conquistados pelos portugueses. Dentre essas, a carta geral do Brasil, com exagero de topônimos no litoral.
c. 1629	João Teixeira Albernaz I	Pequeno Atlas do Maranhão e Grão Pará (Atlas-roteiro; original preservado na Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart555828/galeria/index.htm)	Atlas composto por somente três cartas ou taboas, representando os litorais do Pará, do Maranhão, do Piauí e do Ceará. Referências de <i>Províncias indígenas</i> e localização de fortes conquistados dos ingleses e holandeses. Destaque para a segunda carta do atlas, que é o único documento cartográfico dos Seiscentos que registra o caminho terrestre de Belém a São Luís traçado pelo capitão Bento Maciel Parente.
c. 1630	João Teixeira Albernaz I	Taboas Geraes de Toda a Navegação Divididas e Emendadas Por Dom Ieronimo de Attayde. (Atlas universal)	Obra assinada por João Teixeira I, encontra-se na Library of Congress, Washington (Estados Unidos). Em 1692, a obra foi oferecida à Coroa espanhola pelo capitão Don Francisco de Seixas y Lovera, que a obteve, por meio de suborno, em 1681. Em outros termos, tais marcos revelam a expressividade política deste atlas: em

		(Encontra-se na Library of Congress, em Washington (EUA) – Fonte: PMC, IV).	janeiro de 1680, os portugueses fundaram a Colônia do Sacramento, no extremo sul do território brasileiro, mais especificamente no Rio da Prata, a qual foi dominada pelos espanhóis em agosto do mesmo ano. Assim, em maio de 1681, estabelecia-se um tratado entre as duas Coroas em disputa, pelo qual a Colônia de Sacramento seria restituída aos portugueses enquanto o acordo final entre ambas partes não se consolidasse. O atlas de 1630 de João Teixeira I, por sua vez, teve um papel primordial neste acordo final, uma vez que claramente representava a Colônia de Sacramento como pertencente ao poderio espanhol, o que levou o capitão Seyxas y Lovera a subornar, provavelmente alguns funcionários oficiais portugueses que retiraram o valioso atlas dos arquivos reais de Lisboa, e torná-lo o álibi central da disputa, favorecendo, portanto, os espanhóis (CORTESÃO; MOTA, 1960). Após 1692, perde-se a trajetória de circulação da obra até o período recente. Sabe-se que, em 1921, foi colocada à venda pelos livreiros londrinos Maggs Brothers e adquirida no mesmo ano pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos.
1631	João Teixeira Albernaz I	Estado do Brasil Coligido das mais sertãs noticias q pode avintar Dõ Ieronimo de Ataide. Por Ioão Teixeira Albernaz, Cosmographo de Sva Magestade Anno de 1631. (Atlas-roteiro) (Encontra-se na Mapoteca das Relações Exteriores, Rio de Janeiro (Brasil) – Fonte: PMC, IV).	Atlas composto por trinta e seis cartas, sendo a primeira delas a carta geral (sem título), com indicação de escala de latitudes e escala de distâncias (unidade de medida ilegível). Nesta carta-geral, além da demarcação da linha Equinocial (0° tangenciando o delta amazônico) e o Trópico de Capricórnio a 23°30' Sul, já são esboçadas alguns traços de uma provável escala longitudinal. A décima segunda e a vigésima segunda representações são cartas de pormenor, ou seja, uma fortaleza, a qual expressa a “Fortalesa de Santa Crux” e uma planta urbana, indicada como “Planta da Restitvição da Bahia”, respectivamente. Sequência de apresentação das cartas: sentido Sul-Norte. De um modo geral, a lógica das cartas regionais compõe-se em função das capitanias e regiões de abundantes recursos naturais, tendo como marcação entre o limite de uma carta e outra, essencialmente, rios nomeados. Com exceção da carta geral, nenhuma das representações apresenta linhas-de-rumo no oceano. Em relação às perspectivas da representação, tem-se: a composição oblíqua para as cartas regionais e a perspectiva vertical para fortalezas e cidades. Constata-se que a distribuição e evolução dos topônimos são significativamente mais expressivos no litoral do que no interior. Em relação aos pontos nevrálgicos das representações, verifica-se: Rio da Prata (Sul), “Bahia de todos os santos”, ilha de Tamaraca, capitania de Pernambuco, foz do Rio Amazonas. Conteúdos textuais escassos ou incompletos, apresentando legendas explicativas em poucas cartas.

c. 1632	João Teixeira Albernaz I	Atlas Universal (Original encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Fonte: PMC, IV)	Atlas estrutura-se em quatorze cartas, porém sabe-se que está incompleto. Apresenta a carta geral do Brasil, bem como os diversos territórios conquistados pelos portugueses.
c. 1630-1640	João Teixeira Albernaz I	Portulano do Oceano Atlântico (Carta atlântica. Pertence ao IANTT, Coleção Cartográfica, Cota: 203 – Disponível em: http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4617192)	Portulano identificando o litoral brasileiro e a costa africana. Provavelmente utilizada para fins náuticos. Muitos topônimos na porção costeira dos territórios.
c. 1640	João Teixeira Albernaz I	Descrição de Todo o Marítimo da Terra de S. Crvz chamado Vvlgarmente, o Brazil. (Atlas-roteiro) (ANTT – Cota:Colecção Cartográfica: nº 162). Disponível em: http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4162623)	Atlas composto por trinta e duas cartas (uma perdida no original), sendo a primeira delas, “Terra de Santa Crvz a qve chamaõ Brasil”, a carta geral, com indicação de escala de latitudes somente. Nesta carta-geral, além da demarcação da linha Equinocial tangenciando o delta amazônico e a demarcação do Trópico de Capricórnio a 23°30’ Sul, uma rosa-dos-ventos encontra-se centrada do continente sul-americano e o rios da Prata e Pará possuem um ligação. Não há cartas de pormenor, somente a carta-geral e cartas regionais. Sequência de apresentação das cartas: sentido Sul-Norte. Genericamente, a lógica da cartas regionais compõe-se em função das capitanias e regiões de abundantes recursos naturais, tendo como marcação entre o limite de uma carta e outra, essencialmente, rios nomeados. Em todas as cartas, nota-se a presença da rosa-dos-ventos orientada ao Norte pela flor-de-lótus. Perspectiva oblíqua das representações. Foram analisados os elementos hidrográficos, e os respectivos signos convencionais (rios, ancoradouros, barras, profundidades, canais de navegação, ilhas, entre outros), e os elementos não hidrográficos (representação das terras interiores, formas de relevo, cobertura vegetal, pormenores urbanos e construções, pontos de defesa, atividades econômicas, entre outros). Constata-se que a distribuição e evolução dos topônimos são significativamente mais expressivos no litoral do que no interior. Em relação aos pontos nevrálgicos das representações, nota-se: Rio da Prata (Sul), a capitania de Pernambuco (em função da invasão holandesa) e foz amazônica (Norte). Este atlas possui sete cópias manuscritas. Poucas legendas explicativas, porém todas as cartas estão acompanhadas de suas descrições textuais.
c. 1642	João Teixeira Albernaz I	Descrição de Toda a Costa da Provincia de	Atlas composto por vinte e três cartas (com cartas), sendo a primeira delas, “Terra

		Santa Crvz qve vulgarmente chamão Brasil. (Atlas-roteiro) (Preserva-se na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa – Fonte: PMC: IV)	de Santa Crvz a qve chamaõ Brasil”, a carta geral, com indicação de escala de latitudes e escala de distâncias (em léguas). Ainda na carta-geral, verifica-se a demarcação da linha Equinocial tangenciando o delta amazônico, a marcação do Trópico de Capricórnio a 23°30’ Sul e o eixo demarcatório entre os territórios pertencentes à Espanha e Portugal, além de uma rosa-dos-ventos centrada do continente sul-americano. Não há cartas de pormenor, somente a carta-geral e as regionais. Sequência de apresentação das cartas: sentido Sul-Norte. Genericamente, a lógica das cartas regionais compõe-se em função das capitanias e regiões de abundantes recursos naturais, tendo como marcação entre o limite de uma carta e outra, essencialmente, rios nomeados. Em todas as cartas, nota-se a presença da rosa-dos-ventos orientada ao Norte pela flor-de-lótus. Perspectiva oblíqua das representações. Foram analisados os elementos hidrográficos, e os respectivos signos convencionais (rios, ancoradouros, barras, profundidades, canais de navegação, ilhas, entre outros), e os elementos não hidrográficos (representação das terras interiores, formas de relevo, cobertura vegetal, pormenores urbanos e construções, pontos de defesa, atividades econômicas, entre outros. Constata-se que a distribuição e evolução dos topônimos são significativamente mais expressivos no litoral do que no interior. Em relação aos pontos nevrálgicos das representações, verifica-se: Rio da Prata (Sul) e foz amazônica (Norte). Conteúdos textuais escassos, não apresentando, inclusive, legendas explicativas.
--	--	--	---

Fontes: PMC, vol. IV, 1960-62; Marques, 1988; Tesouros da Cartografia Portuguesa, 1997. **Organização:** Raquel Fulino de Souza, 2014.

3.0 - JOÃO TEIXEIRA ALBERNAZ I E A ANÁLISE DA PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

3.1 – Breves considerações biográficas e as influências cartográficas

(...) é apreendido pela determinação daqueles princípios subjacentes que revelam a atitude básica de uma nação, de um período, classe social ou crença religiosa ou filosófica – qualificados por uma personalidade e condensados numa obra.

(Significado das Artes Visuais – Erwin Panofsky)

A análise do estado da arte da cartografia colonial portuguesa dos séculos XVI e XVII desenvolvida anteriormente resulta, dentre muitos outros aspectos, na clareza de que o pioneirismo da cartografia lusa na Europa – em termos quantitativos e qualitativos – perpassou os anos dos Quinhentos até meados dos Seiscentos, deixando para trás, inclusive, grandes escolas como a francesa, a holandesa, a italiana e mesmo a espanhola (MARQUES, 1988). Tal notoriedade portuguesa certamente circundou os trabalhos que envolveram gerações de famílias de cartógrafos do reino de Portugal, como foi verificado nas produções da família Reinel, dos Homem, dos Teixeiras, os quais, entre outros, propagaram a secular tradição cartográfica lusitana.

Isto decorre muito em função de que, a partir da metade dos Quinhentos, determinadas profissões ligadas às conquistas coloniais de Portugal começaram a ser valorizadas e prestigiadas pela Corte portuguesa (Costa, 2007). O mais evidente exemplo desse pressuposto é a nomeação, no ano de 1547, do mestre da Cátedra de Matemática da Universidade de Coimbra, Pedro Nunes, para o cargo de primeiro cosmógrafo-mor do reino de Portugal (BUENO, 2007), o qual elaborou e seguiu os *Regimentos do Cosmógrafo-mor de 1559 e 1592*⁴¹ durante sua atividade, de modo a consolidar o início do ensino náutico em Portugal.

Assim, o movimento metodológico e sistemático gerado nos estudos náuticos e cartográficos fora, em grande parte, conduzido pelo cosmógrafo-mor, cuja principal função era ministrar lições de teoria a pilotos de navegação, artesãos de instrumentos

⁴¹ Juntamente com *Origens do Ensino Náutico em Portugal*, Teixeira da Mota publica esta obra em 1969, em Lisboa, trazendo à tona o modo como era abordado o ensino náutico para pilotos e a preparação de especialistas em cartas de marear para a execução de trabalhos relacionados às conquistas coloniais (SANTOS, 2001).

náuticos e cartógrafos que trabalhavam nos Armazéns da Guiné e Índias, no Paço da Ribeira (Lisboa), sem contar também que o cosmógrafo era o responsável pela avaliação dos critérios dos recenseamentos geográficos dos territórios coloniais, bem como a supervisão das atualizações toponímicas da cartografia decorrentes da colonização portuguesa na África, Ásia e América do Sul (BUENO, 2007).

É neste sentido que, de acordo com Cintra (2013), a estima por profissionais ligados à ciência cartográfica aprofundou-se, de modo geral, com a dinastia filipina, no período de unificação das Coroas ibéricas⁴², revelando, por conseguinte, uma nítida divisão da atividade cartográfica nessa conjuntura histórica:

Como destaca Armando Cortesão, o centro oficial da cartografia portuguesa era o Armazém da Guiné e da Índia, em Lisboa, onde trabalhavam numerosos cartógrafos. Das inúmeras referências, deduz-se que havia um protótipo (um planisfério ou *mapa mundi*), em que se iam registrando as novas descobertas com a abundante toponímia, que às vezes era alterada pelo rei, como se vê inclusive em alguma das cartas de doação. A partir desse mapa, faziam-se as cópias, as chamadas cartas de marear, que eram levadas pelos pilotos nas navegações. Sobre estas, eram traçadas as rotas e acrescentados os novos lugares descobertos e nomeados pelo capitão da frota. Na volta das viagens, os mapas assim anotados serviriam de base para atualizar a carta padrão. A anterior ficava, pois, desatualizada e talvez isso, além do terremoto de Lisboa e a política de sigilo de informação cartográfica, ajude a explicar a sobrevivência de relativamente poucos mapas portugueses dessa época. Esse processo de construção de mapa, que era válido para a África e a Índia, estendeu-se com certeza para o Brasil. (CINTRA, 2013, p. 21).

Esta ênfase no modo como eram produzidos os materiais cartográficos das colônias portuguesas contribuem, em verdade, para a elucidação de determinadas questões da atividade de João Teixeira Albernaz I.

Primeiramente, embora João Teixeira tenha assinado muitas de suas representações com o título de “cosmógrafo” de Portugal (como, por exemplo, no frontispício do Atlas de 1640, em Figura 01, pág. 113), “é [por outro lado] com certeza engano a afirmação (...) expressa de que João Teixeira Albernaz teria sido anteriormente cosmógrafo-mor” (PMC, IV, 1960-62: 81).

⁴² De acordo com Bueno (2007), o século XVI traduz um longo processo de transição entre a figura do cosmógrafo e a do engenheiro militar, o qual tinha uma formação menos orientada para a ciência náutica, e mais vinculado às questões topográficas, corográficas, de modo que era capaz de projetar e construir complexos sistemas de defesa militar.

Segundo PMC (IV, 1960-62), os documentos históricos reveladores dos elementos biográficos de João Teixeira permitem a compreensão de que o mesmo era natural de Lisboa, aprendendo a arte da cartografia com o pai, Luís Teixeira, tendo ainda aprimorado seus estudos de matemática no reconhecido Colégio de Santo Antão. Na maturidade, em 1602, encaminhou uma carta de ofício para trabalhar nos órgãos oficiais dos Armazéns de Guiné e Índias, sendo, pois, contratado em 1605. Após dezessete anos, envia petição para ser promovido ao cargo de cosmógrafo-mor, porém, ignorando ao certo os motivos, é recusado (PMC, IV, 1960-62: 81).

Diferentemente de Luís Teixeira, o qual elaborou o primeiro levantamento cartográfico particular do litoral brasileiro *in locu*, na década de 70 do século XVI, é fato praticamente irrefutável na historiografia que João Teixeira Albernaz I nunca esteve na colônia Brasil, tornando-se, assim, um cartógrafo de “gabinete”, de modo que seus trabalhos eram claramente reproduções de vários outros materiais – entendendo que “(...) a cópia não era tida como plágio, carregado de perversidade como hoje, mas provavelmente como um sintoma de informação actualizada e, até, porventura, prestigiado” (DIAS; ALEGRIA, 1994: 62) – e aprimoramentos de dados de outros sujeitos, provavelmente roteiros de viagens registrados por pilotos de navegação e descrições e mapas de outros cartógrafos.

É adequada, deste modo, a afirmação de Magalhães (2009) para a cartografia portuguesa da época de que um bom cartógrafo era, antes de mais nada, um bom copista.

Realmente, mantendo mais ou menos estas localizações relativas de linhas de rumo e costas, o cartógrafo poupava muito trabalho – de certa maneira, mais do que construir uma carta nova, copiava uma carta antiga. E isto sem dúvida era importante nestas épocas, em que, como para futuro sabermos que aconteceria, um cartógrafo era sobretudo um membro de uma “escola”, um transmissor de padrões que aceitara. Às vezes enriquecia, transformava o padrão que utilizava. Às vezes, abandonava-o mesmo, ou para substituir por outro, melhorado, ou para criar um novo, quando de tal era encarregado. Mas ninguém poderá ter dúvidas de que sempre, e sobretudo, o que preferia fazer seria pura e simplesmente, copiar. (MARQUES, 1987: 127, grifo nosso).

Portanto, o que explica sua notoriedade na cartografia portuguesa, particularmente no contexto de unificação das Coroas ibéricas, de modo a justificar a

expressão tonificada de Avelino Teixeira da Mota e Armando Cortesão (PMC, IV, 1960-62: 79) de que João Teixeira Albernaz I tenha se consagrado como “o mais notável cartógrafo português da primeira metade do século XVII”?

Os pesquisadores indicam a direção:

João Teixeira Albernaz I was the most notable Portuguese cartographer of the first half of the seventeenth century. A good part of his work, especially the first maps, is stylistically similar to that of his father. Among 340 maps that he produced (not counting 323 copies), a total of 146 specifically concerned Brazil; that number does not include the copies and charts in universal atlases where Brazil appeared. Until about 1645, the work of João Teixeira Albernaz I was limited almost exclusively to Brazil (including maps attributed to him that accompanied Diogo de Campos Moreno's *Livro que dá razão do estado do Brasil* of 1612); after he worked in the dominions of Portugal and the Far East (ALEGRIA; DAVEAU; GARCIA; RELÃO, Vol. III, 2007: 990).

Destarte, entende-se que as contribuições de João Teixeira manifestaram-se expressivamente na história da cartografia luso-brasileira, isto é, a maior parte de sua produção – cento e quarenta e seis mapas manuscritos – foi orientada para atender e reiterar representativamente as determinações coloniais engendradas no território brasileiro, projetadas tanto pelos Habsburgos (dinastia filipina) quanto por sujeitos específicos envolvidos diretamente na empreitada colonizadora.

Conforme interpretado no capítulo anterior, essa produção cartográfica desenvolveu, principalmente, cartas regionais da porção litorânea do Brasil, colecionadas, por sua vez, em seis Atlas-roteiros (Tabela 02, pág. 75). Logo, a dimensão náutica que a cartografia de João Teixeira comporta, ou seja, a preocupação com o detalhamento da costa brasileira em relação aos espaços interioranos incide novamente nas influências que apreendeu da tradição portuguesa, notadamente seguindo os protótipos de seu pai, o que confirma, portanto, a histórica singularidade das representações pautadas na perspectiva vertical e oblíqua da família Teixeira⁴³, ou melhor:

(...) o desenho em plano da costa e, ao mesmo tempo, a sua vista em elevação. Isto significa impor à cartografia uma distorção

⁴³ Ver cartas regionais do Atlas de 1640 em Apêndice (pág. 113).

que permita, em simultâneo, apresentar o mapa e os elementos constitutivos dos roteiros: foi a solução adotada nos Países Baixos por Lucas Janszsoon Waghenaeer, misturando a projecção vertical com a projecção oblíqua, como se o observador estivesse no mar, em seus *Spiegel der Zeevaerdt* e *Thresoor der Zeevaerdt* (Espelho dos navegantes e Tesouro dos navegantes) (...) (MAGALHÃES, 2009: 79).

Esta citação aponta um eixo delicado de análise, uma vez que, como foi visto, o “Brasil holandês” (1630-1654) tornou-se objeto de representação de João Teixeira Albernaz I em específicas cartas regionais de seus Atlas-roteiros.

Neste contexto, é reconhecível ainda a efervescência e rigor com que a cartografia holandesa progredia na Europa, de maneira que, segundo Max Justo Guedes (1998), a partir da segunda metade do século XVII, supera a portuguesa. Assim, em plena liderança no cenário europeu, especulou-se sobre o trânsito de informações e as possibilidades de influências holandesas na cartografia de João Teixeira Albernaz I, notadamente mediante os trabalhos de Lucas Jansz. Waghenaeer (DIAS; ALEGRIA, 1994). No entanto, para Jaime Cortesão (1945), tratam-se de hipóteses seguramente refutáveis:

Embora a escola cartográfica holandesa se tenha enriquecido de novos métodos científicos e com primores do estilo e execução, que, desde os fins do século XVI lhe dão a primazia entre as demais até ao fim da centúria seguinte, é certo que ela sofreu uma predominante influência portuguesa (CORTESÃO, 1945, Vol. I: 01).

E continua:

Gernez que mais detidamente se ocupou do assunto, afirma que, em matéria de cartografia, os marinheiros dos Países Baixos, “tomaram tudo dos portugueses, cuja influência se mostra nas cartas costeiras e é historicamente certa para as cartas roteiras dos Oceanos”. (...) Esse característico processo português de representar as vistas das costas observa-se igualmente nas primeiras cartas náuticas gravadas dos neerlandeses as de Spiegel des Zeevaert e de Lucas Janz Wagenser (1584) e “em todas as cartas dos numerosos livros de mar neerlandeses do século XVII” (Gernez)” (CORTESÃO, 1945: Vol. I: 01).

Igualmente são meandrosos os questionamentos em torno da circulação de ideias e informações entre a tradição cartográfica de Espanha e a de João Teixeira Albernaz I, o qual esteve em Madrid, juntamente com o irmão, Pedro Teixeira, em 1619 (PMC, IV, 1960-62).

Mesmo a cartografia portuguesa ecoando de modo independente às tradições cartográficas espanholas, aos poucos, os estudos comparativos revelam a presença de elementos e acidentes geográficos idênticos nas duas escolas (GUEDES, 1998), naturalmente porque as duas Coroas almejavam, na época, intervenções político-econômicas no mesmo espaço: o território (litoral) brasileiro. Conforme a elucidação de Marques (1988):

Ela [a cartografia espanhola] tem traçados próprios, naturalmente contrários aos portugueses. Mas, em certa medida, no entanto, paradoxalmente sofre a irresistível influência dos padrões lusitanos, então esmagadoramente dominantes (MARQUES, 1988, p. 06).

De acordo com Magalhães (2009), pode-se afirmar, genericamente, que a cartografia náutica do Brasil elaborada por João Teixeira Albernaz I inseriu-se tanto em interesses voltados à representação das novas possessões no Atlântico como também em uma cartografia que enfatizou os limites ibéricos, conjugados, portanto, ao marcante período histórico-político de Portugal, ou seja, aos primeiros anos da restauração da independência de Portugal em relação à Espanha (1640-1668).

Por outro lado, são também diversas as finalidades e usos que os mapas do referido cartógrafo adquiriram: “alguns seriam documentos de trabalho, com funções especificamente náuticas, outros, com aspecto mais cuidado, eram encomendadas de pessoas da nobreza, com altas funções na Península Ibérica ou no Brasil” (ALEGRIA, 1995: 190). De modo geral, cartas de utilidade prática, pouco decoradas e iluminadas, dedicavam-se às necessidades da navegação, comércio e controle litorâneo, ao passo que outras, ricamente desenhadas, serviam a coleções particulares de aristocratas, em último caso, a fins propagandísticos a sujeitos da alta Corte.

É legítima, do mesmo modo, a constatação de que diversas edições de atlas manuscritos tenham se multiplicado nas últimas décadas do século XVI, atravessando todo o século XVII em Portugal, constituindo-se em materiais que desempenharam funções defensivas e de controle costeiro, organizados mediante critérios temáticos dos mapas (como, por exemplo, a chamada “cartografia do açúcar” ou “dos engenhos”)⁴⁴, uma vez que articulavam, como insistentemente explicitado, as lógicas territoriais da expansão colonial portuguesa. Não menos importante, os Atlas-roteiros garantiram,

⁴⁴ Encontrado em CORTESÃO (1945), ao explicar o significado político do Atlas-roteiro de 1631 de João Teixeira: “(...) Assim os engenhos de açúcar adquirem seu símbolo cartográfico. E como se estendem ao longo de todo o atlas por muitas cartas, assinalam, em verdade, uma cartografia açucareira” (pág. 121).

paralelamente, a sistematização técnica das produções antecessoras a João Teixeira Albernaz I, permitiram o gradual progresso de informações e circulações das regiões que paulatinamente iam sendo territorializadas pelos lusitanos, gerando, portanto, condições propícias às correções, avanços e difusões de tais produtos cartográficos.

Diante do exposto, as reflexões suscitadas tanto no presente capítulo quanto nos anteriores enredam, em resumo, o cerne movedor da pesquisa, o qual compreende que os materiais cartográficos (mapas ou cartas) estão centrados na ordem fenomênica, apreendida mediante a própria leitura da paisagem, ou melhor, das representações cartográficas, que, embora manifestem determinados elementos da essência para a compreensão das relações sociais (e contradições reais) que se dão no espaço, expressam, por sua vez, discursos paralisantemente neutros, factuais ou monolíticos, acerca dos territórios, condizentes às suas dimensões ideológicas. O que imediatamente estabelece uma estreita aproximação com a perspectiva metodológica de John Brian Harley (2009; 2005; 1989), que considera os materiais cartográficos como construções humanas que comportam uma natureza imagética (representação gráfica) e textual (discurso), devendo ser interpretados mediante os contextos históricos envolvidos⁴⁵, a fim de decodificar os elementos prestidigitados da cartografia.

Como elucidada:

(...) Gran parte del poder del mapa, como una representación de la geografía social, es que trabaja detrás de una máscara de ciencia aparentemente neutral. Esconde y niega sus dimensiones sociales al tiempo que las legitima. No obstante, desde donde las veamos, las reglas de la sociedad sobrevivirán. Han logrado que los mapas sean, por lo menos, una imagen del orden social así como la medición del mundo fenomenal de los objetos (HARLEY, 2005: 195).

Por sua vez, o avançar da pesquisa buscou, por ora, desenovelar a processualidade histórica – os contextos (na acepção harleyana) – e as determinações que consolidaram a cartografia náutica portuguesa, principalmente, a produção de João Teixeira Albernaz I, de modo a encaminhar os passos seguintes da análise dos elementos prestidigitados, pautados fundamentalmente em dois conceitos interpretativos

⁴⁵ Entende-se: a) o contexto do cosmógrafo ou cartógrafo; b) o contexto de outros documentos (mapas e textos); c) o contexto da sociedade.

– o “olhar de frente e de cima”⁴⁶ do colonizador e a noção de silêncio cartográfico⁴⁷, que serão minuciosamente trabalhados, por sua vez, no subcapítulo seguinte.

⁴⁶ Expressão retirada de Murillo Marx (1996), no artigo “Olhando de Frente e de Cima”. São Paulo: Revista USP, nº 30, 1996, pp. 170-181.

⁴⁷ Conceito harleyano (2009; 2005; 1989), desenvolvido no próximo subcapítulo.

3.2 – Dois pilares na análise da produção de João Teixeira Albernaz I: o “voo de pássaro” e o silêncio cartográfico

Portanto, o mais importante na tragédia não é o que acontece em cena, o que se vê e é dado, mas o que está suspenso, o que se pode vislumbrar vagamente, o que se experimenta e se sente por trás dos acontecimentos e das falas (...). Esse clima que envolve seu “segundo sentido” não está presente na peça, mas brota do que é dado, precisa ser suscitado.

(A Tragédia de Hamlet – Lev S. Vygotsky)

Os termos da questão que consolidam as reflexões desenvolvidas nesse subcapítulo derivam, por assim dizer, dos raciocínios tramados na análise do estado da arte da cartografia portuguesa no contexto de unificação das Coroas ibéricas. Isto porque as inflexões nesta cartografia, como apontadas, não se originaram nem expressaram um comportamento internalista de ciência – cujas adesões paradigmáticas da comunidade científica independem do conjunto de regras externas (KUHN, 1970) –, mas, ao contrário, revelaram as vinculações materiais existentes entre o avançar/orientar da ciência cartográfica e as condições históricas específicas.

Procede-se, neste sentido, o olhar volvido sobre a questão da mudança dimensional das escalas cartográficas das representações do território brasileiro no final do século XVI e início do XVII, que, conforme as reflexões anteriores, reafirmam, sobremaneira, o debate conceitual do procedimento de generalização da cartografia, o qual, ajustado às noções de seletividade e hierarquia dos elementos e fenômenos espaciais intencionalmente escolhidos para serem mapeados, estabelecem dois conceitos ou desdobramentos fundamentalmente explicativos da produção de João Teixeira Albernaz I.

Em primeiro aspecto, a orientação em cartas regionais (maior escala) do litoral brasileiro em substituição à produção de cartas gerais do território (menor escala) processualmente figurou a corografia costeira da colônia em uma perspectiva denominada de “voo do pássaro”, similar ao ângulo de projeção das plantas urbanas medievais da Europa, ou seja, o “olhar de frente e de cima” (no caso, do colonizador) (MARX, 1996).

Isto significa que:

(...) Das representações de perfil ou daquelas idealizadas, vai se passando na Europa a um ponto de observação mais alto, à perspectiva aérea e, finalmente, à vista de cima, aos mapas e às plantas urbanas. Curiosamente, os nossos registros nesses mesmos tempos parecem seguir caminho contrário. Começamos a ser vistos por cima, através dos mapas em escala reduzida em que se abarcava com acuidade crescente todo o contorno continental e onde os primeiros estabelecimentos são acusados por pontos ou legendas. Em seguida, surge o plano do horizonte e, em escala maior, aparecem as tomadas em voo de pássaro abrangendo regiões inteiras, enquanto despontam igualmente as vistas urbanas de frente. Do mapa em pequena escala, geográfico, vai-se difundindo a escala maior da representação corográfica, com suas descrições mais detalhadas que não dispensam técnicas mais antigas como as vistas. A representação de nossos núcleos de povoamento nasceu com o que se inaugurava na Europa, o mapa moderno, e evoluiu em sentido contrário, ou seja, passando pela vista perspectivada para o que já se fazia na Idade Média, o perfil urbano. Olhou-se antes por cima, depois de frente (MARX, 1996, 174).

Neste sentido, as cartas regionais de João Teixeira (conforme Apêndice) desenhadas tanto pela perspectiva vertical dos elementos costeiros – por exemplo, a linha da orla, os topônimos litorâneos representados – como pela visão oblíqua (ou de horizonte) do espaço interior da colônia – retratado pela formação geomorfológica forçosamente escarpada e também pela vegetação e pequenos núcleos de povoamento – figuram-se de maneira aparentemente incoerente sob uma leitura literal dessas representações, pois é exigida, sem dúvida, certa perspicácia para entender que os canais fluviais que estão desaguando no Atlântico não se originaram dos céus!⁴⁸

A perspicácia na interpretação desse modo de representar o território brasileiro não deve perder de vista, todavia, que as paisagens (ou melhor, a aparência fenomênica das espacialidades/territorialidades) são produtos históricos que configuram, dialeticamente, o resultado e o processo dos projetos de produção e apropriação espacial (MORAES, 1988), de modo que as determinações figurativas dos espaços regionais do litoral da colônia Brasil veicularam, de certa forma, a visão reduzida e eurocêntrica do colonizador, pois “(...) mesmo apresentando compreensões dos lugares por meio de

⁴⁸ Notar especialmente as seguintes figurações espaciais de João Teixeira Albernaz: Figura 12 (pág. 124), Figura 14 (pág. 126), Figura 15 (pág. 127), Figura 23 (pág. 135), entre outras que supostamente desarmonizam o sentido visual das representações, uma vez que a rede hidrográfica, mediadora da relação do olhar sobre os dois planos visuais estabelecidos, parece ter sido originada “de cima”, dos céus.

escalas diferentes, o que está em curso é uma parametrização (de caráter europeu) de como os poderes locais concebiam o Brasil” (SILVA, 2006: 93).

Conforme Marx (1996), uma parametrização comportando uma lógica com claras prioridades:

(...) Sempre entre a proteção e o porto, entre a defesa e a ligação com a Europa, entre uma colina e a praia, uma ilha talvez e o canal protetor e de acesso, essas primeiras feitorias [sic] são vistas, perscrutadas e retratadas por todo aquele interessado na sua segurança ou na sua conquista. (...) Esta lógica obedece ao binômio do defender-se e do aportar (MARX, 1996: 172).

Assim, no contexto de unificação ibérica, as preocupações defensivas e de ocupação portuguesa, sobretudo, nas porções setentrionais do litoral brasileiro diante do avanço holandês, são manifestadas, por sua vez, no detalhamento de específicas cartas regionais de João Teixeira Albernaz I, cuja perspectiva “de frente e de cima” viabilizara a ampliação das dimensões quali-quantitativas dos elementos que foram projetados, de maneira que a opção por apenas um plano de mirada não possibilitaria a complexidade, ou a junção, dos objetos e fenômenos mapeados.

Isto se torna evidente na carta regional do Atlas-roteiro de 1631, de João Teixeira Albernaz I, intitulada *Planta da Restituição da Bahia* (Figura 29, pág. 141), pois:

Concomitantemente ao olhar de pássaro da visão relativa ao mar, essa representação mostra um olhar pelo alto e da face dianteira de Salvador e arredores. De frente, estão localizadas as casas na porção mais baixa da cidade, no nível do mar, junto ao porto. Por cima – de forma oblíqua – estão assinaladas as construções nas cercanias e no interior da área delimitada por um muro de proteção. Nestes diferentes tipos de olhares conjugados (...) o que se pretende passar como mensagem é a existência de uma ordem: a da retomada do território que estava nas mãos do “enemigo” para controle da União Ibérica (SILVA, 2006:92).

Na mesma alçada, a carta regional do Atlas-roteiro de 1640, *Demonstração da Barra, e Porto de Pernãobuco, e Fortificações que Nele Tem os Olandeses* (Figura 21, pág. 133), João Teixeira Albernaz I revela, no primeiro plano (visão de frente), o forte da barra de Pernambuco, edificado próximo aos recifes de superfícies, denotando ser o primeiro ponto de ancoradouro e reconhecimento das embarcações que aportavam na próspera capitania; enquanto no segundo plano (visão de cima) são projetados os fortes

da Ilha de Santo Antônio, de modo a enredarem uma malha defensiva, em especial, sobre o Rio dos Afogados e o Rio Capivaribe, principais escoadouros de açúcar e outras mercadorias de Pernambuco.

Dentre as análises advindas da perspectiva em “voo de pássaro” das cartas regionais de João Teixeira sobre o território brasileiro, não há como seguir adiante sem, entretanto, mais uma ressalva: as representações em questão salientam uma paisagem idílica e bucólica do litoral da colônia, isenta de contradições, basicamente autorizando concepções e imagens socialmente “vazias” do espaço (HARLEY, 2005) ou, no mínimo, reiterando unilateralmente os processos históricos de formação territorial do Brasil pelos europeus, mediante a indicação de signos ou símbolos das construções urbanas (mormente portuguesas) ao longo da orla atlântica.

Diante de tudo o que foi apresentado até o momento, é preciso pontuar uma questão: justamente aquela que nos permite indagar quem eram os outros serem humanos que estavam em cada um dos lugares conquistados. Tal pergunta toma aqui uma feição paradigmática. Esquecidos, aniquilados, subjugados, submetidos a tantas outras formas de incompreensão, muitas foram as ações efetivadas por meio de leituras que se fundamentaram na dimensão de territorialidade (SILVA, 2006, 95).

Dimensão que se assevera e se aprofunda com o conceito harleyano de silêncio cartográfico (2009; 2005; 1989), o qual singularmente está vinculado às supressões políticas e intencionais dos fenômenos espaciais das representações cartográficas de um determinado contexto histórico. Por outro lado, é razoável afirmar que as omissões ideológicas nos produtos cartográficos não são imediatamente explícitas, pois não se estabelecem como uma “clarividência-espelho” em oposição àquilo que está identificado no mapa, ou melhor, a aparência não manifesta a essência sem as mediações concretas do real. Portanto, é lúcido que:

(...) Al evaluar los silencios debemos estar conscientes no solo de los limites geográficos del conocimiento, sino también de las limitaciones tecnológicas de la representación, así como de los silencios em el registro de la historia debidos a la destrucción de pruebas. Sin embargo, (...) no me interesan esos silencios surgidos de ignorancia geográfica, carência de datos, errores, limitaciones de las mediciones, diseño deliberado ni otros aspectos de las carencias de especificación y técnicas. Aquí abordo los silencios políticos (...) (HARLEY, 2005: 115).

Concebe-se, nesta direção, que o ponto central que sustenta cientificamente um conceito polêmico como o “silêncio cartográfico” na análise das representações da costa brasileira de João Teixeira Albernaz I decorre, necessariamente, de questionamentos e problematizações engendradas no âmago do exercício dialético entre as determinações históricas suscitadas dos processos formativos do território – no contexto de unificação das Coroas ibéricas – e pelos projetos políticos teleologicamente movedores da colonização, os quais, como já compreendido no capítulo anterior, lançaram as bases objetivas para a consolidação e desenvolvimento da cartografia portuguesa durante o domínio espanhol sobre Portugal.

Isto significa que, se por um lado, as disputas espaciais travadas entre portugueses e holandeses dispõem de notáveis referenciais cartográficos, por outro, as tentativas de territorialização de outros sujeitos sociais trazem a ilação de que foram largamente suprimidas da cartografia portuguesa da época, especialmente na produção de João Teixeira Albernaz I.

Ilações que convocam as mediações históricas para tal interpretação, afinando o olhar “microscópico” para um fenômeno socioespacial fomentado com as invasões holandesas, de modo que o processo, contraditoriamente, “afrouxara a disciplina do ferro da escravidão” (CARNEIRO, 1947: 11 apud MORAES, 2000: 363), ou melhor, os ataques holandeses sobre as instalações portuguesas produtoras do açúcar implicou, dentre outros, em uma expressiva evasão de escravos negros dos engenhos pernambucanos e arredores.

Neste sentido, sabe-se que:

Os portugueses desenvolveram a plantação de cana-de-açúcar desde o início da colonização e em 1570 já havia muitas fazendas com mão-de-obra combinada de africanos e ameríndios escravizados. As usinas [sic] portuguesas floresceram no nordeste, mas o processamento e financiamento do açúcar estavam nas mãos dos holandeses que ocuparam Pernambuco em 1629, ficando até 1654. No início do século XVII, escravos fugidos estabeleceram-se na zona na mata montanhosa e suas aldeias espalharam-se pelo interior, a sessenta quilômetros da costa (...) (FUNARI, 2001: 17).

Assim, relativamente próximos do litoral setentrional, escravos negros fugitivos e seus descendentes, soldados traidores e outros perseguidos políticos, além de indígenas e outros sujeitos sociais toldados, muitas vezes, da historiografia brasileira tradicional (REIS, 1996), tensionaram, em meados do século XVII, as formas e os

processos constitutivos das espacialidades europeias no Brasil, mediante a concretização de seu próprio projeto de território, em especial, Palmares.

Deste modo:

(...) o quilombo dos Palmares instalou-se na hinterlândia das Alagoas, área fronteira entre o domínio português e o holandês e verdadeira terra de ninguém no período. E como observa Decio Freitas, “o que fora no começo do século um simples refúgio de escravos era agora [na metade do século XVII] um conjunto de populosas e florescentes comunidades espalhadas por um território [sic] de selva virgem que ocupava de norte a sul um vão de aproximadamente 350 quilômetros, com uma população estimada entre dez mil e trinta mil habitantes (MORAES, 2000: 363).

É manifesto ainda que, com um considerável agrupamento médio populacional de dez a quinze mil habitantes⁴⁹ (frente às dificuldades de ocupação portuguesa nas regiões setentrionais), instalados a poucos quilômetros do litoral atlântico, os quilombolas, embora protegidos, não ficaram completamente isolados dos europeus nas regiões serranas, mas, ao contrário, permaneceram “(...) na fronteira da escravidão, mantendo uma rede de apoio e interesses que envolvia escravos, negros livres e mesmo brancos, de quem recebiam informações sobre movimentos de trocas e outros assuntos estratégicos” (REIS, 1996: 18).

Esta constatação tateia, por sua vez, o nível de proximidade das relações que existiram entre os quilombolas e os europeus, principalmente ao tangenciar a hipótese se os portugueses tinham clareza da existência desse agrupamento social, de modo a examinar, assim, se efetivamente houve uma acendida preocupação com a territorialização de Palmares perante o projeto colonial da dinastia filipina.

Concebe-se, doravante, que as expedições empreendidas contra Palmares fortaleceram-se, particularmente, a partir da segunda metade do século XVII⁵⁰, inseridas, por sua vez, no contexto da Restauração portuguesa. Entretanto, reconhece-se que “a primeira expedição contra Palmares, em 1612, já constatou que o quilombo era grande (...)” (FUNARI, 2001: 17), além de que “no princípio do século XVII, o

⁴⁹ De acordo com Funari (2001), no contexto das invasões holandesas em Pernambuco e regiões próximas, Palmares já comportava nove aldeias: “(...) Andalaquituche, Macaco, Subupira, Aqualtene, Dambrabanga, Zumbi, Tabocas, Arotirene e Amaro. Dois topônimos são ameríndios (Subupira e Tabocas), um é português (Amaro) e os outros seis são bantos. Macaco, a capital, ficou conhecida como Oiteiro ou Serra da Barriga (...)” (pp. 17-18).

⁵⁰ Culminando com o assassinato do líder mocambo, Zumbi, em 1695 (MUNANGA, 1996).

problema já apresentava bastante gravidade para merecer as atenções das autoridades coloniais” (FREITAS, 1981: 29), o que é indicativo de que:

Assombrada com as dimensões de Palmares, a metrópole lusitana procurou combater os quilombos no nascedouro (...) [tendo em vista que] se não figuravam como ameaça efetiva à escravidão, eles passariam a representar uma ameaça simbólica importante, povoando o pesadelo de senhores e funcionários coloniais, além de conseguir fustigar com insistência desconcertante o regime escravista (REIS, 1996: 18).

Estas considerações, ainda que concisas e passíveis de estudos historiográficos que aprofundem a problemática envolvente às intervenções oficiais metropolitanas no território palmarino na primeira metade do século XVII – justamente porque são questionáveis se as entradas militares lusas constituíram-se como um tipo de resposta “automática”⁵¹ a uma ameaça ao poder colonial (MENDES, 2009: 04) –, chamam a atenção, por outro lado, para o fato de não haver, ao longo do século XVII, indicações cartográficas portuguesas discrimináveis do maior processo de territorialização das classes resistentes à escravidão no período colonial no Brasil.

Sabe-se, neste sentido, que:

Depois de Palmares, os escravos não conseguiram reproduzir no Brasil qualquer coisa minimamente próxima do que representara o grande quilombo. O historiador Raymond Kent chama a atenção para desenhos de Frans Post sobre mapa publicado na *Rerum per octennium in Brasilia*⁵², de Gaspar Barlaeus, em que Pernambuco é emblematicamente representado, em 1647, de um lado por um engenho, do outro por Palmares, aliás, a única representação iconográfica do quilombo de que se tem conhecimento (...) (REIS, 1996: 17, grifo nosso).

Considerações que se dilatam quando a análise da pesquisa está centrada na produção do mais importante cartógrafo português da primeira metade do século XVII (PMC, IV, 1960-62: 79) – João Teixeira Albernaz I – que, conforme mostrado, trata-se

⁵¹ Tem-se clareza dos vários sujeitos sociais e da complexidade de mediações que abarcaram o fenômeno, como, por exemplo, “as discussões e negociações com os moradores, as câmaras, o governo de Pernambuco, o governo-geral, o Conselho Ultramarino e, em última instância, a Coroa (...)” (MENDES, 2009: 04), esgarçando, assim, as hipóteses dessa indagação.

⁵² Sabe-se que a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais trouxe, em diversas expedições exploratórias, naturalistas, cartógrafos, pintores, tratadistas, que retrataram a paisagem e as conquistas holandesas no território colonial. Dentre os trabalhos realizados, destaca-se a obra encomendada por Maurício de Nassau a Gaspar Barlaeus, *Rerum per octennium in Brasilia*, no qual Frans Post menciona o território quilombola (BERDEN, 2003). O livro encontra-se na Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).

de um oficial dos Armazéns de Guiné e Índias que não perdeu de vista a temática dos engenhos e das invasões holandesas em Pernambuco.

Portanto, ressalta-se uma provocação que se justifica, em suma, não exatamente pelos meandros que versam os caminhos da investigação histórico-cartográfica portuguesa sobre o quilombo dos Palmares, mas o que esta problemática aponta enquanto negação das supressões intencionais da cartografia, pois, parafraseando Lacoste (1974) apud Souza; Katuta (2001: 27), o problema ideológico parece estar no cerne do problema metodológico.

Se em uma extremidade da questão vislumbra-se a generalização enquanto procedimento irrevogavelmente “imparcial”, ou “natural”, da prática cartográfica que busca harmonia e objetividade na composição total das representações, em outro extremo intercede-se que a seletividade e a hierarquização dos elementos e fenômenos escolhidos pelo cartógrafo podem inferir um silêncio político dos poderes hegemônicos em dado contexto histórico.

São perspectivas teórico-metodológicas da mesma problemática, certamente inacabada, mas que sinalizam, segundo Souza; Katuta, (2001: 27), de modo claro seus caminhos distintos: as tentativas de separação/dicotomização entre ciência, filosofia e ideologia; e as possibilidades de unificação/articulação dessas modalidades do saber humano, desmistificadoras, assim, da medula positivista do conhecimento cartográfico, ou seja, os discursos exaltantes da neutralidade científica.

4.0 - A CARTOGRAFIA E A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DO PROJETO COLONIAL

Every map shows this... but not that.
(The power of maps – Denis Wood)

Incitar um debate teórico que privilegie a dimensão ideológica da cartografia não significa, *pari passu*, cristalizar velhos preconceitos e determinadas visões fragmentadas acerca desta ciência/prática, advindos, sobretudo, do movimento de renovação da geografia brasileira no final da década de 1970 e início dos anos 1980, os quais, no limite, foram gerados a partir de leituras que negligenciaram, muitas vezes, a relevância da cartografia para a compreensão das contradições sociais engendradas no espaço pelo modo capitalista de produção, revelando, em última instância, uma formação “enviesada”, não totalizadora, de ciência geográfica (SOUZA, J. G., 1995). Pressuposto que tange um exercício desafiador de não estabelecer um jogo binário de interpretação, mediante categorias explicativas sustentadas em pobres acepções duais, maniqueístas por excelência, como, por exemplo, mapas “neutros ou parciais”, “exatos ou simbólicos” e até “verdadeiros ou falsos”, estanques da reflexão crítica, paralisadores da dialeticidade na construção desse debate.

Ao delinear, neste sentido, em quais curvas a discussão não entrará, tem-se, por outro lado, a reafirmação do posicionamento metodológico e de suas opções teórico-reflexivas adotadas como centralidade deste último capítulo da pesquisa, que, embora tenha inflamado uma série de questionamentos sonoramente provocativos durante o trabalho, estes não descumpriram, por sua vez, com a coerência de método que se buscara, já que não partiram de inferências abstratas ou especulações destituídas de investigação empírica. Preocupação que se aprofunda com a evidência de inúmeras pesquisas em Cartografia Histórica, ou histórico-geográficas, que desarticulam os procedimentos analíticos do objeto de estudo, pois:

O problema, não resolvido, e mal resolvido pelos geógrafos do passado, é o de limitar-se ao visível empiricamente. O problema, não resolvido ou mal resolvido, pelas geografias crítica e radical é (...) rejeitar a pesquisa empírica como um momento do método (...). Separar as “idéias” e os “fatos” não conduz a nada, a não ser à repetição de procedimentos que a vida demonstra, mais cedo ou mais tarde, insatisfatórios (SILVA, 2000: 21).

Portanto, feitas as advertências, presumem-se os termos do debate escorados nas relações entre a cartografia e as políticas coloniais dos impérios europeus,

particularmente o português, de modo que as representações cartográficas, consideradas formas discursivas imagéticas das espacialidades (e territorialidades), legitimaram, sob uma primeira leitura, a condição essencial para a objetivação das políticas colonizadoras: o direito de conquista dos territórios (ou “aquisição originária”) no Novo Mundo (CIRNE LIMA, 1954: 89).

De acordo com Moraes (2002: 77), todo processo de colonização tem como gênese a expansão (“alargamento descontínuo”) do território da metrópole, ou melhor, as colônias são ontologicamente apropriações territoriais dos projetos políticos metropolitanos; o que não é imediatamente óbvio diante de visões que ainda tomam a colonização como “simples corrente migratória” (BOSI, 2010: 13), implicando na anulação histórica da exploração de matérias-primas, da apropriação de terras, da exploração e genocídio de populações, isto é, mascara a violência material e imaterial de todo processo. Em outras palavras, pode-se afirmar que a colonização constituiu-se, generalizando as especificidades de cada reino, em uma “(...) resolução de carências e conflitos da matriz (...)” (BOSI, 2010: 13), produzidos pela crise do sistema econômico capitalista, tratando-se, portanto, inquestionavelmente de um projeto político das classes burguesas europeias.

Neste sentido, a violência imaterial, que dentre outras formas, manifesta-se na cartografia mediante a “visão única” sobre a relação histórica dos sujeitos sociais e os espaços disputados, estabelece ideologicamente “a via privilegiada da relação do saber geográfico com a prática política” (MORAES, 1988: 44), o que prontamente permite a compreensão de que os produtos cartográficos (portugueses):

(...) forneceram uma imagem de sentido único dos confrontos étnicos e sustentaram o direito divino da Europa de se apropriar dos territórios. Construindo uma maior massa de conhecimentos geográficos, os atlas europeus [por exemplo] favoreceram, assim, uma visão eurocêntrica, imperialista [sic], (...) que reforçava a percepção de superioridade dos europeus no sistema mundial. Os silêncios dos mapas, que frequentemente faziam parte de esteriótipos culturais, vieram expressar as profecias sobre a geografia do poder (HARLEY, 2009, p. 12).

À vista disso, o segundo aspecto a sublinhar decorrente das articulações entre a cartografia e os projetos políticos coloniais é que aquela “se tornou [assim sendo] um instrumento de poder e do Poder” (RAFFESTIN, 1993: 145), despontando “como saber estratégico, como instrumento precioso e como fruto de ofício mais enobrecido” (MARX, 1996: 178), de modo a tornar evidente, por sua vez, que as interpretações

acendidas pelo rastreamento das intencionalidades inerentes à atividade cartográfica suplantam as questões alusivas às habilidades e disponibilidade de recursos técnicos do cartógrafo, ou da comunidade cartográfica, principalmente porque “los cartógrafos casi nunca podían tomar decisiones de manera independiente, ni estaban libres de limitaciones financieras, militares o políticas” (HARLEY, 2005: 66).

Este enfoque admite, sem deixar de adotar as restrições histórico-conjunturais que a própria temática da pesquisa demarca, refletir analogamente a respeito dos estudos e práticas cartográficas das Sociedades de Geografia, organizadas principalmente na segunda metade do século XIX estendendo-se até as primeiras décadas do século XX na Europa, as quais emergiram com as correntes científicas do movimento de institucionalização do saber geográfico, assentindo que:

(...) A geografia que se irá desenvolver será a que veremos servindo ao Estado, concebida como relatos e mapas, e assim passará para a história como a Geografia. Pelas mãos de seus historiadores oficiais. A geografia concebida como práxis transformadora ficará sufocada nos interstícios da forma oficializada, assim como na vida real dos homens ficaram os gregos e a democracia sob o império romano. Sorte pior terá na historiografia da geografia: o completo silêncio, o sumário expurgo (MOREIRA, 1983: 17).

Segundo BIAGGI (2014), reconhecidas oficialmente – de acordo com seus estatutos – como centros de produção e difusão do conhecimento geográfico de “utilidade pública”, as Sociedades de Geografia foram preenchidas por figuras políticas, soberanos ou dirigentes estatais, sujeitos ligados às grandes indústrias e ao comércio, além de eminentes professores e pesquisadores universitários, que, sobremaneira, preocuparam-se com a “memória geográfica” de suas nações, o que fomentou um ordenamento sistemático de seus acervos cartográficos, caracterizando, na realidade, uma articulação dos pilares que organizaram e desenvolveram os fundamentos científicos das ações territoriais europeias, sobretudo, na África e Ásia.

Conforme a mesma autora:

Acompanhando a expansão do poder colonial europeu, uma nova forma de organização aparece no século XIX capaz de indicar a “ênfase na territorialidade e controle sobre blocos de espaço (que) estendeu-se ao mundo extra europeu” (BLACK, 2005: 108): as sociedades de geografia (BIAGGI, 2014; 01).

Tratam-se de inquietações já expandidas por Lacoste (1988) sob o prisma da “geografia dos estados-maiores”, mais antiga, ligada às representações cartográficas e aos variados saberes geográficos engendrados nas ações estratégicas e nas conquistas e ordenamentos territoriais⁵³, ou seja, àquela que *serve em primeiro lugar, para fazer a guerra*; e a “geografia dos professores”, oriunda do século XIX, cuja função central consiste em mascarar “(...) a ideia de que o saber geográfico pode ser um poder, que certas representações do espaço podem ser meios de ação e instrumentos políticos” (LACOSTE, 1988: 35), consolidando-se, por sua vez, enquanto discurso ideológico estimado das classes dominantes.

Verifica-se, nesta direção, que seja na “geografia dos estados-maiores” ou na “geografia dos professores”, as representações do espaço, dialeticamente, veiculam e escondem suas dimensões ideológicas, pois o “fenômeno [ou a aparência fenomênica do real] indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário” (KOSIK, 1976: 15), acenando para o fato de que “el silencio y la expresión no son partes alternativas sino constitutivas del lenguaje de los mapas; cada una es necesaria para entender la otra (...)” (HARLEY, 2005: 116).

Neste sentido, o último ponto a ser ressaltado nesse breve debate é reiterar a relevância do estudo da cartografia e das representações espaciais como elementos convidativos ao desvendamento dos discursos historicamente articulados nos territórios, de modo que a leitura da paisagem, propriamente dita, torna-se indicativo metodológico justificável para o rompimento da pseudoconcreticidade (KOSIK, 1976) que circunda, no caso, os processos ideológicos conformativos das apropriações espaciais dos projetos políticos coloniais.

Uma preocupação, portanto, que está para além dos ícones, símbolos e fenômenos intencionalmente escolhidos por um cartógrafo, ou uma instituição cartográfica, para serem mapeados, pois a manifestação da coisa, a aparência fenomênica ou a coisa em-si, embora traga aspectos do real, não é capaz de revelar a essencialidade por si só, no caso, as contradições materiais fundadas pela lógica capitalista em dado contexto histórico, justificando, por fim, uma análise concreta das coerções imateriais nas formações territoriais pautadas fundamentalmente nos interstícios e nos silêncios da cartografia.

⁵³ De acordo com Jean Gottmann (apud Moraes, 1988), os interesses de cada Estado são manifestados em suas geografias.

5.0 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Arrisca-se, de todo modo, a perder-se em fórmulas cerebrinas quem se propuser descobrir leis geométricas ou invariantes que teriam regido as interações entre a metrópole e a colônia, ou, mirando no eixo vertical, entre o econômico e o simbólico. Uma dialética de potencialidades, ora atualizadas, ora frustes, dirá melhor como as coisas se passaram.

(Dialética da Colonização – Alfredo Bosi)

Os passos conclusivos desta investigação de maneira alguma encerram uma larga discussão acerca das representações cartográficas de João Teixeira Albernaz I do litoral brasileiro. Tem-se, por exemplo, a amplitude desconhecida dos aspectos centrados na circulação de informações e ideias cartográficas advindas dos pilotos de navegação e de outros cartógrafos para os gabinetes dos Armazéns de Guiné e Índias, reconhecendo, por sua vez, que as teceduras que circundam os fatos históricos são por demais enoveladas, senão apagadas ou perdidas da documentação histórica.

Entretanto, enfrentar uma exaustiva tarefa de analisar o estado da arte da cartografia colonial da América portuguesa do século XVI até à primeira metade do século XVII consolidou, por sua vez, um rico panorama da produção cartográfica portuguesa sobre o território brasileiro, substancial para apreender as peculiaridades mais evidentes de João Teixeira Albernaz I em relação às produções antecedentes (mediante as inflexões cartográficas levantadas), principalmente às questões que tangem a produção dirigida em Atlas-roteiros, compostos por cartas regionais do litoral brasileiro, que, dentre estas, o cartógrafo intencionalmente pormenorizou as figurações espaciais das porções setentrionais.

Nesta direção, de uma análise ampliada – pautada no tripé conceitual desenhado pelos processos conformativos do território brasileiro, pelos projetos de colonização e pelos engendramentos da cartografia portuguesa – para um olhar “microscópico”, o movimento analítico da cartografia colonial brasileira de João Teixeira Albernaz I revela, enfim, as determinações ideológicas dos trabalhos do cartógrafo, que, rompendo com a noção pretensamente neutra do procedimento de generalização cartográfica, encontra respaldo teórico-metodológico nas concepções de “voo de pássaro” e “silêncio cartográfico”, de modo a ratificar que as representações espaciais, a aparência

fenomênica do real, a paisagem geográfica, dialeticamente, manifesta e suprime as intencionalidades dos sujeitos sociais na criação de espacialidades e territorialidades.

Tratam-se de reflexões e inferências que se fortaleceram teoricamente a partir do debate conceitual e metodológico desenvolvido no primeiro capítulo da pesquisa, de modo que o espaço geográfico, concebido como projeção humana mediada pelo trabalho na objetivação concreta de seu entorno, é condição fundante para os territórios e territorialidades, que nada mais são do que apropriações espaciais, materialidade (material e imaterial) dos conflitos sociais e dissimetrias do poder no espaço, permitindo a emersão das cartografias, ou as representações da paisagem, na (des)legitimação desses constructos humanos.

É neste sentido que a presente pesquisa articulou-se muito mais às preocupações epistemológicas e metodológicas da geografia e da cartografia, concebendo e aceitando, ao longo deste caminhar, as limitações que a temática ascendeu, principalmente àquelas que pairam sobre a história e a historiografia do período colonial brasileiro, dada, em particular, pela própria formação em Geografia da pesquisadora. No entanto, mesmo com as reais lacunas que toda pesquisa há de apresentar, porque fazem emergir, nessas brechas, os avanços científicos, tem-se clareza de que, se a investigação permitiu outros enfoques sobre as articulações entre a cartografia e a construção ideológica dos projetos políticos, se permitiu a desconstrução de velhos preconceitos sobre a prática cartográfica que a negava ou a afastava de qualquer possibilidade de intervenção crítica sobre a realidade, se foi permitido e consolidado o movimento dialético, material e histórico neste caminhar cartográfico, concluimos nossa pesquisa absolutamente satisfeitos.

Referências Cartográficas

Portugaliae Monumenta Cartographica, org. por Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota. 6 vols. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1962. (BNP, Cota: C.A. 347//1V; 347V; 348V; 349V; 350V; 351V; 352V).

TESOUROS DA CARTOGRAFIA PORTUGUESA. Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos Portugueses. Lisboa: INAPA, 1997. (BNP, Cota: C.B. 28 P.).

Referências Bibliográficas

ADONIAS, Isa. **Imagens da Formação Territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1996.

ALBUQUERQUE, Roberto Chacon de. A Companhia das Índias Ocidentais: uma sociedade anônima? Revista da Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo, v. 105, jan/dez 2010, pp. 25-38.

ALEGRIA, Maria Fernanda. Representações do Brasil na Produção dos Cartógrafos Teixeira (c. 1586-1675). Revista Mare Liberum, nº 10, 1995, pp. 189-204.

ALEGRIA, Maria Fernanda; DAVEAU, Suzanne; GARCIA, João Carlos; RELÃO, Francesc. Portuguese Cartography in the Renaissance. In: WOODWARD, David (org.). **The History of Cartography**. Cartography in the European Renaissance. Vol. 3. Chicago: University Press, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo-Recife: Editora Hucitec - IPESP (Inst. Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas), 1995.

ANTUNES, Ricardo (org.). **A Dialética do Trabalho**. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BECKETT, Wendy. **História da Pintura**. Trad.: Mário Vilela. São Paulo: Ática, 1997.

BERDEN, Anton Henri (org.). **A Presença Holandesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 2003.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra**. Seis Ensaios Sobre a Paisagem e a Geografia. Editora Perspectiva, 2006.

BIAGGI, Enali M. de. Os acervos cartográficos das Sociedades de Geografia: mapas e redes – o exemplo de Lyon. Bogotá: Anais do V Simpósio Iberoamericano de Cartografia Histórica, 2014.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BRAGA, Rhalf Magalhães. O Espaço Geográfico: um esforço de definição. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 22, pp. 65-72, 2007.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da Colônia e do Império. In: COSTA, A. G. (org.)

Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Entre teoria e prática. A cartografia dos engenheiros militares em Portugal e no Brasil, séculos XVI-XVII. Terra Brasilis (Nova Série), 7-8-9, 2007, 01-21.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos Confinos: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). Anais do Museu Paulista, vol. 17, n. 2, jul/dez 2009, pp. 251-294.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Mapa, texto e contexto num império em movimento. Exercício de interpretação epistemológica da *Brasiliae Geographica Tabula Nova* de Georg Marcgraf (1643-1647). In: OLIVEIRA, Francisco Roque de; VARGAS, Héctor Mendoza. **Mapas de Metade do Mundo.** A Cartografia e a Construção Territorial dos Espaços Americanos – séculos XVI a XIX. Lisboa/ Ciudad de México: CEG-UL/ IG – UNAM, 2010.

CALMON, Pedro. **História do Brasil.** Volume I. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio, 1971.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na geografia. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista. Categorias e leis da dialética.** Trad. Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

CINTRA, Jorge Pimentel. Reconstruindo o Mapa das Capitâncias Hereditárias. Anais do Museu Paulista. São Paulista. N. Sér. v. 21. n. 2. P. 11-45, jul-dez, 2013.

CIRNE LIMA, Ruy. **Pequena História Territorial do Brasil.** Sesmarias e terras devolutas. 2ª edição. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1954.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagens, texto e identidades.** Rio de Janeiro: EdUERJ pp. 13-74. 2004.

CORREA; ROSENDAHL. Apresentando leituras sobre Paisagem, Tempo e Cultura. In: _____ . **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

CORTESÃO, Armando. **História da Cartografia Portuguesa.** Vol. I. Coimbra: Junta de Investigações do Ultramar – Lisboa, 1969.

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos Velhos Mapas.** Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/ Instituto Rio Branco, 1971.

COSGROVE, D. A geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Roteiro Prático de Cartografia da América Portuguesa ao Brasil Império.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

DIÉGUES JR., Manuel. **O Engenho de Açúcar no Nordeste**. Documentário da vida rural. Maceió: EDUFAL, 2006.

DIAS, Maria Helena. **Os mapas em Portugal**. Da tradição aos novos rumos da cartografia. Lisboa: Edição Cosmos, 1995.

DIAS, Maria Helena; ALEGRIA, Maria Fernanda. Lisboa na Produção Cartográfica Portuguesa e Holandesa dos Séculos XVI e XVII: o espaço e o intercâmbio. Revista Penélope, nº 13, 1994, pp. 55-69.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2 ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1998.

FOTIADIS, Piers. **The strange power of maps: how maps work politically and influence our understanding of the world**. School of Sociology, Politics, and International Studies: University of Bristol, nº 06-09, 2008/2009.

FOUCAULT, Michel. Structuralism and post-structuralism. Telos, vol. 16, nº 55, Spring, 1983, pp. 192-211.

FREITAS, Decio. **Palmares**. A Guerra dos Escravos. São Paulo: Editora Graal, 1981.

FROMM, Erich. **Conceito Marxista do Homem**. Trad. Octavio Alves Velho. 7ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

FUNARI, Pedro Paulo A. Heterogeneidade e conflito na interpretação do quilombo dos Palmares. Revista de História Regional, Verão, 2001, pp. 11-38.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 24 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1991.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Trad.: Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Edit. Paz e Terra, 1976.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da Terra do Brasil; **História da Província Santa Cruz**, Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. Disponível em: <http://www.psb40.org.br/bib/b146.pdf>. Acessado em: jun/2014.

GOETHE, Johann Wolfgang. **Viagem à Itália**. São Paulo: Companhia ads Letras, 1999.
GOMES, E. T. A. Natureza e Cultura – representações na paisagem. In: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

GUEDES, Max Justo. Três séculos de cartografia portuguesa no Brasil: do Planisfério de Cantino (1502) à carta da Nova Lusitania ou America Portuguesa e estado do Brazil do astrônomo Silva Pontes (1798). In: **Cicle de conferències sobre Història de la Cartografia Iberoamericana**. Barcelona: Institut Cartogràfic de Catalunya i el Departament de Geografia de la Universitat Autònoma de Barcelona, 2000.

GUERRA, Amanda Estela; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. **“O Atlas do Brasil”: um olhar português sobre a América colonial**. Revista Brasileira de Cartografia, nº 60/ 03, 2008.

HARLEY, John Brian. Mapas, saber e poder. In: Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia, nº 5, 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/5724>. Acessado em: set/2013.

HARLEY, John Brian. **La Nueva Naturaleza de los Mapas**. Ensayos sobre la historia de la cartografía, México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

HARLEY, John Brian. Desconstruting the Map. Cartographica 26, nº 2, 1989, pp. 1-20.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e Natureza da Geografia**. Trad. Thomaz Newlands Neto. São Paulo: Hucitec, EdUSP, 1978.

HARVEY, David. A experiência do espaço e do tempo, In: **Condição pós-moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 1993.

JOLY, Fernand. **A Cartografia**. 5ª ed. Editora Papirus, 1990.

KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. Revista Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37, pp. 70-80, jan/jun 2007.

KATUTA, Ângela Massumi. **O Estrangeiro no Mundo da Geografia**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 2004.

KATUTA, Ângela Massumi. A(s) natureza(s) da cartografia. Revista Geograficidade, v. 3, Número Especial, setembro de 2013. Disponível em: <http://www.uff.br/posarq/geograficidade/revista/index.php/geograficidade/article/view/139>. Acessado em: fevereiro de 2014.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUHN, Thomas S., **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Trad.: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

LACOSTE, Yves. **A Geografia**. Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Trad.: Maria Cecília França. Campinas: Papirus, 1988.

LESSA, Sergio. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. Serviço Social e Sociedade; v. 52, pp. 7-23, Ed.Cortez, São Paulo, 1996. Disponível em: http://www.sergiolessa.com/artigos_92_96/centralidadetrab_1996.pdf. Acessado em: outubro de 2013.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3ª edição. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. Coleção Filosofia.

LUFTI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzanna; JAHNEL, Teresa Cabral. As Representações e o Possível. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o Retorno À Dialética**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

LUKÁCS, György. **Ontologia do Ser Social: Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. A Construção do Espaço Brasileiro. In: BETHENCOURT, F.; CHAUDHURI, K. (orgs). História da Expansão Portuguesa. Do Índico ao Atlântico (1570-1697). 2º vol. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Mundos em miniatura; aproximação a alguns aspectos da cartografia portuguesa do Brasil (séculos XVI a XVIII). Anais do Museu Paulista. São Paulo. v. 17. N. 1, p. 69-94, jan/jun 2009.

MARQUES, Alfredo Pinheiro. **Origem e desenvolvimento da cartografia portuguesa na época dos Descobrimentos**. Temas Portugueses: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

MARQUES, Alfredo Pinheiro. **A Cartografia do Brasil no Século XVI**. Lisboa: Série Separatas, 209, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga – Inst. De Investigação Científica Tropical, 1988.

MARQUES, Miguel da Silva. **Cartografia antiga: Tabela de equivalências de medidas: cálculo de escalas e conversão de valores de coordenadas geográficas**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.

MARQUES, Guida. O Estado do Brasil na União Ibérica. Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal. Revista Penélope, nº 27, 2002, pp. 7-35.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Trad.: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Murilo. Olhando por cima e de frente. Revista USP, nº 30, 1996, pp. 170-181.

MENDES, Laura Peraza. As expedições contra os mocambos de Palmares (1654-1695). Campinas: Anais do Encontro de Pesquisa em História - Unicamp, 2009. Disponível em: http://venus.ifch.unicamp.br/graduacao/anais/laura_mendes.pdf. Acessado em: dee/2014.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Raízes da Formação Administrativa do Brasil**. Regimentos I a XVI. Tomo I. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica**. São Paulo: Annablume, 2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da formação territorial do Brasil. Geografares: Vitória, nº 2, jun. 2001, pp. 105-113.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**. Espaço, Cultura e Política no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

MOREIRA, Ruy. **O Discurso do Averso**. Para a crítica da geografia que se ensina. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

MOREIRA, Ruy. **Para Onde Vai o Pensamento Geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais, nº 1(3), vol. 1, 2007, pp. 55-70.

MOTTA, Edilson. Ofícios da arte da cartografia portuguesa nos séculos XVII e XVIII. Univ. do Porto, s/d. pp. 125-133. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6131.pdf>. Acessado em: setembro de 2014.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. O Livro que Dá “Rezão do Estado do Brasil” e o Povoamento do Território Brasileiro nos Séculos XVI e XVII. Revista da Faculdade de Letras, Porto, I Série, v. 2, pp. 591-613, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. Revista USP, São Paulo, nº 28, 1996, pp. 56-63.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1983.

PANOFSKY, Erwin. **Significado das Artes Visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

PESSOA, Fernando. **Fernando Pessoa – O Eu Profundo e os Outros Eus (Seleção Poética)**. Rio de Janeiro: Cia. José Aguilar Editora, 1974. 3ª ed.

PRADO Jr., Caio. **História Econômica do Brasil**. 37 ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. Revista USP, São Paulo, nº 28, 1996, pp. 14-39.

REZENDE, Tadeu V. F. **A Conquista e a Ocupação da Amazônia Brasileira no Período Colonial**. A definição das fronteiras. São Paulo. Tese de Doutorado em História, USP, 2006.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil (1500-1627)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1627.

SANCHEZ, M. C. A cartografia como técnica auxiliar da Geografia. Boletim de Geografia Teorética, n. 6, pp. 31-46, 1973.

SANTOS, Douglas. **A (re)invenção do espaço – Diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: EDUNESP, 2002.

SANTOS, Maria do Carmo Soares Rodrigues dos. **Manual de fundamentos cartográficos e diretrizes gerais para a elaboração de mapas geológicos, geomorfológicos e geotécnicos**. Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), São Paulo, 1990.

SANTOS, Maria Emília Madeira. Notas para a História dos Pilotos em Portugal. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2001.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Técnicas e Elementos da Cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Roteiro Prático de Cartografia da América Portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, pp. 51-81.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; MENEZES, Paulo Márcio Leal de; COSTA, Antônio Gilberto. Georreferenciamento de mapas históricos: finalidades e procedimentos. Belo Horizonte: Geografias, jul/dez-2009, pp. 23-35.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SARTRE, Jean-Paul. **Conferências e escritos filosóficos: O existencialismo é um humanismo; A imaginação; Questão de método**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SAUER, Carl. Morfologia da Paisagem. Trad. Gabrielle Côrrea Braga. Revisão de Roberto Lobato Corrêa, Departamento de Geografia, UFRJ. University of California: Publications in Geography, vol. 2, nº 2, 1925, pp. 19-54.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do Conceito de Paisagem na Geografia. RAEGA, Curitiba: Editora UFPR, n. 7, p. 79-85, 2003.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. 1973, pp.151-161. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/52351173/Roberto-Schwarz-As-Ideias-Fora-Do-Lugar>. Acessado em julho de 2013.

SILVA, Jorge Luiz Barcellos da. **Atlas Geográfico do Brasil**. Leituras da territorialidade e construção da brasilidade. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

SILVA, Armando Corrêa da. A Aparência, o Ser e a Forma. (Geografia e método). Revista GEOgraphia, ano II, nº 03, 2000, 07-25.

SILVA, Lígia Osório da. As Leis Agrárias e o Latifúndio Improdutivo. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 15-25, 1997.

SIMÕES JR., José Geraldo; CAMPOS, Candido Malta. Permanências do urbanismo de colina como tradição luso-brasileira. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 5, n. 1, p. 47-69, jan.jun/2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 14 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2004.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**. Contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: EdUnesp, 2004.

SOUZA, José Gilberto. A cartografia e o movimento de renovação da Geografia Brasileira. Geosul (UFSC), Florianópolis – SC, v. 18, pp. 87 – 117, 1995.

SOUZA, José Gilberto; KATUTA, Ângela Massumi. **Geografia e conhecimentos cartográficos: A cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

SOUZA, José Gilberto. Por uma ontologia da Paisagem. Rio Claro/UNESP, 2008. n/p. (Projeto de Pesquisa).

SOUZA, José Gilberto. **Geografia e Método: elementos teóricos da pesquisa geográfica**. In: Uma mirada sobre o rural Espanhol: a homogeneidade do território e da paisagem. Universidad de Salamanca/ FAPESP. Salamanca, 2009a. p. 07-48.

SOUZA, José Gilberto. Limites do território. Revista Agrária, São Paulo, nº 10/11, pp. 99-130, 2009b.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Espaciologia: uma objeção. Rio de Janeiro: Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, 1986.

STRAFORINI, Rafael. A Formação Territorial Brasileira nos Dois Primeiros Séculos de Colonização. GeoUERJ, ano 10, n. 18, vol. 1, 2008, 25p.

THROWER, Norman J. W. **Mapas y Civilización: Historia de la cartografía em su contexto cultural y social**. Trad.: Francesc Nadal. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A Tragédia de Hamlet: príncipe de Dinamarca**. Trad.: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Tesouros da Cartografia Portuguesa, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos Portugueses, 1997.

WOOD, Denis; FELS, John. **The Power of Maps**. New York: The Guilford Press, 1992.

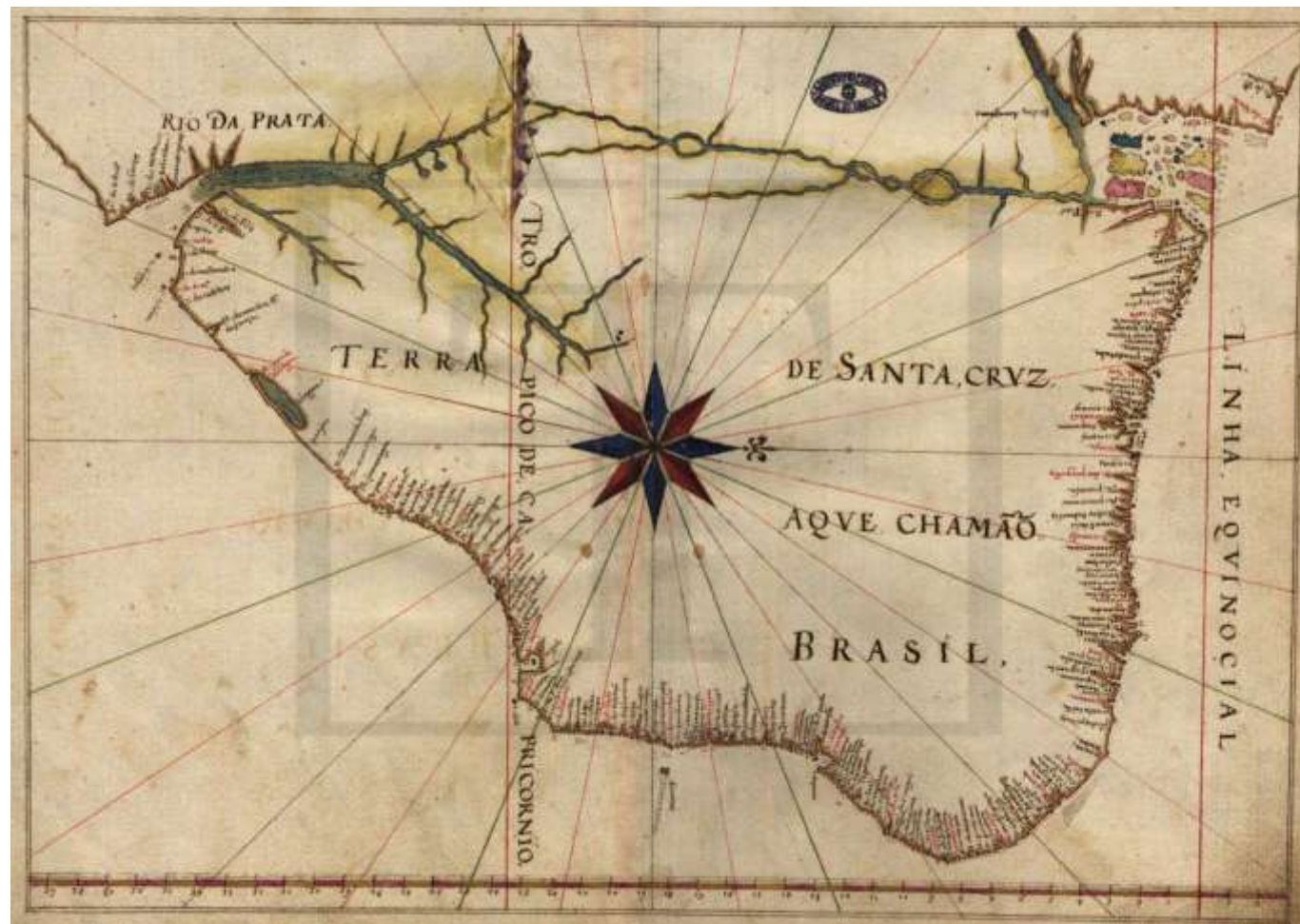
ANEXOS

Figura 01 – Frontispício do Atlas de 1640



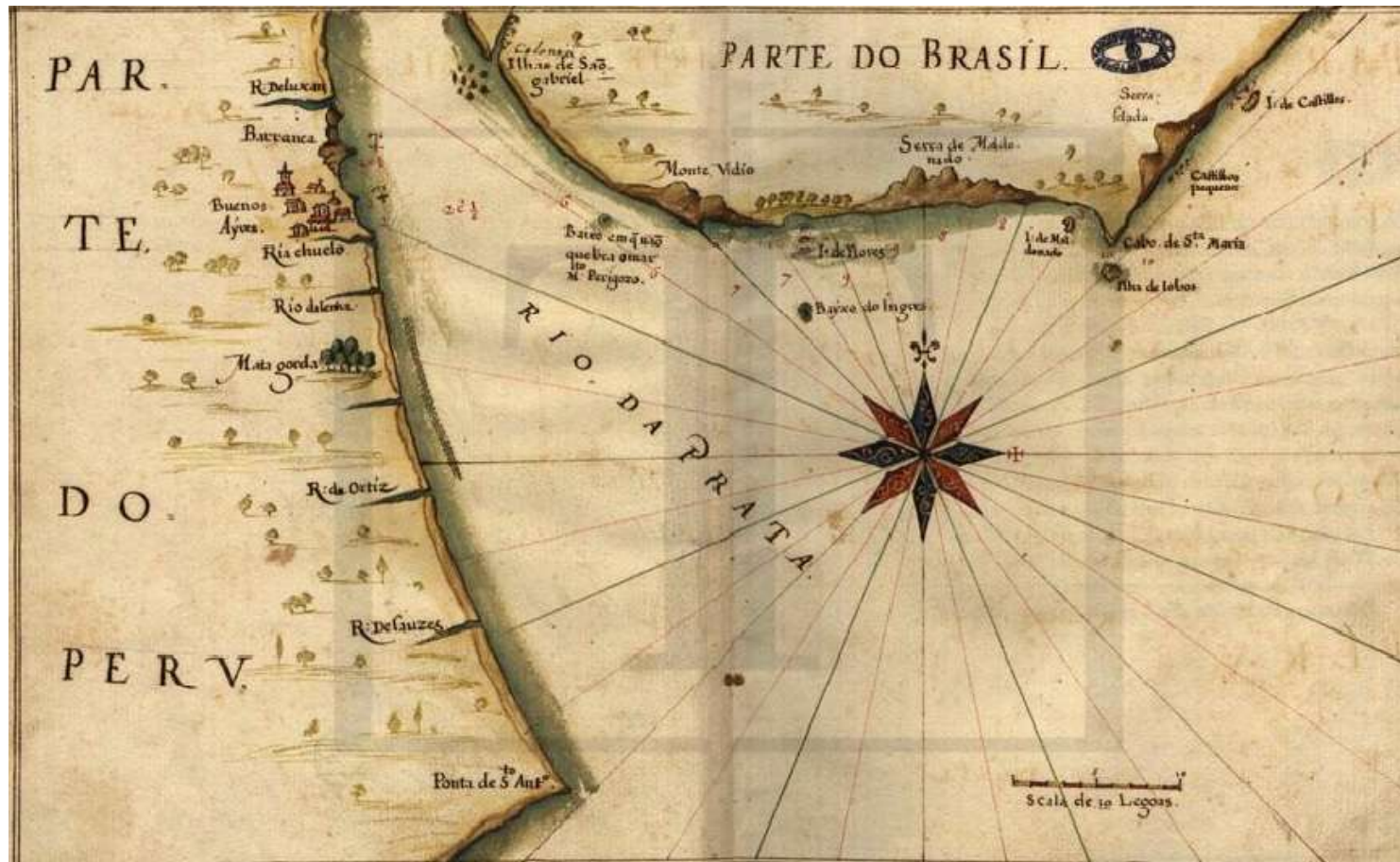
Fonte: ALBERNAZ I, João Teixeira. **Dêscrição de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente, o Brazil.** Lisboa: Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 1640.

Figura 02 – Carta geral do Brasil



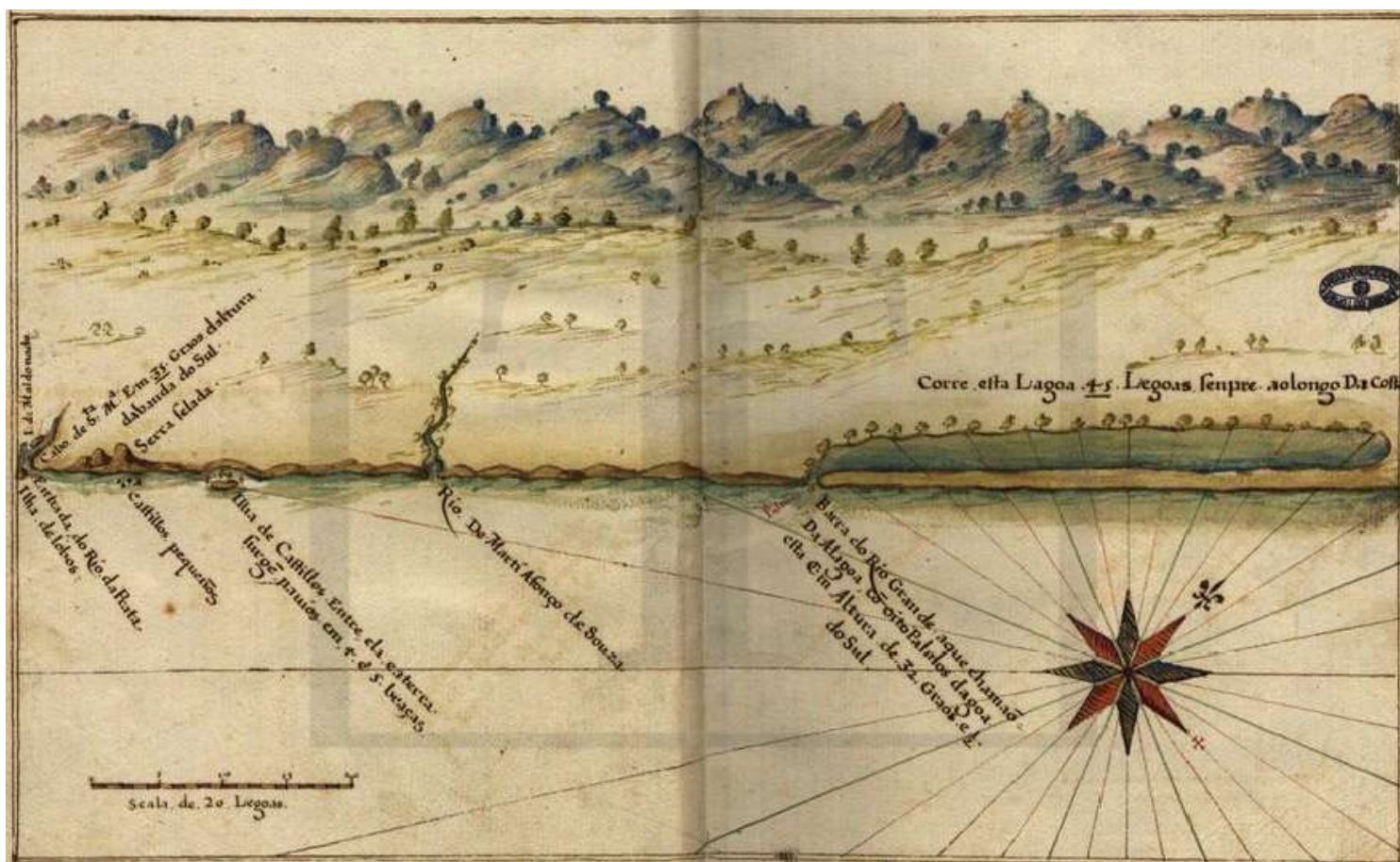
Fonte: ALBERNAZ I, João Teixeira. *Dêscrição de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente, o Brasil*. Lisboa: Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 1640.

Figura 03 – Estuário do Rio da Prata



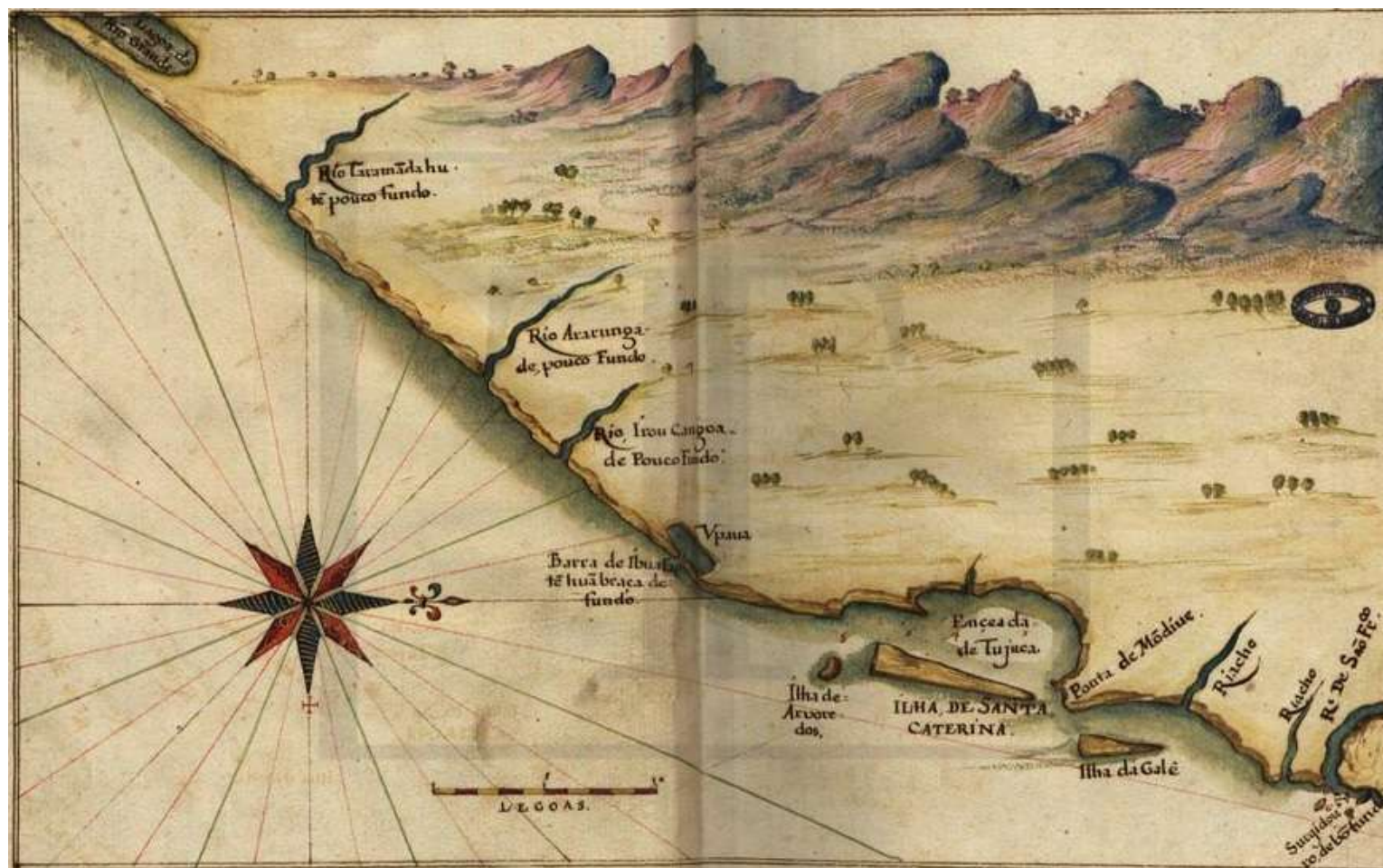
Fonte: ALBERNAZ I, João Teixeira. *Dêscrição de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente, o Brazil*. Lisboa: Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 1640.

Figura 04 – Carta regional do Rio da Prata à Barra do Rio Grande



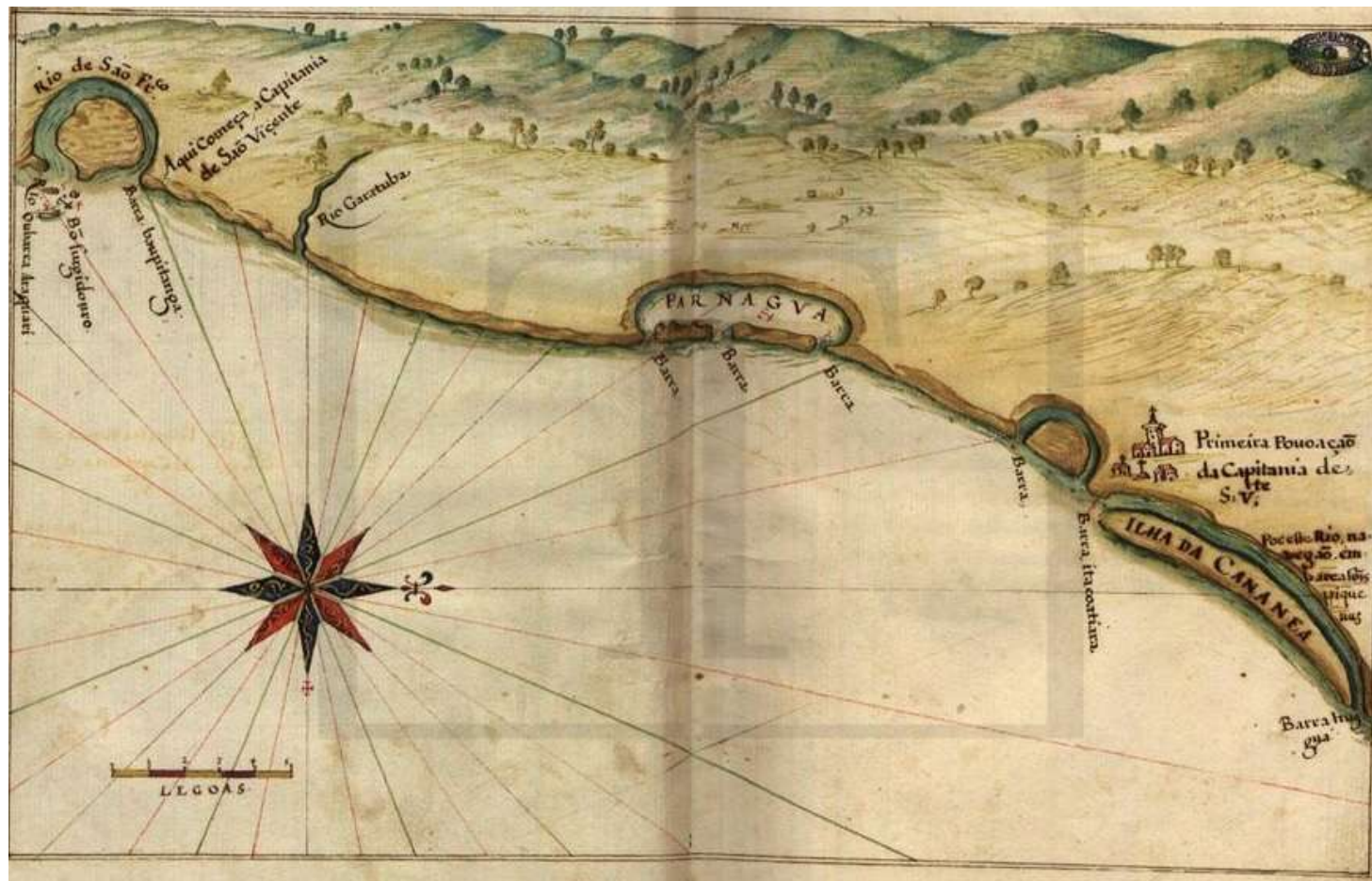
Fonte: ALBERNAZ I, João Teixeira. *Dêscrição de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente, o Brazil*. Lisboa: Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 1640.

Figura 05 – Carta regional da Barra do Rio Grande à Ilha de Santa Catarina



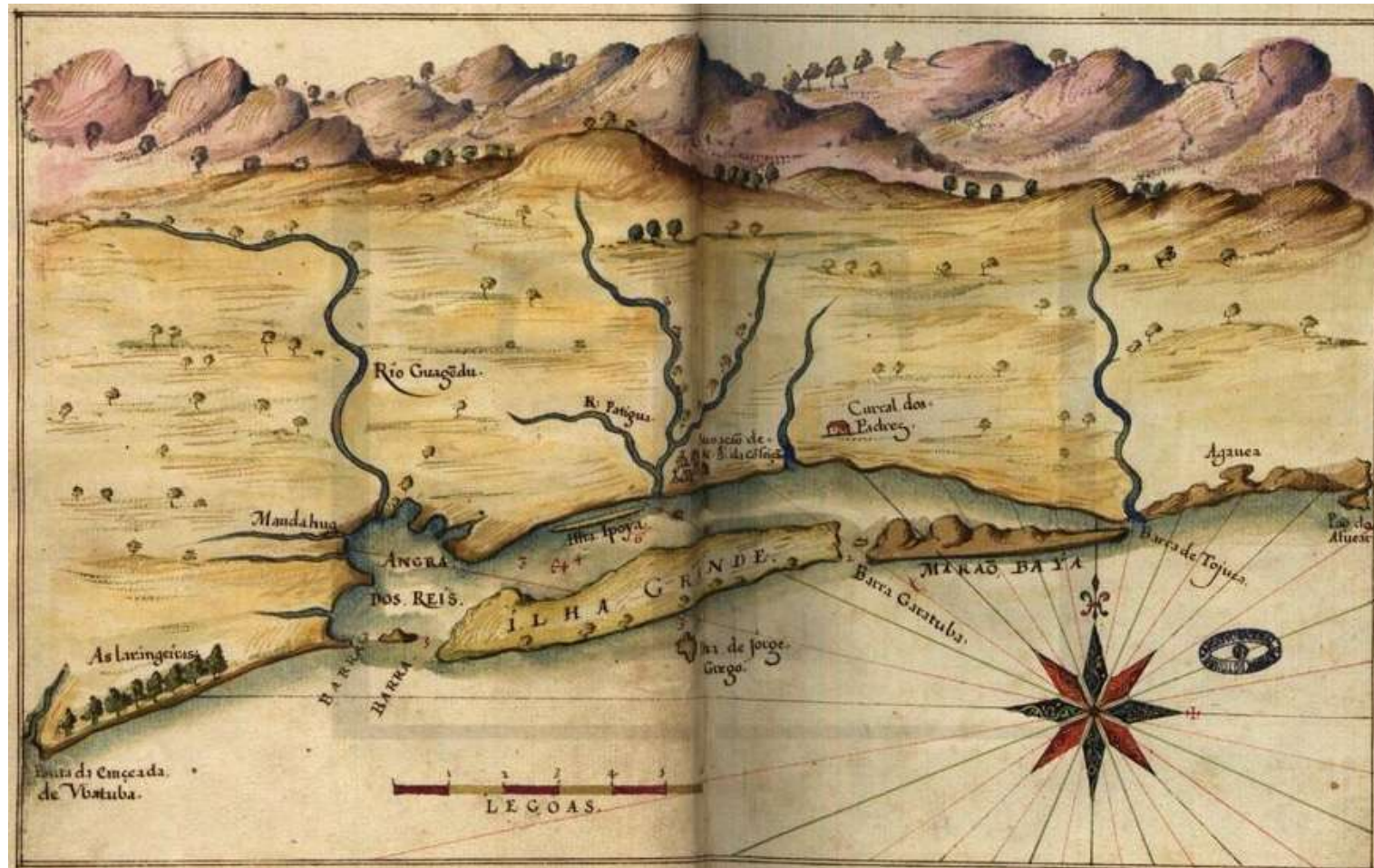
Fonte: ALBERNAZ I, João Teixeira. *Dêscipção de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente, o Brazil*. Lisboa: Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 1640.

Figura 06 – Carta regional da Capitania de São Vicente



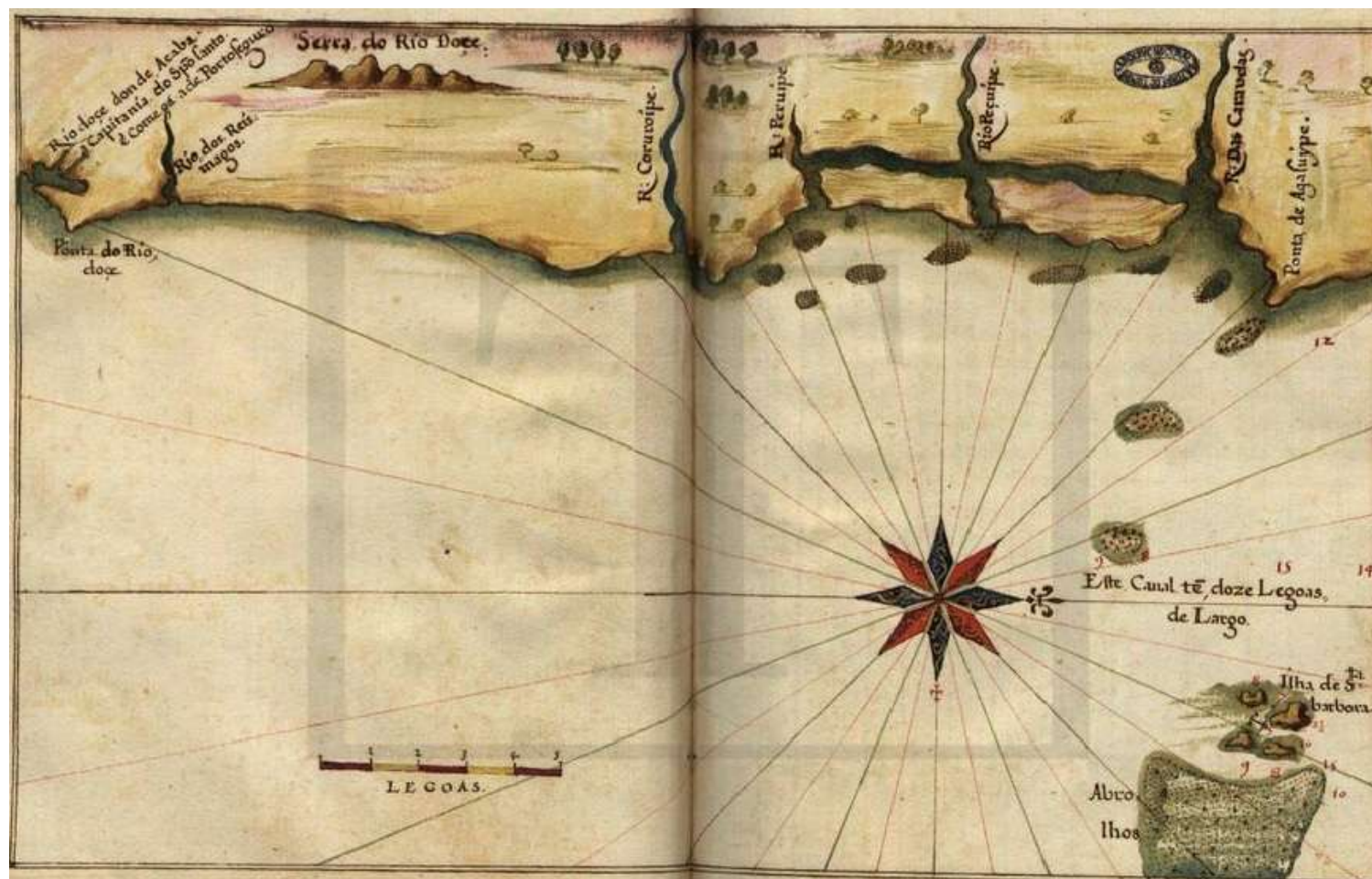
Fonte: ALBERNAZ I, João Teixeira. *Dêscipção de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente, o Brazil*. Lisboa: Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 1640.

Figura 09 – Carta regional de Ilha Grande e Angra dos Reis



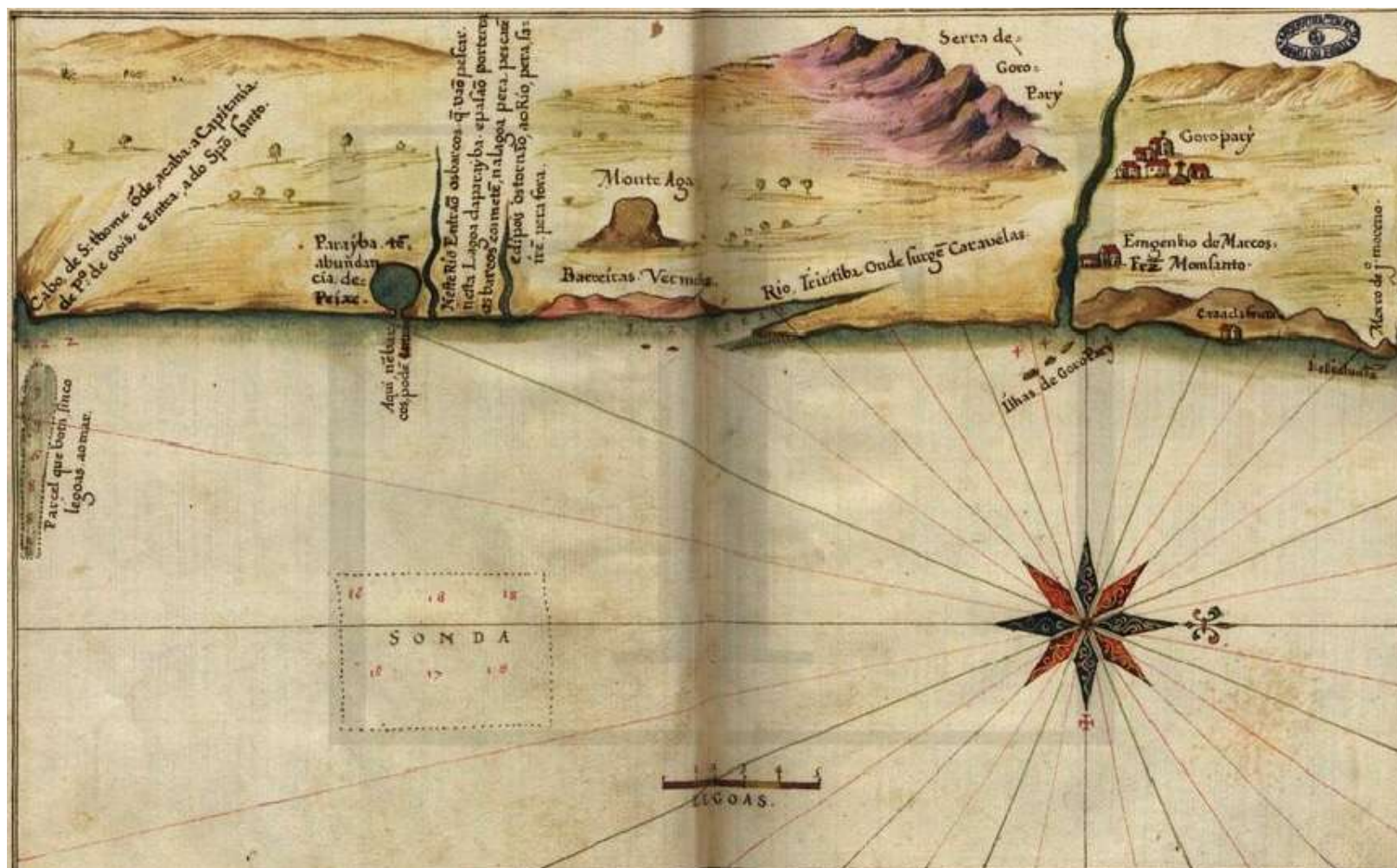
Fonte: ALBERNAZ I, João Teixeira. Dêscrição de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente, o Brazil. Lisboa: Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 1640.

Figura 13 – Carta regional da Sonda dos Abrolhos



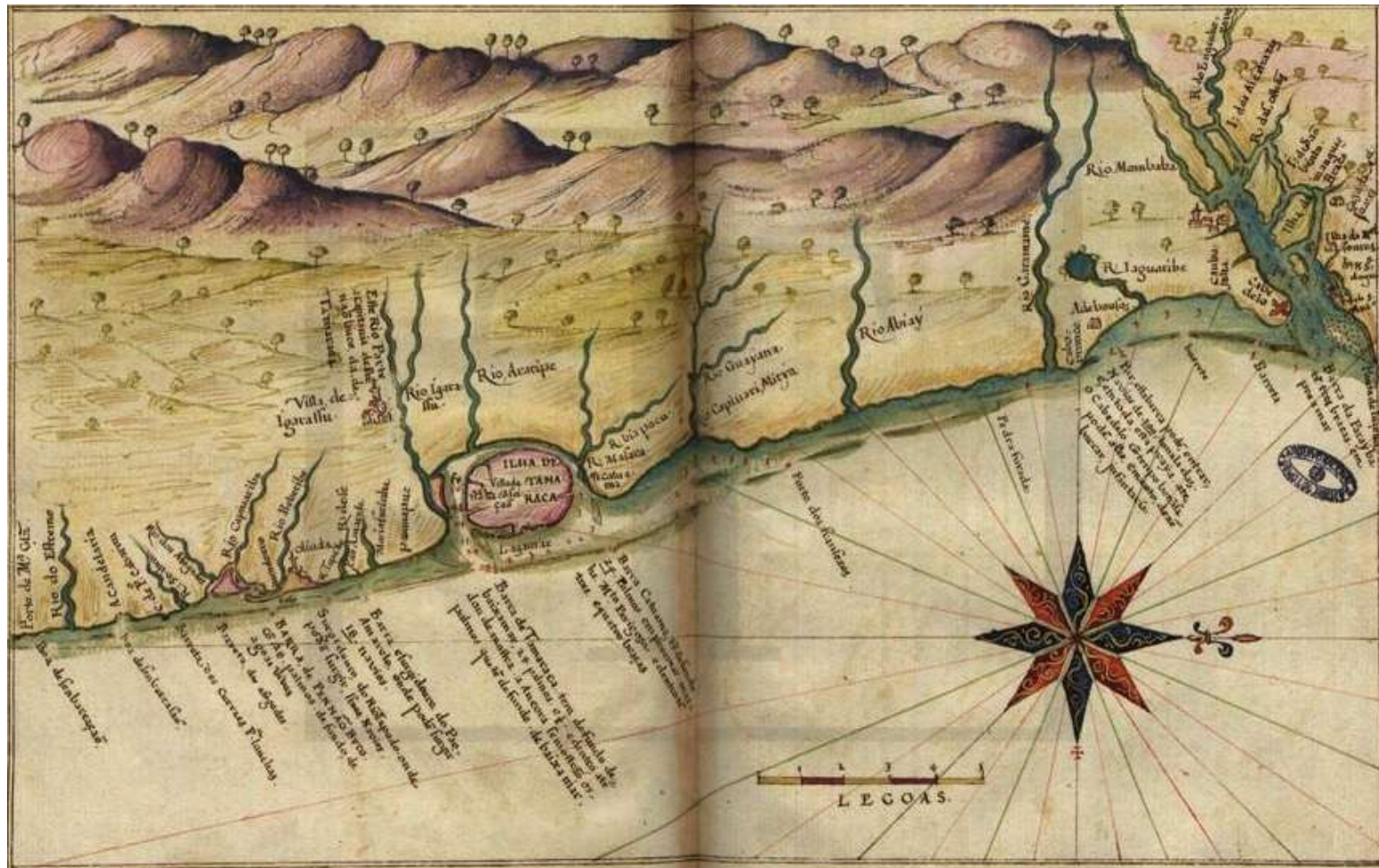
Fonte: ALBERNAZ I, João Teixeira. *Dêscrição de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente, o Brazil*. Lisboa: Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 1640.

Figura 14 – Carta regional da capitania do Espírito Santo



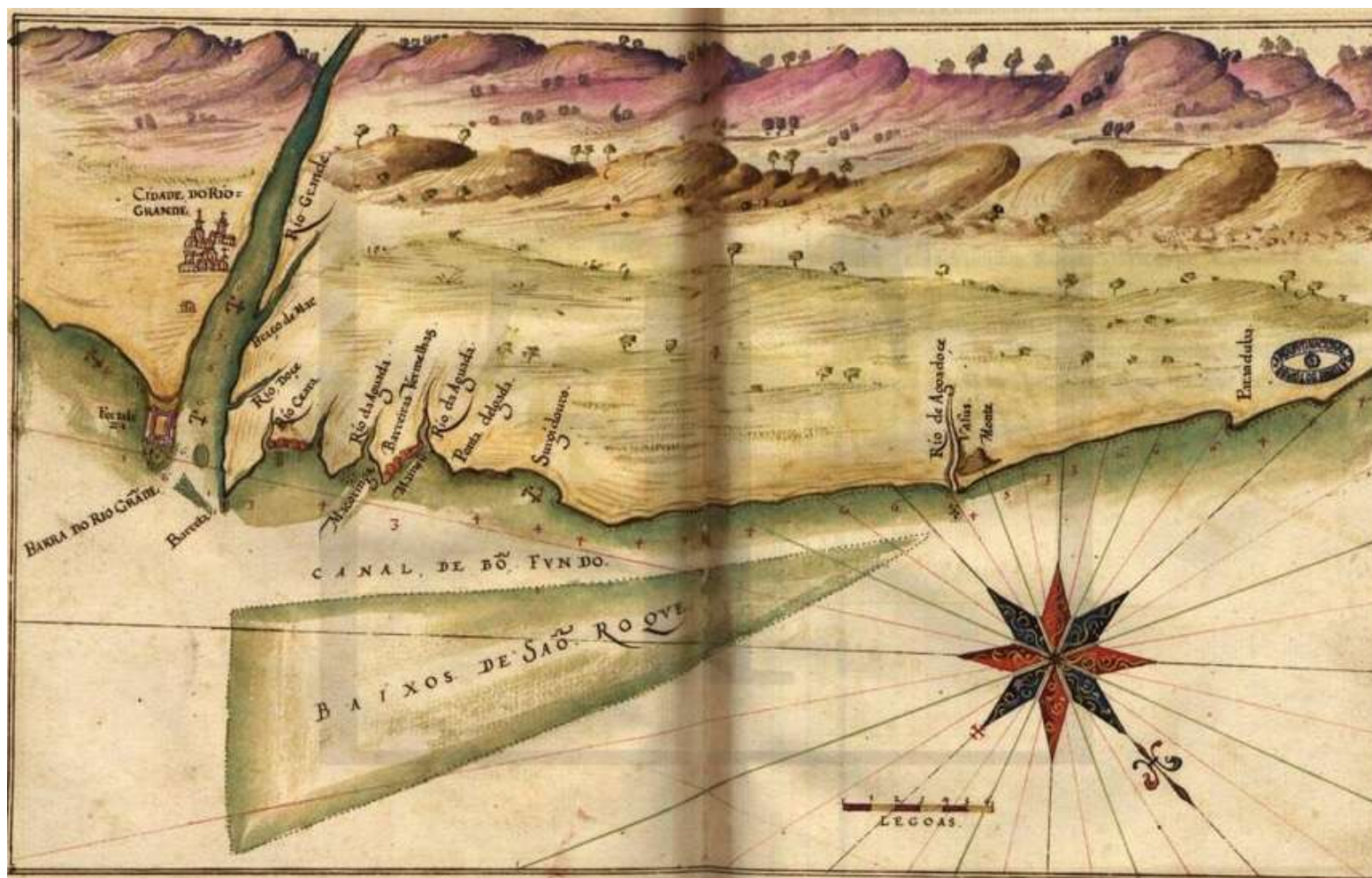
Fonte: ALBERNAZ I, João Teixeira. *Dêscrição de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente, o Brazil*. Lisboa: Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 1640.

Figura 19 – Carta regional da Ilha de Tamaracá



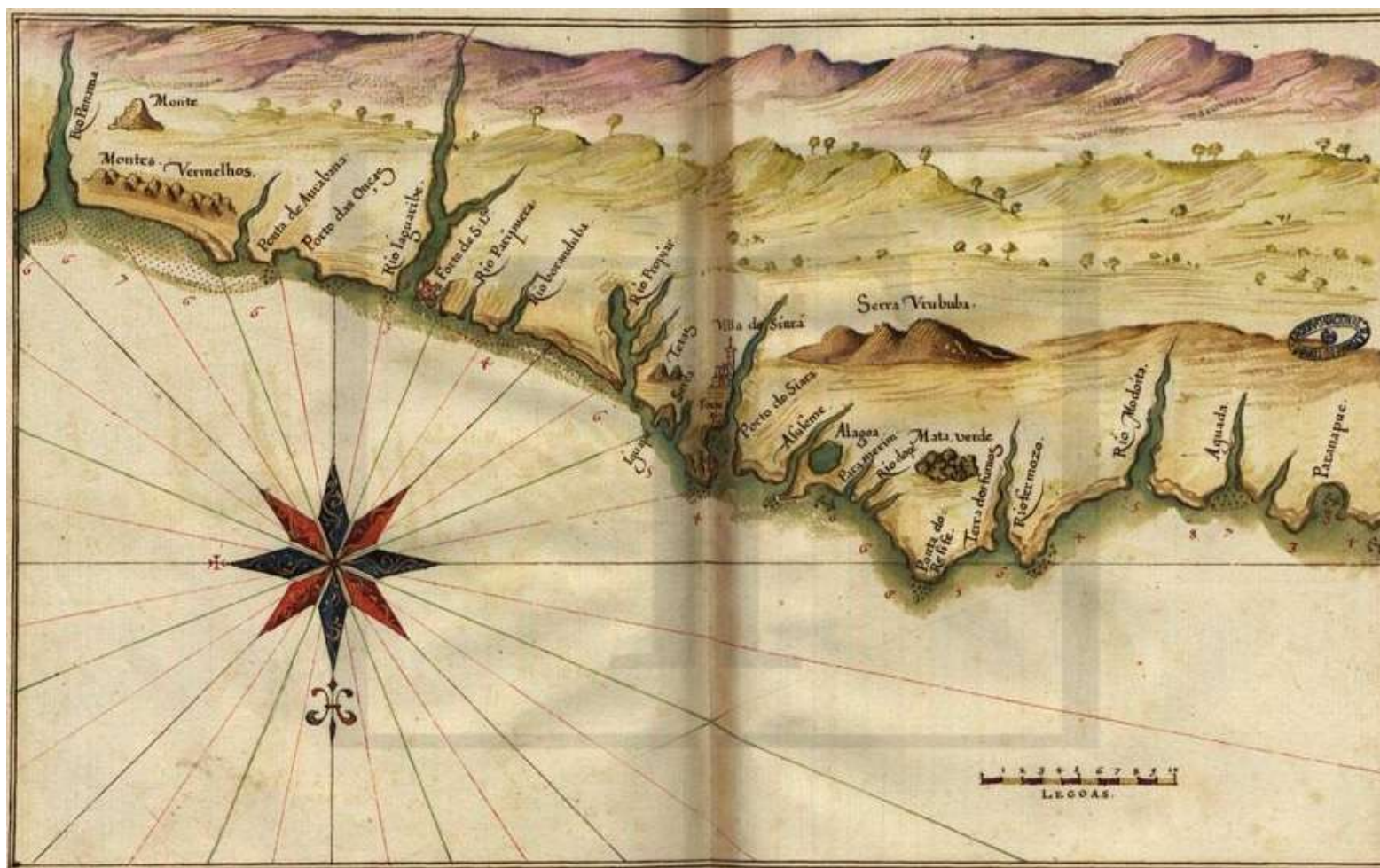
Fonte: ALBERNAZ I, João Teixeira. **Dêscrição de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente, o Brazil.** Lisboa: Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 1640.

Figura 23 – Carta regional da capitania do Rio Grande e Baixos de São Roque



Fonte: ALBERNAZ I, João Teixeira. *Dêscipção de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente, o Brazil*. Lisboa: Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 1640.

Figura 24 – Carta regional da capitania do Siará



Fonte: ALBERNAZ I, João Teixeira. *Dêscrição de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente, o Brazil*. Lisboa: Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 1640.

Figura 29 – Planta da Restituição da Bahia



Fonte: ADONIAS, Isa. **Imagens da Formação Territorial do Brasil**, pág. 198. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1996.